

JAVIER ALBERTO VADELL

**NEOLIBERALISMO E CONSENSO NA ARGENTINA (1976-1991)**

Dissertação de Mestrado  
apresentada ao Departamento de  
Ciência Política do Instituto de  
Filosofia e Ciências Humanas da  
Universidade Estadual de Campinas,  
sob a orientação do Prof. Dr.  
Reginaldo Carmello Côrrea de  
Moraes.

Este exemplar corresponde á  
redação final da dissertação uo tese  
defendida e aprovada pela Comissão  
Julgadora em 01/07/97

Banca:

Prof. Dr. Reginaldo Carmello Côrrea de Moraes

Prof. Dr. Caio Navarro de Toledo.

Prof. Dr. Edmundo Fernandes Dias.

junho/1997

UNIDADE	BC
N.º CHAMADA:	T/UNICAMP
V.	V141n
Ex.	
TOMBO BC/	31293
PROC.	28197
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	R\$11,00
DATA	12/02/97
N.º CPD	

CM-00099511-6

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

V 141n

Vadell, Javier Alberto

Neoliberalismo e consenso na Argentina (1976-1991) /  
Javier Alberto Vadell.- -Campinas, SP :[s.n.], 1997.

Orientador: Reginaldo Carmello Côrrea de Moraes.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Cam-  
pinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Neoliberalismo. 2. Ideologia. 3. Hegemonia.  
4.\*Intelectuais e Política - Argentina. I. Moraes, Reginaldo  
C. (Reginaldo Carmello Correa), 1950 - II. Universidade  
Estadual de Campinas.Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.  
III.Título.

*Ao meu pai e à minha mãe*

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho se tornou possível graças ao apoio e à colaboração de todas as pessoas que, com afeto desinteressado, me acompanharam durante os anos de estudo. Pelas contribuições, pelas objeções, pela simples e importante presença, pela amizade que me brindaram, meu agradecimento.

Ao meu irmão Diego, meus amigos Guillermo Ebner, Sergio Finos, Javier Martín, pelo apoio e carinho demonstrado nos sucessivos regressos à terrinha.

Ao Reginaldo, meu orientador.

A María de los Ángeles Yannuzzi e ao Dr. Juan Carlos Agulla pelas discussões de idéias e pelos conselhos a respeito de questões de estudo.

A Dalila Vadell, por seu apoio em Rosário.

A Raúl Burgos, Andrés Ferrari, Gerardo Strada Sáenz, Horacio Martínez e Eladio Craia, pelas conversas, pelos aportes e pelas valiosas críticas. Também a Mariano Sánchez, pelas mesmas coisas e pelo apoio logístico e espiritual em Campinas.

Ao CNPQ, pelo financiamento.

## ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>p.5</b>
<b>CAPÍTULO 1 : O NEOLIBERALISMO. CARACTERÍSTICAS GERAIS.....</b>	<b>p.25</b>
1. A Escola Austríaca e os valores liberais.	
2. O Neoliberalismo de Milton Friedman.	
3. Os fundamentos de von Hayek.	
4. Democracia.	
5. O sentido de 'Liberdade'.	
<b>CAPÍTULO 2 : ESTADO E ECONOMISTAS.....</b>	<b>p.48</b>
1. Considerações gerais.	
2. Martínez de Hoz e os artificios econômicos.	
3. A liberdade com ditadura.	
4. Princípio de 'subsidiaridade do Estado' ou discurso do Estado mínimo.	
5. Implementação política, pregação e difusão.	
<b>CAPÍTULO 3 : MUDANÇA RUMO À “VERDADEIRA MENTALIDADE”.....</b>	<b>p.87</b>
1. Profissionais, propagandistas e pregadores.	
2. Teologia econômica e política.	
3. Tecocratas, ditadura e “mudança de mentalidade”.	
<b>CAPÍTULO 4 : DEMOCRACIA, CRISE, PERONISMO E ‘MUDANÇA DE CONSENSO’.....</b>	<b>p.118</b>
1. Considerações gerais.	
2. Crise e ideologia.	
3. Aspectos complexos da relação neoliberalismo-peronismo.	
<b>CONCLUSÕES.....</b>	<b>p.156</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>p.I-X</b>

## INTRODUÇÃO

Este trabalho se propõe a mostrar e discutir os fatores que, de alguma forma, contribuíram para a produção, na República da Argentina, de um consenso favorável em torno da hegemonia das idéias neoliberais no país. O estudo se centrará principalmente na análise dos documentos mais representativos dos maiores representantes do liberalismo econômico argentino, documentos estes que, em muitos casos, e durante as últimas duas décadas, consistiram em verdadeiro material propagandístico. Em outros termos, proponho-me a tentar compreender e explicar os enfoques particulares dos propagandistas liberais, tendo como eixo a reconstituição e a análise de suas principais idéias.

Uma das expressões-chave que serão encontradas ao longo do trabalho é a vulgarmente utilizada pelos neoliberais “mudança de mentalidade” (ALSOGARAY, 1889, 1993; MARTÍNEZ DE HOZ, 1981,1991). Considerando-a de forma analítica, esta expressão se revela como apenas uma articulação discursiva particular da idéia de *consenso* e de *processo de mudança e difusão* das idéias. É por esta razão que, para o propósito da investigação, é de fundamental importância a análise do discurso neoliberal à luz da história do pensamento social e econômico, e levando-se em conta o complexo contexto político presente nas nações da América Latina.

Em primeiro lugar, interessa-me deixar claro o significado de *consenso*, uma vez que esta será a categoria que, como uma coluna vertebral, atravessará a pesquisa. Por *consenso* se deverá entender um acordo tácito entre os membros de uma determinada sociedade em relação a valores, normas de conduta e objetivos, por eles compartilhados, ou seja, em relação a valores éticos. Em outras palavras, o consenso se manifesta, sobretudo, na existência de ‘crenças’ que, de alguma forma, são compartilhadas pelos membros de uma sociedade.

Referi-me a um acordo tácito por considerar, coincidindo com Weber, que o consenso não se dá através de acordos expressos, mas se efetiva no plano daquilo que se pode chamar de “imaginário social”, o plano das crenças e expectativas.

Segundo Max Weber, o consenso tem a ver com:

“...el hecho de que un actuar orientado según expectativas del comportamiento de otras personas tenga, a causa de ello, una chance empíricamente `válida' de ver cumplidas esas expectativas, a pesar de la inexistencia de un pacto, como `válidas' y provistas de sentido para su conducta”. (WEBER.1990:204)

Poder-se-ia acrescentar que o consenso conforma o “sentido comum” da conduta das pessoas, dele fazendo parte. Além disso, é importante assinalar que não se deve confundir consenso com satisfação dos membros de um grupo social em relação à validade de certas expectativas. Não obstante, uma insatisfação permanente ameaçaria potencialmente as chances de “subsistência empírica del consenso” (WEBER, 1990:204).

Um consenso absoluto ou total é muito improvável, ou melhor, quase impossível. É por isso que seu sentido deve ser relativo e que ele, como foi dito anteriormente, está relacionado com as expectativas, as quais são definitivamente cambiantes.

Porém, estas expectativas e idéias, por si só, não possuiriam grande significado analítico se não estivessem estruturadas racionalmente para dar sentido à realidade. Neste caso, não seriam mais que expressões de desejo, contos ou fábulas. Por esta razão, e visando maior precisão, a ideologia será compreendida aqui como um conjunto de crenças, idéias e expectativas, estruturadas em um sistema conceitual organizador da



percepção da realidade, manifestando-se implicitamente na economia, no direito, na arte, na cultura e na própria atividade individual.

Outro ponto que me interessa destacar é que o fato de que o trabalho esteja centrado na análise de aspectos do pensamento social, ou seja, do desenvolvimento das idéias, não significa que se esteja diminuindo a importância das estruturas ‘materiais’ (econômicas) que estão vinculadas às ideologias em um ‘todo complexo’ e contraditório e que, por razões didáticas, são delas separadas. Como se expressou Gramsci, reafirmando a concepção de “bloco histórico”:

“...en cuanto las fuerzas materiales son el contenido y las ideologías la forma, siendo esta distinción de contenido y de forma puramente didascálica, puesto que las fuerzas materiales no serían concebibles históricamente sin forma y las ideologías serían caprichos individuales sin fuerza material”. (GRAMSCI.1984:57).

Assim, de acordo com Gramsci, o neoliberalismo seria uma “ideologia historicamente orgânica”, ou seja, uma ideologia que é necessária a uma determinada estrutura (GRAMSCI, 1984:56). Enquanto tais, diz Gramsci, as ideologias desta natureza “tienen una validez que es validez ‘psicológica’; ‘organizan’ las masas humanas, forman el terreno en medio del cual se mueven los hombres, adquieren conciencia de su posición, luchan, etc.” (GRAMSCI.1984:56-57).

A hegemonia do consenso favorável à ideologia que afirma as vantagens do domínio absoluto do mercado sobre a sociedade foi plasmada, na Argentina, a partir do início do governo justicialista de Carlos Menem, em 1989. As políticas econômicas

neoliberais e a 'reforma do estado', implementadas através de dois decretos, posteriormente transformados em leis, outorgaram ao Poder Executivo um amplo poder de decisão no que diz respeito à privatização de bens e empresas públicas e à desregulamentação e corte de subsídios.(P.E. 1989[a] e [b]). Esta reforma tornou realidade o desejo de setores conservadores e de outros, vinculados à grande burguesia oligopólica e financeira, os quais aderiram incondicionalmente à trilogia ideológica: 1- privatizações totais; 2- desregulamentação indiscriminada; e 3: completa abertura comercial.

Estas medidas, inauguradas em 1989, foram, em grande medida, aprovadas 'nas urnas', por ocasião das sucessivas eleições realizadas na Argentina, nas quais contaram com grande apoio das classes trabalhadoras, votantes históricas do peronismo, e dos diferentes segmentos da alta burguesia argentina (burguesia pampeana, oligopólica urbana e financeira). A lei de convertibilidade, de 1991, permitiu que fossem estabilizados os preços e debelada a alta inflação. Este fato é fundamental para se entender os sucessivos êxitos eleitorais do peronismo, pois, havendo derrotado "o maior dos males" que afligiam o país (inflação), foi bastante simples aos justicialistas relacionar a oposição com "o passado tão temido", ou seja, a hiperinflação, os saques<sup>1</sup>, o 'estatismo', etc.

Em 1995, a reeleição do presidente Menem mostra que o garantidor do "modelo econômico" foi apoiado por quase metade do eleitorado, em uma campanha eleitoral cujo

---

<sup>1</sup> Uma vez realizadas, em maio de 1989, as eleições que levaram Carlos Saúl Menem à presidência, este deveria assumir o governo somente em dezembro do mesmo ano. No entanto, a incerteza econômica decorrente da vitória de um "caudillo místico" que prometia a volta do populismo clássico provocou uma crise econômica cuja manifestação mais visível foi a inflação galopante deflagrada nos meses que se seguiram ao triunfo de Menem. Nesse contexto, o governo 'Radical' de Raúl Alfonsín viu-se impossibilitado de tomar qualquer iniciativa política, limitando-se a 'conter' a crise. Os saques a hipermercados, lojas, etc. -os quais de forma alguma foram espontâneos- ocorreram nesse ambiente aquecido, principalmente na grande Buenos Aires e em Rosário. Finalmente, diante dessa crise provocada e acelerada, Menem assume em julho de 1989.

único eixo de debate foi o discurso economicista, vazio de conteúdo mas detentor de grande carga simbólica. À primeira vista, este discurso divide nitidamente as águas. De um lado se encontram os que são a favor daquilo que se denomina “o modelo” (econômico), e, do outro, os que o combatem (“os que estão na vereda contrária”, como Menem se expressou em várias oportunidades), sendo estes os que, conforme já foi indicado, representam, segundo o discurso oficial, o “passado”: a crise, a hiperinflação e o estatismo. Eis aqui o trunfo do menemismo -o qual, adiante, será analisado mais detidamente-, uma vez que o eixo do discurso da campanha eleitoral era uma ‘advertência’ aos eleitores, os quais foram persuadidos pela mensagem oficial: “eu (Menem) ou o caos”<sup>2</sup>.

A ideologia neoliberal, que é economicista per se, se apresentou coerentemente, nas suas trincheiras ‘científicas’, frente aos meios de comunicação e aos grupos de pressão com um discurso triunfalista e pretensamente inatacável, o que ocorreu principalmente no fim da década de 80 e, mais ainda, durante os primeiros anos do governo Menem.

Os meios de comunicação, em especial a televisão e a imprensa escrita, permitem que as opiniões de ‘peritos’ tenham grande repercussão sobre extensos setores da população. J.K. Galbraith se referiu a este fenômeno e, pontualmente, ao ataque sofrido, nos anos 80, pelo consenso econômico e social de pós-Guerra nos EEUU (1981:30). Menciono aqui o comentário do economista norte-americano porque considero que o

---

<sup>2</sup> Esta mensagem apocalíptica, em plena recessão acompanhada de alta taxa de desemprego (1995), ativou aquilo a que se deu o nome de “voto cuota”, ou seja o voto que Menem soube atrair explorando o temor generalizado de uma desvalorização (como a que havia ocorrido no México).

Grande parte das classes médias, que de alguma maneira haviam sido ‘beneficiadas’ pelo “boom” de consumo posterior ao “Plan de Convertibilidad” de Cavallo, ficaram endividadadas com o reaparecimento do crédito (a altas taxas de juros). O inesperado “efecto Tequila” transformou, da noite para o dia, a relativa bonança em recessão profunda e aumento da taxa de desemprego. Essa situação criou o referido temor de desvalorização, o qual foi habilmente utilizado por Menem (com Cavallo) na campanha eleitoral, quando ele se apresentou como a única garantia de estabilidade.

fenômeno dos meios de comunicação e a estreita relação destes com as idéias dominantes são manifestações ‘globais’ bem palpáveis. Como bem expressa Galbraith, embora a retórica tenha sido diversa em todas as nações, a ação prática foi similar (1981:30).

Se voltamos a Gramsci, pode-se falar de “estrutura ideológica de uma classe dominante”, ou seja, “la organización material dedicada a mantener, defender y desarrollar el frente teórico o ideológico” (GRAMSCI.1977:219). O italiano considerava a imprensa como “la parte más dinámica de la estructura ideológica, pero no la única” (GRAMSCI.1977:219). Evidentemente, esta opinião faz sentido apenas porque não existia ainda a T.V. Sem desconsiderar nem subestimar a imprensa escrita, podemos afirmar, com segurança, que hoje em dia o dinamismo se encontra no meio visual por excelência, a televisão. Inevitavelmente, é ali que acontece, segundo a expressão de Gramsci, “todo lo que influye o puede influir sobre la opinión pública directa o indirectamente” (1977:219).

Cabe lembrar, apesar de tratar-se de um dado quase óbvio, que os grandes empresários, os economistas importantes, as pessoas de negócios, os consultores de empresas, etc. -os quais levam todos uma vida confortável-, têm amplo acesso à televisão, às rádios e a imprensa. Por outro lado, a atuação profissional nos meios de comunicação se mostra também bastante rentável. Por conseguinte, neste âmbito, as expressões sobre assuntos de ‘interesse público’ estão diretamente vinculadas às grandes receitas. As exclamações contra o Estado, cada vez mais veementes, feitas por grande parte dos favorecidos economicamente, trazem em si confusões acerca da voz das ‘massas’ (GALBRAITH.1981:30).

De forma mais precisa, tomando o caso argentino, causam certo desconcerto os discursos e o clamores dos homens de negócios, dos banqueiros e dos advogados e

economistas acólitos, nos meios de comunicação, pelas privatizações, pelo encolhimento do Estado, pela abertura econômica, etc. Em um plano superficial, se costuma pensar, seguindo Galbraith, que se trata das vozes das massas produzindo efeito também sobre os políticos, como se este fenômeno representasse uma genuína mudança de opinião (1981:30).

Desta forma, e em estreita relação ao avanço tecnológico dos meios de comunicação, alguns economistas -e a função do economista, em si mesma- se transformaram, nas últimas décadas, em protagonistas de primeira ordem da vida política argentina ( e do mundo globalizado). Eles adquiriram, e ainda possuem, um status mítico - como se expressou Valdés (1995:28), não apenas para os setores dominantes, mas também para certos periodistas políticos e para grande parte das classes empresariais e médias. O economista neoliberal é apresentado nos meios de comunicação como o ‘perito’, o ‘sábio’, o que provê a solução para os problemas que afligem a sociedade; e aparece portando um discurso que, apesar de ser sumamente simplista, se pretende saneador.

Em um outro nível, gostaria de esclarecer que por “setores dominantes na Argentina” entendo o que O’Donnell (1977) denominou “os dois segmentos superiores da grande burguesia” (a oligopólica urbana e a pampeana). Estes segmentos “necessitavam” de uma ideologia capaz de ajudá-los após tantos anos de intervencionismo e populismo; e foi o neoliberalismo que preencheu este angustiante vazio quando o modelo keynesiano de acumulação mostrava claros sinais de esgotamento.

## Classes e Populismo.

O presente trabalho, conforme já foi ressaltado, terá como eixo a formação, na Argentina, do consenso em torno à ideologia neoliberal. Tendo em vista a análise da sociedade, será utilizada a categoria fundamental de classe social, a qual, de alguma forma, nos ajudará a compreender as desigualdades e as contradições existentes na sociedade capitalista. Em uma sociedade 'burguesa'-capitalista, como a em que nos é dado viver, as desigualdades se manifestam de fato e não por direito (nenhuma legislação determina quem é proletário, empresário ou campesino, ou seja: para a lei "formal", todos são livres e iguais). De certa maneira, isto diferencia *classe* de, por exemplo, *casta*. Sem entrar em detalhes, creio ser evidente a existência, tanto, no Brasil (por exemplo) como na Argentina, de setores marginalizados da população que trabalham pela subsistência em condições praticamente similares à escravidão<sup>3</sup>, além do que, há também de formas de marginalização urbana, desempregados, etc. Ou seja: esta realidade social se manifesta como contradição inerente ao sistema de produção capitalista, tornada aguda nos países da América Latina. Não obstante, aqueles setores marginalizados não deixam de ser segmentos de classe, os quais bem poderiam ser catalogados como classes pauperizadas. Estas classes, em conjunto com os desempregados, cujo contingente na Argentina da era Menem parece haver estacionado na cifra alarmante de 17%, são o sustento e a base sólida da máquina clientelista, que o partido peronista governante combina, sem problemas, com um neoliberalismo radical. O clientelismo é a assistência social (caridade pública)

---

<sup>3</sup> "También la esclavitud, ya que es un categoría económica, ha figurado siempre entre las instituciones de los pueblos. Los pueblos modernos no han sabido en su propio país mas que disfrazar la esclavitud, pero la han impuesto sin rebozo en el Nuevo Mundo". Karl Marx, *La Miseria de la Filosofía*, Madrid: Sarpe, 1984, p.121.

politicamente organizada com claro objetivo eleitoreiro e imediatista, e que muitas vezes se apresenta como uma forma desfigurada de “extorsão” social.

Para se entender a implantação de políticas neoliberais na América Latina e a clara afinidade destas políticas com formas de assistencialismo -como a caridade pública e a privada<sup>4</sup>, que cumprem a função de compensar o desmantelamento do Estado de Bem-Estar<sup>5</sup>- não se pode deixar de lado as características populistas do processo de mudança. Com isto, pretende-se deixar claro que populismo e neoliberalismo não se contrapõem necessariamente, e que, pontualmente, no caso argentino, se adaptam mutuamente.

Dever-se-á entender por populismo não um regime político, mas uma maneira de fazer política, que se manifesta seja 1) como um conjunto de regras formais que ligam as instituições; seja 2) como determinadas relações estabelecidas entre as classes sociais e os governantes. O populismo pode também ser reconhecido como um conjunto de práticas políticas que privilegia a relação entre o líder e o povo. (FAUCHER e outros. 1994:149).

Concordo com Faucher, Ducatenzeiler e Castro Rea, quando afirmam que o populismo é uma espécie de

---

<sup>4</sup> Não posso deixar passar à questão da caridade sem referir-me a uma proposta descabida do presidente do bloco justicialista na Câmara de Deputados da Nação, Jorge Matzkin, feita meses atrás, quando o percentual de desempregados superava perigosamente 15%. O atual deputado expressou naquela ocasião que o problema da ociosidade seria resolvido se cada família argentina... *tomasse conta de um desempregado!* Essa ridícula proposta logo se esvaeceu qual bolha de sabão, mas ela mostra, de alguma maneira, a falta de respostas a um problema crucial e também uma característica da ideologia hegemônica destas latitudes, ou seja, a da caridade e do clientelismo, como lubrificantes essenciais do “motor” neoliberal. É interessante o contraste dessa proposta com o filme “Plácido”, de um grande cineasta espanhol chamado L.García Berlanga. Nessa comédia, filmada em pleno franquismo, faz-se uma crítica muito sutil mas ao mesmo tempo aguda à caridade privada (e ao catolicismo). No pequeno vilarejo em que a história do filme se passa, os meios jornalísticos, juntamente com as classes altas e dirigentes, decidem realizar um concurso chamado “Llévese un pobre a su casa”. Nesse concurso seriam dadas aos mendigos da pequena vila, por um dia (o dia de páscoa), todas as comodidades burguesas nos lares de médicos, políticos, banqueiros, etc. Vê-se então a hipocrisia destes contrastar com a surpresa e apetites desenfreados dos miseráveis. Percorrendo os lares há, sugestivamente, um jornalista que comunica à população o sucesso do concurso.

<sup>5</sup> Segundo Milton Friedman o recurso mais desejável para o combate a pobreza é a caridade privada, embora ele reconheça que tal medida possa ser insuficiente. (1977:161).

“autoritarismo caracterizado pela fragilidade do espaço político de representação e por um Estado que pretende exprimir a vontade popular. O papel central desempenhado pelo Estado confere uma grande importância à pessoa do chefe do Estado. É a ele que são dirigidas as demandas, é dele que depende, em última instância, a vasta rede clientelista pela qual transitam a influência e o poder.” (1994:149).

Por outro lado, não será considerada a visão parcializada de alguns economistas, no contexto ideológico atual. Estes intelectuais se referem a “populismo econômico” como:

“un enfoque de la economía que destaca el crecimiento y la redistribución del ingreso y menosprecia los riesgos de la inflación y el financiamiento deficitario, las restricciones externas y la reacción de los agentes económicos ante las políticas agresivas ajenas al mercado.” (DORNBUSCH y EDWARDS 1992:17).

Assim, neste trabalho não se considerará o populismo como um tipo específico de política econômica; mas, antes, por ser uma maneira de ‘fazer a política’, o populismo será considerado como não incompatível, ‘na prática’, com o neoliberalismo. Aliás, evidencia-se, em casos específicos como o argentino, uma simbiose muito peculiar<sup>6</sup>. Se investigarmos um pouco mais, observaremos que, distanciada do discurso asséptico e ‘anti-politicista’ dos neoliberais, se apresenta, no processo de transformação das

---

<sup>6</sup>Nos anos oitenta e noventa a tentativa de aplicação de políticas de liberalização econômica nos países da região (América do Sul) manteve-se associada, de alguma maneira, a “formas” de populismo: Paz Estenssoro na Bolívia, Collor no Brasil, Carlos A. Perez na Venezuela, Fujimori no Peru, etc.



economias latino-americanas, uma realidade complexa, tingida por contradições, e na qual o político populista (e a ‘política’ populista), com suas regras informais, tem um papel destacado e importante.

### **Crise capitalista nos anos setenta.**

A crise do Estado de Bem-Estar, em suas mais variadas manifestações nacionais, começou nos anos setenta. Esta crise criou a necessidade de condições políticas favoráveis à reestruturação da economia, mediante “novas reformas”, para uma nova etapa da acumulação capitalista.

Esta crise, de meados dos anos setenta, foi uma crise internacional que afetou a “normalidade” (normalcy) (OVERBEECK. 1993:14) em todos os aspectos da ordem do pós-guerra: relações sociais de produção, papel do Estado, e ordem internacional. Produziu-se assim uma reestruturação de aspectos espaciais e técnicos da produção e das relações sociais de produção.

Segundo Tavares (1993:25), os ajustes macroeconômicos experimentados pelos Estados Unidos, potência e ‘motor’ econômico internacional do pós-guerra, foram uma resposta defensiva imposta progressivamente a todos os países capitalistas a partir da crise monetária do começo dos anos 70 e do primeiro choque do petróleo. Este bem energético não voltaria mais a ser barato. Mas o sistema capitalista de produção ainda requer os serviços do ouro negro. A economista afirma que a partir deste choque, do posterior ajuste da balança de pagamentos dos Estados Unidos e das tentativas de manutenção da hegemonia do dólar, produziram-se respostas bem sucedidas de reestruturação industrial

nos demais países desenvolvidos, em particular na Alemanha e no Japão, o que provocou novas mudanças na divisão internacional do trabalho.

As tendências nas mudanças internacionais do trabalho se estão desenhando a partir de duas mudanças estruturais básicas: a primeira delas é aquilo que comumente se denomina “Terceira Revolução Industrial”; e a segunda é a nova onda de transnacionalização, eixo central da chamada globalização dos anos oitenta e noventa.

Estas transformações foram provocadas pelo ajuste global das economias desenvolvidas e deixaram importantes seqüelas no que diz respeito à reestruturação industrial e à intermediação financeira (TAVARES, 1993:67). A isto cabe acrescentar que os motores industriais do crescimento e da internacionalização financeira são operados por um conjunto relativamente reduzido de grandes empresas e bancos privados, que, em dois Estados nacionais desenvolvidos, Alemanha e Japão, se foram transnacionalizando de forma subsidiada, como uma resposta tardia à precoce transnacionalização norte-americana (TAVARES, 1993:68). No interior deste processo, os bancos privados se transformaram em financiadores de países desenvolvidos deficitários e também de países em desenvolvimento, como, por exemplo, os países árabes, os latino-americanos, os ex-Estados socialistas, os Estados do leste asiático, etc...

A isto sucederam, nos anos oitenta, políticas de liberalização cambial e financeira, as quais alteraram radicalmente, em direção à globalização e diversificação dos centros e dos instrumentos bancários, o sentido de organização dos mercados financeiros, o que produziu um aumento da rivalidade bancária a nível internacional.

A reestruturação da economia mundial teve e tem importantes conseqüências sociais, políticas e ideológicas nos países em desenvolvimento. As condições recessivas

internacionais dos anos 80 intensificaram graves crises fiscais nos Estados, em vários níveis (nacionais, provincial e municipal), além de ter forçado os governos a competir entre si para atrair a escassa oferta de capital. Isto explica, em parte, o apogeu das privatizações dos bens públicos, os desregulamentações e as modificações na estrutura dos impostos, que tendem à diminuição da carga tributária incidente sobre o capital. Esta competição encarniçada, que na América Latina adquire traços de luta pela sobrevivência, se acentuou ainda mais a partir de 1989, com a queda do Muro de Berlim. O Leste Europeu e a ex-URSS se abriam ao capital internacional inaugurando uma nova etapa histórica do capitalismo.

Sob este panorama e diante desta realidade, as idéias neoliberais se apresentam como as “restauradoras” da ordem frente aos anos de ‘vício’ da política econômica, representados pelas políticas intervencionistas das mais diversas espécies. Dentro deste contexto de desenvolvimento do capitalismo mundial nos anos noventa, o fenômeno do neoliberalismo argentino parece não ser um caso isolado, mas antes, figurar, com suas particularidades próprias, no interior de um processo hegemônico mundial.

### **Aspectos gerais de história política e economia argentinas.**

Em suma, o objetivo deste trabalho será, essencialmente, a reconstituição dos elementos chave e aspectos básicos que regem um pensamento econômico-social: o neoliberalismo. Dito de forma mais específica, procurarei operar uma reconstrução de textos e documentos que considere como os mais importantes dos principais divulgadores argentinos do liberalismo econômico, entre os quais estão Alvaro Alsogaray, José Alfredo Martínez de Hoz e Domingo Cavallo.

Mas, antes de propriamente dar início a essa tarefa, pareceu-me importante fazer uma breve contextualização histórica da política argentina.

A partir do primeiro golpe militar da história argentina, que ocorreu em 1930 encabeçado pelo General Uriburu e que derrubou o presidente constitucional Hipólito Yrigoyen, o sistema político argentino passou a se caracterizar, por mais de meio século, pela alternância entre governos militares e civis, com clara preponderância dos primeiros.

Nesse quadro de instabilidade política, o capitalismo argentino, à semelhança do que ocorreu no resto da América Latina, se expandiu e desenvolveu conforme o ritmo mundial e com as características próprias das regiões exportadoras de produtos primários. O'Donnell ressalta que o sistema de produção (na Argentina), que ficou diretamente vinculado ao mercado mundial, radicou-se no pampa argentino e passou a ser conhecido como o "sistema de estância". Essa acumulação agrária, de alguma maneira, impulsionou a "emergência de um setor urbano, comercial e incipiente industrial" (O'DONNELL.1977:526).

Esse incipiente mercado urbano (e pampeano), ressalta O'Donnell, levou a um começo de industrialização que recebeu um forte impulso durante a Primeira Guerra Mundial. No plano da política, entre 1870 e 1930:

"El Estado argentino pudo parecerse al Estado liberal de los grandes centros mundiales, en tanto funcionó como un sistema de democracia política más ostensiblemente fraudulento pero con un nivel de participación no inferior que aquellos" (O'DONNELL.1977:528).

O Estado argentino, em outras palavras, se configura como “creatura de la burguesía pampeana y de sus prolongaciones financieras y comerciales en el sector urbano, apéndices directos y altamente internacionalizados del mercado mundial” (O’DONNELL.1977: 529). Essa centralidade da burguesia pampeana deu sentido à inserção da Argentina no mercado mundial, e, conforme faz notar O’Donnell, “esa clase y ese Estado tempranamente nacionales fueron también, originaria y constitutivamente, el ámbito principal de la internacionalización de su sociedad y de su economía” (1977:529).

A partir da crise de 1930, a qual coincide com a primeira quebra institucional na Argentina, houve um novo impulso da industrialização substitutiva das importações, e, com isto, uma incorporação às regiões “não pampeanas” de grande parte da força de trabalho “extraível”. Cabe ressaltar que, simultaneamente, deu-se também a emergência de um setor popular no qual a classe operária é de peso relevante e “dotado de recursos económicos y organizativos mayores que los del resto de América Latina” (O’DONNELL.1977/531).

O conflito mais agudo entre esses setores populares e os interesses da burguesia agroexportadora e de suas “ramificações” financeiras remonta aos dois primeiros governos peronistas (1946-1955).

“El Estado se apropió de parte sustancial de lo producido de las exportaciones pampeanas, mantuvo definido sus precios internos y con ello aumentó el nivel de ingresos del sector popular y amplió la demanda efectiva de otros bienes, sobre todo industriales.” (O’DONNELL. 1977:532).

Cantitrot (1979) deu ao modelo industrial desse período o nome de “modelo de industrialização semicerrado”, ao passo que outros o chamam modelo “estadocêntrico” (BORON.1995). Apesar da incipiente industrialização substitutiva, acelerada nos anos trinta, Canitrot esclarece que somente em 1946, diante do risco de uma possível terceira guerra e diante do ressurgimento da oferta de capitais, o governo peronista deu à “protección industrial el carácter de una política de industrialización a largo plazo.” (CANITROT.1979:461). Gerou-se, desta maneira, um efeito de expansão das transferências de renda da agricultura à indústria.

O período entre os anos de 1959 a 1970 foi de expansão, mas politicamente instável, o que gerou duas importantes crises. Por um lado, a dissolução do regime autoritário militar de 1969, o que ocasionou uma queda no crescimento e um aumento de inflação. A segunda grande crise tem início em 1973 com a subida do peronismo ao poder. O governo peronista eleito procurou, num quadro do qual faziam parte uma crescente violência social, a morte de Perón e a ‘inquietação’ militar, repetir, sobre frágeis bases políticas, um acordo de preços e salários que viria, em 1975, a ocasionar uma inflação galopante (o assim chamado “rodrigazo”, em homenagem ao então Ministro da Economia, o qual produziu uma grande desvalorização da moeda). Esse fato foi a ante-sala do golpe de Estado de março de 1976.

No âmbito da economia, é importante ressaltar que nos anos 60 começa a haver, na Argentina, um crescimento considerável nas exportações de manufaturas industriais. Esse é um fenômeno relevante para a medição das mudanças ocorridas a partir da gestão econômica de Martínez de Hoz, a qual será, mais adiante, analisada com maior atenção. Até meados de 1974, por exemplo, a metade das exportações argentinas eram manufaturas

industriais (CANITROT.1979:462). O programa econômico ultra livre-mercadista e de abertura de Martínez de Hoz, cujos aspectos relevantes serão ainda apontados, interrompeu com métodos radicais a incipiente industrialização argentina. Algumas cifras da inédita desindustrialização serão apresentadas na conclusão.

Finalmente, a fim de situar o leitor não familiarizado com a história política argentina, considere oportuno destacar os fatos mais significativos em forma de esquema.

1930

Primeira ruptura da ordem constitucional. Golpe de Estado do general Uriburu contra o presidente eleito (com voto 'universal' masculino) Hipólito Yrigoyen (partido: Unión Cívica Radical).

1932-1943

Tem início a era denominada, devido a sucessivos governos conservadores e fraudulentos, "Década infame". Governo do General Justo (Conservador-liberal), eleito de forma fraudulenta. Governo de Ortiz (U.C.R. anti-personalista), que tenta acabar com as fraudes eleitorais. Morre Ortiz por doença e sucede-o o vice-presidente Castillo, um ultraconservador, partidário das fraudes.

1944-1945

Golpe de Estado contra o governo de Castillo. O General Ramirez assume a presidência por alguns meses; e depois o general Farrell. Ideólogos do golpe: G.O.U. (Grupo de Oficiais Unidos). Era esse grupo formado por coronéis e tenentes-coronéis, possuidores, alguns, de claras tendências ideológicas fascistas. Encontrava-se entre os membros do Grupo o então coronel Juan D.Perón.

Perón é funcionário do presidente Farrell. Ocupando um cargo na Secretaria de Trabalho, ganha notoriedade pública e sua popularidade aumenta. Perón adquire, cada vez mais, influência e poder. Assume a vice-presidência por decreto de Farrell.

1946

Retorno à ordem constitucional. Perón é eleito presidente com a maioria dos votos. São outorgados direitos sociais aos trabalhadores. Criação da CGT (Confederación General del Trabajo). Importante e inédita regulamentação da economia.

1952

Segundo governo de Perón.

1955

Golpe de Estado. Breve governo Militar. Nessa etapa o engenheiro Alsogaray, com o apoio de uma ala militar, foi Ministro da Indústria.

1958-1962

Governo constitucional de Arturo Frondizi (Unión Cívica Radical Intransigente). O peronismo é proscrito. O pacto entre Perón e Frondizi favoreceu o triunfo deste nas eleições. Desde o dia 23 de junho de 1958 até março de 1961 Alsogaray foi Ministro da Economia, apoiado por um importante setor dos militares.

Golpe de Estado. A presidência é assumida por Guido, até então presidente da Câmara dos Deputados. Governo títere. Alsogaray retorna ao Ministério da Economia por alguns meses. Martínez de Hoz é Secretário de Agricultura e Pecuária.

1963-1966



Governo constitucional, mas com o peronismo proscrito. Governo de Arturo Illia (União Cívica Radical do Povo); interrompido por um golpe de Estado encabeçado pelo General Onganía.

1966-1973

Governo autoritário militar.

1973-1976

Governo peronista. Primeiramente é eleito presidente Cámpora, o qual renuncia pouco tempo depois. Retorna, num clima de violência social crescente, Juan Domingo Perón, e ganha amplamente as eleições. Perón morre pouco depois, e é sucedido por sua esposa, a vice-presidente Maria Estela Martínez de Perón.

1976

Golpe de Estado. Governo encabeçado por uma Junta Militar: General Videla, Almirante Masera, Brigadeiro Agosti. Ministro da Economia com funções de super-ministro: Martínez de Hoz. É implementado um plano econômico liberal.

Presidentes do período ditatorial: Videla (1976-81), Viola (1981-82), Galtieri (1982) e Bignone (1982-83). Em 1982, Guerra das Malvinas: derrota e ocaso da ditadura.

1983-1989

Retorno à democracia. Alfonsín (União Cívica Radical) presidente.

## **CAPÍTULO 1: -O NEOLIBERALISMO- CARACTERÍSTICAS GERAIS**

## 1.- A Escola Austríaca e os valores liberais

O pós-guerra parecia ter sepultado a era do liberalismo econômico. O “Estado de Bem-Estar” se institucionalizava, com matizes diferenciados, nos Estados Unidos -como herdeiro do “New Deal”- e na Grã-Bretanha; ambas nações de fortes tradições liberais. Processos semelhantes ocorreram também em outros países da Europa continental. Desta maneira, os Estados-nações vencedores da Segunda Guerra Mundial e outras nações poderosas criavam uma rede de políticas sociais, já esboçadas na década de 30, deixando para trás os princípios do liberalismo econômico.

Alguns anos antes destes acontecimentos, em 1944, era publicado na Grã-Bretanha um livro que marcaria um capítulo importante na disputa das idéias: *Caminho de Servidão* (*The Road of Serfdom*) de Friedrich Hayek. O autor é um economista austríaco que, havendo sido exilado, lecionava na London School of Economics. Esse intelectual realizou um duríssimo ataque aos princípios que sustentavam o Estado de Bem-Estar keynesiano.

Hayek confessava, no início de seu prefácio, que sua obra era um “livro político”, o qual descansava ideologicamente sobre o que ele chamava de “valores últimos”, isto é, os valores do liberalismo econômico.<sup>7</sup>

A tese do livro de Hayek é simples, mas de grande impacto: a planificação econômica conduz inexoravelmente à ditadura e ao totalitarismo, ou seja, à supressão da liberdade.

Esse raciocínio não admite, sob nenhum aspecto, as meias-tintas. Dito de forma mais específica, não existe “verdadeira” liberdade sem liberdade econômica, e foi devido à

---

<sup>7</sup> Na Argentina, o engenheiro Alsogaray assim reconhece a importância que essa obra teve para ele: “El libro Camino de Servidumbre de Hayek, que lei en 1945, fue para mí una verdadera revelación y más tarde una guía segura en la larga lucha que me tocó enfrentar”. (ALSOGARAY.1993:8-9).

ausência desta última (gradualmente perdida desde a Primeira Guerra Mundial) que a Europa caiu no totalitarismo fascista, nazista e comunista.

Desta maneira, o neoliberalismo aparecia no pós-guerra como uma concepção reciclada do liberalismo econômico de fins do século dezoito e início do século dezenove. O novo ressurgir de um “velho” liberalismo econômico, expressado na produção intelectual de Hayek e de seu professor von Mises, deixava explícito a importância essencial que para eles possuíam esses valores.

“El punto decisivo, que las gentes apenas han reconocido todavía, no es ya la magnitud de los cambios ocurridos durante la última generación, sino el hecho de significar una alteración completa en el rumbo de nuestras ideas y nuestro orden social.”  
(HAYEK, 1985:40).

A idade de ouro liberal (século XIX), base dos valores supremos do Ocidente para Hayek, havia se perdido em mãos dos planejadores sociais, o que, para o austríaco, significava a ante-sala do totalitarismo, isto é, a última fase de um processo que se apresenta como inevitável. “Hemos estado -ênfatiza Hayek- alejándonos progresivamente de las ideas esenciales sobre las que se fundó la civilización europea”.

Depois da Segunda Guerra Mundial o pensamento europeu se configurou nos marcos de uma realidade política bipolar. É nesse contexto que a difusão das idéias do neoliberalismo se desenvolve. Este pensamento, como produto reciclado das idéias do liberalismo econômico e do conservadorismo, havia sido elaborado desde o início do século pela chamada “Escola Austríaca” de economia. Nela Hayek se formou e se nutriu

intelectualmente. O fundador dessa Escola foi Carl Menger, professor de economia da Universidade de Viena.

Por outro lado, Ludwig von Mises, professor de F. Hayek, foi outro dos intelectuais mais destacados da “Escola Austríaca”. Numa série de ensaios escritos ao final da década de quarenta, Mises, que desde os anos trinta se encontrava radicado nos Estados Unidos, formula alguns postulados que prevalecerão como eixo do pensamento neoliberal na maioria de seus representantes.

Mises ressalta, em primeiro lugar, que a liberdade é “un todo indivisible e indisoluble”, mas, por outro lado, esclarece de forma enfática que “la libertad política es el corolario de la libertad económica” (MISES.1986:60). Mises deduz aqui que a liberdade deve ser indivisível e indissolúvel; mas a fim de se alcançá-la como meta moral, é indispensável a mais ampla liberdade econômica.

Em segundo lugar, num escrito de 1949 chamado “Laissez faire o ditadura”, Mises se manifesta a favor de um liberalismo econômico a todo o custo, porque em sua concepção e em seu raciocínio existem apenas os pólos opostos: a opção pela liberdade ou pela ditadura; o que é simplificar um tema por demais complexo. Em outros termos, ou temos o livre-cambismo ou temos a ditadura, seja ela fascista ou comunista. “La alternativa es economía de mercado o comunismo. (...) los hombres deben elegir entre dos sistemas de organización económica de la sociedad. No existe ni tercera solución ni un camino intermedio.” (MISES.1986:62). Portanto, segundo Mises, ao se apoiar qualquer tipo de políticas intervencionistas, apóia-se, direta ou indiretamente, alguma forma de totalitarismo -como valor moral (negativo) oposto à “liberdade”-, porque, conforme se

deduz do raciocínio de Mises, a interferência do Estado na economia de mercado acarreta, de forma gradual e inevitável, a sua intervenção total na economia.

Por conseguinte, o *laissez faire* significa para Mises “dejar que el ciudadano individual, el hombre común del que mucho se habla, elija y actue sin obligarlo a someterse a un dictador.” (MISES.1986:73).

Em terceiro lugar, e como corolário do que foi dito anteriormente, Mises se pronuncia pela defesa de uma “lei de ferro” deste liberalismo radical. O título do ensaio ao qual me refiro é por demais eloqüente: “Las políticas intermedias conducen al Socialismo”. (MISES.1986:35). Ele resultou de uma conferência proferida em Nova York no ano de 1950.

Estes três postulados dão sustentação àquilo que, para Hayek, é o princípio que deve orientar a ação de um governo “democrático” (segundo sua compreensão de democracia): Preservar e resguardar, o mais amplamente possível, as forças espontâneas da sociedade; sem recorrer, salvo em casos excepcionais, à coerção estatal.

O discurso de Hayek e Mises, conforme já foi dito, se insere historicamente no pós-guerra, mas, institucionalmente, ele se vincula a Sociedade Mont Pèlerin, fundada na Suíça em 1947<sup>8</sup>. Essa sociedade era formada por economistas, filósofos e estadistas, entre os quais figuram Milton Friedman, Karl Popper, Jacques Rueff, Luigi Einaudi e Wilhem Röpke, este último, orientador econômico do assim denominado “milagre alemão” e criador da expressão “economia social de mercado”.

---

<sup>8</sup> Considero importante fazer referência a essa sociedade, levando em conta a importância de que a mesma se reveste para o Engenheiro Alsogaray: “La versión particular de liberalismo que constituyó y constituye el fundamento y la guía de mi actuación se basa en los principios liberales establecidos principalmente durante los siglos XVIII y XIX, que fueron reelaborados entre las dos Guerras mundiales. Su formulación actual puede ubicarse en el manifiesto de la Sociedad Mont Pèlerin, constituida el 8 de abril de 1947.” (ALSOGARAY.1993:8).

A Manifestação de Propósitos da Sociedade Mont Pèlerin começa dizendo que “os valores centrais da civilização estão em perigo”, devendo-se isto, fundamentalmente, ao declínio da crença na propriedade privada e no mercado competitivo, os quais são, para a Sociedade, os valores essenciais que melhor garantem a preservação da liberdade e da civilização ocidental (PINTO.1994:21; ALSOGARAY. 1989:225).

A pregação de Mises e Hayek em prol de um neoliberalismo radical não terá repercussão na Europa no momento em que suas obras são publicadas. Nem mesmo os governos conservadores na Grã Bretanha e nos Estados Unidos, isto é, respectivamente, as duas presidências de Eisenhower e o governo de Churchill, nos anos 50, produziram o retorno ao liberalismo econômico clássico.

## **2.- O neoliberalismo de Milton Friedman**

Somente na década de setenta iniciou-se a erosão da legitimidade do Estado de Bem Estar; e o consenso sobre o mesmo começou a ser posto em xeque. Nesse momento, é a figura de Milton Friedman que adquire grande relevância.

"Destacado economista estadounidense y orientador de la influyente Escuela de Economía de Chicago, ha adherido en la Universidad de Chicago a las ideas de Hayek. Las desarrollará, incorporandoles su propia perspectiva, en un libro que -editado en 1962- alcanzará rápidamente fama académica y predicamento ideológico: Capitalismo y Libertad". (PINTO.1994:23).

O discurso de Friedman “encaixou-se” sem inconvenientes e com beneplácito na tradição política norte-americana. Seu núcleo pode ser resumido na afirmação de que o

poder governamental, ainda que necessário, é sempre perigoso, e, em segundo lugar, na de que a liberdade econômica deve ser a base da liberdade política. De forma mais precisa, Friedman se expressa em seu livro *Capitalismo e Liberdade*:

"Este livro discute alguma destas importantes questões. Seu tema principal é o papel do capitalismo competitivo - a organização da maior parte da atividade econômica através da empresa privada operando num mercado livre - como um sistema de liberdade econômica e condição necessária à liberdade política. Seu tema secundário é o papel que o governo deve desempenhar numa sociedade dedicada à liberdade e contando principalmente com o mercado para organizar sua atividade econômica". (FRIEDMAN, 1977:13).

Mas por que especificamente a liberdade econômica se apresenta, em Friedman, como a garantia das liberdades políticas? Que fator faz com que seja produzida essa subordinação do político ao econômico?

Conforme foi expressado anteriormente, existe, aos olhos de Friedman, uma relação íntima entre economia e política, na qual, aparentemente, a "política" ocupa um lugar secundário. Vejamos, pois, o seu raciocínio.

Em primeiro lugar, o tipo de organização econômica que promove a liberdade econômica promove, também, a liberdade política, porque a primeira possui a virtude de separar o poder econômico do poder político e, desta maneira, fomentar indiretamente o controle daquele sobre este (FRIEDMAN, 1977:19). Além disso, o mercado ajuda a reduzir o número de questões que deveriam ser decididas por meios políticos, reduzir, por conseguinte, as funções do governo. Dessa forma, e como consequência do que já foi dito,



o mercado permite uma grande diversidade, que equivaleria, em termos políticos, a um “verdadeiro” sistema de representação proporcional.

“Cada homem pode votar pela cor da gravata que deseja e a obtém; ele não precisa ver que cor a maioria deseja e então, se fizer parte da minoria, submeter-se.” (FRIEDMAN.1977:23).

Em segundo lugar, e como corolário do que dissemos anteriormente, o mercado permite a “unanimidade” e se apresenta, segundo Friedman, como um “sistema de efetiva representação proporcional”. As questões decisivas são resolvidas nesse âmbito por um simples “sim” ou “não”. Em contraposição a isto está a representação proporcional em sua versão política, que não apenas impede a unanimidade mas, também, tende à fragmentação e à ineficiência. É por essa razão que a representação política destrói qualquer consenso sobre o qual a unanimidade com acordo (do mercado) se pudesse basear.

A partir destas reflexões, o economista de Chicago deduz que quanto maior for o âmbito das atividades cobertas pelo mercado, menor será o número de questões para as quais serão requeridas decisões políticas. (FRIEDMAN.1977:30). Como conclusão, Friedman admite que a unanimidade é, na prática, um ideal, e que devemos aceitar, portanto, de uma forma ou de outra, a regra da maioria -isto é, a democracia política- como um expediente, ou seja, um meio que se emprega para alcançar algum fim (FRIEDMAN.1977:31). Este postulado (a democracia apenas como um meio, como um método em vista de um fim) é compartilhado, conforme veremos, por Schumpeter, em sua concepção de democracia, e por Hayek.

Finalmente, se fizermos um exercício esquemático, reduzindo as teses de Friedman a um quadro, teríamos que a representação proporcional se manifesta, na prática social, de duas formas bem diferenciadas, isto é, de forma bifurcada. Temos, em primeiro lugar, a versão “ótima”, que é a econômica; e, como contraste, a versão de representação ineficiente e imperfeita, a política.

### REPRESENTAÇÃO PROPORCIONAL

<b>Versão econômica</b>	<b>Versão política</b>
É efetiva.	Tende à fragmentação.
É eficiente.	É ineficiente.
Permite a unanimidade (mercado).	Impede a unanimidade.
Não está sujeita à “ditadura da maioria”	Destrói consensos.

Diante deste quadro, não há como não cair na tentação de optar pela “eficiência” neutra do mercado, e, por conseguinte, pela “despolitização” da sociedade. O âmbito do ‘político’, que corresponde ao ‘espaço público’ de deliberação dos cidadãos, fica, nesta maneira de ver, desprestigiado.<sup>9</sup>

Friedman e Hayek realizaram no contexto histórico-político da Guerra fria a sua defesa do capitalismo, sistema esse que geraria um progresso econômico capaz de legitimar socialmente as instituições políticas democráticas (PINTO.1944:23). Mas o momento ‘oportuno’ chegaria em decorrência da crise do Estado de Bem Estar, nos anos

<sup>9</sup> Milton e Rose Friedman consideram legítimo violar as leis que são contrárias à “natureza humana”. “La libertad económica se refiere al derecho natural y está por encima de lo que pueda designar un gobierno, aún democrático.” Citado por Calcagno y Calcagno (1995:199).

setenta. Nessa conjuntura, Milton Friedman chega a postular, em 1972, a “necesidad de abolir la seguridad social para dinamizar una economía en retroceso”, apontando como um entrave a grande carga tributária que, no intuito de saldar as dívidas acarretadas pelos serviços sociais prestados pelo Governo Federal, se aplica ao capital. (PINTO.1994:24)

### **3.- Alguns fundamentos de von Hayek.**

O tema do relegamento do “político” em favor do econômico é uma constante em todo o pensamento neoliberal. Friedrich Hayek, coincidindo com Milton Friedman a esse respeito, fez uma clara distinção entre a liberdade individual ou pessoal, que seria a ausência de coerção por parte de outros indivíduos e por parte do Estado, e a liberdade política, que significaria “la participación de los hombres en la elección de su gobierno, en el proceso legislativo y en el control de la administración”.<sup>10</sup>

A liberdade, para Hayek, é aquela condição do ser humano “na qual a coerção que alguns exercem sobre outros se encontra reduzida, tanto quanto possível, no âmbito da sociedade” (HAYEK.1983:3). Esse estado ou condição humana, no qual não se está sujeito à coerção pela vontade arbitrária de outrem, é a “liberdade individual” ou “pessoal” (HAYEK.1983:4).

O economista austríaco dá especial ênfase à importância de não se confundir a idéia de liberdade individual com concepções errôneas tais como a de ‘liberdade política’. Esta diria respeito à participação dos homens na eleição de seu governo, no processo legislativo e no controle da administração (HAYEK.1983:7). Segundo Hayek, essa expressão confere à liberdade uma característica “coletiva”, ou seja, dá a entender que

---

<sup>10</sup> Essas afirmações foram feitas em *Hayek F. A. 1960. The Constitution of Liberty*. London: Routledge and Kegan Paul. Citado por Calcagno y Calcagno (1995:70).

pode haver um “povo livre”, o qual não necessariamente será um povo de “homens livres”, desvirtuando-se assim o sentido do conceito de liberdade, que exige aplicação ao indivíduo.

Hayek, a partir da distinção entre liberdade individual e liberdade política, levanta uma questão que tem estreita relação com a colocação, anteriormente indicada, de Friedman. É possível gozar de liberdade individual sem ter liberdade política e vice-versa. Dito de outra forma, podemos gozar de liberdade econômica sem que haja democracia política (representativa), e podemos ter liberdade política e carecer de liberdade econômica. Segundo Hayek, a primeira alternativa não é conveniente, e a segunda é o pior dos males, porque seria o caminho rumo ao totalitarismo. O “inimigo”, isto é, o comunismo, estaria a um passo de ganhar a batalha. Conforme já foi ressaltado, ao aludirmos ao tema da democracia, o economista-filósofo austríaco parece confiar pouco no “bom uso” das liberdades políticas por parte da massa dos cidadãos: “hemos visto a millones de personas que votaban por su completa dependencia hacia un tirano”. (CALCAGNO y CALCAGNO.1995:70).

O ‘novo’ liberalismo de Hayek, assim como o de Friedman, mostra, de forma marcante, a maneira como a doutrina liberal contemporânea foi cada vez mais se concentrando na defesa da economia de mercado e das liberdades econômicas. Nas palavras de Bobbio:

“Hayek ha insistido en la idisolubilidad entre la libertad económica y la libertad sin adjetivos, y por tanto ha subrayado la necesidad de distinguir bien el liberalismo que tiene su punto de partida en una teoría económica de la democracia, que es una teoría política, atribuyendo a la libertad individual, de la que la

libertad económica sería la primera condición, un valor intrínseco y a la democracia un valor instrumental". (BOBBIO.1989:98).

Desta forma, a “liberdade individual” ou “pessoal” de Hayek se identifica com a liberdade econômica e com a consequente defesa da propriedade privada. Hayek mostra certa reserva em utilizar a expressão ‘liberdade econômica’, por considerar que a mesma teria se originado de “equivocos” e “mal-entendidos”.<sup>11</sup>

Assim, no transcurso dos anos 70 o corpo central das idéias de Hayek e de Milton Friedman havia sido incorporado ao discurso do ‘sentido comum’ econômico. E não apenas isso: esse conjunto articulado de idéias foi, e ainda é, apresentado como a “verdadeira” ciência capaz de entender todos os problemas, já não somente os econômicos, mas os sociais em geral. O prestígio de ambos os economistas era “indiscutível”, o que ocasionou, entre outras coisas, que fossem contemplados com o prêmio Nobel.

Creio que seria interessante ressaltar que estas idéias neoliberais foram, nos países anglo-saxões, pouco a pouco se fundindo, se é que cabe a palavra, com o pensamento conservador. Esse processo é descrito no trabalho de Júlio Pinto (1994) intitulado “Neoconservadurismo y consolidación democrática en Argentina”.

---

<sup>11</sup> “El orden espontáneo del mercado, basado en la reciprocidad o beneficios mutuos, se describe comunmente como un orden económico; y en el sentido vulgar del término ‘económico’, la Gran Sociedad se sostiene de hecho, íntegra y continuamente en lo que con frecuencia se denominan fuerzas económicas. Pero es sumamente equivoco, y se ha convertido en una de las principales fuentes de confusión y equivocación, denominar este orden una economía como lo hacemos cuando hablamos de una economía nacional, social o mundial. Esta es, cuando menos, una de las principales fuentes de la que nace el empeño socialista por convertir al orden espontáneo de mercado en una organización con dirección deliberada que sirva a un sistema consentido de fines comunes”. Desta maneira, Hayek justifica a sua restrição ao uso da palavra “economia”. Acrescenta ele mais adiante: “Una economía en el sentido estricto de la palabra (...) es verdaderamente una organización o un ordenamiento deliberado de un conjunto dado de recursos al servicio de un orden único de propósitos”. (HAYEK.1982:184).

"El neoliberalismo se ha vuelto hegemónico en las sociedades anglosajonas aportando, de esta manera, las bases teóricas para una cada vez más exitosa impugnación a la viabilidad económica del Estado keynesiano de Bienestar. La crisis petrolera de 1973 y su resultado, la recesión con inflación que jaquea a las sociedades democráticas, proveerán la coyuntura política, haciendo que sean percibidas como las respuestas programáticas más adecuadas, frente al obligado replanteo de las políticas públicas que afrontan las mismas. Ha llegado así a fines de los '70 el turno de los liderazgos políticos conservadores, que incorporaron a su discurso, conservador y populista, las ideas económicas del neoliberalismo". (PINTO.1994:25).

Em suma, o que interessa resgatar, em função do interesse do trabalho, é, a partir de uma perspectiva global, observar como as idéias do liberalismo econômico foram ocupando espaço desde o final da Segunda Guerra Mundial; ressaltar os postulados essenciais do neoliberalismo; e destacar os seus principais representantes, isto é, as figuras chave que protagonizaram o processo de difusão do neoliberalismo e que tanto contribuíram para a obtenção de uma mudança de consenso, em parte da Europa e nos Estados Unidos, favorável àquela política.

Os difusores argentinos desta espécie de liberalismo foram fortemente influenciados pelas correntes de pensamento às quais se fez referência. Desta maneira, introduziu-se no pensamento sócio-econômico argentino uma visão ideologizada e radical do liberalismo econômico, a qual refletia os dilemas políticos da Europa de então e dos Estados Unidos.

#### 4.- Democracia

Não é intenção deste trabalho teorizar profundamente a respeito do tema da democracia, simplesmente porque isso tenderia a fazer com que me desviasse do tema central. Considero, no entanto, que os dilemas que surgem da relação do neoliberalismo com a questão da democracia são chaves para se entender a realidade social, e que, por esta razão, não podem ser deixados de lado. Nesta seção procurarei indagar acerca de qual seja a concepção de democracia que se adequa ao pensamento neoliberal. Pontos de vista e reflexões pessoais somente serão esboçados nas conclusões do trabalho.

Primeiramente, é necessário indicar qual é a visão de Hayek, pensador chave do neoliberalismo, no que se refere à democracia. Este autor sustenta de forma clara que a democracia deve ser um meio e nunca um fim, pois, conforme se verá, o valor supremo para ele é a liberdade. Por conseguinte:

"Independentemente do peso dos argumentos a favor da democracia, ela não é um valor último, ou absoluto, e deve ser julgada pelo que realizar. Ela constitui provavelmente o melhor método para a consecução de certos fins, mas não é um fim em si mesma." (HAYEK.1983:115).

O mais grave perigo, para Hayek, é que alguma maioria democrática "viole" o valor supremo, a liberdade. Este enfoque valorativo condiz e converge com uma visão mecanicista e instrumental da democracia enunciada por Schumpeter.

"La democracia es un método político, es decir un cierto tipo de concierto institucional para llegar a las decisiones políticas

-legislativas y administrativas-, y por ello no puede constituir un fin en sí misma, independientemente de las decisiones a que dé lugar en condiciones históricas dadas" (SCHUMPETER, 1985:312).

Desta maneira, a democracia, igualada a um mecanismo -a mais um método, como qualquer outro-, encaixa-se perfeitamente no esquema neoliberal. Não obstante as grandes diferenças intelectuais entre Schumpeter e, por exemplo, Hayek, a 'famosa' concepção de democracia do primeiro se articula muito bem com o pensamento do liberalismo econômico.

A premissa neoliberal (e liberal) subjacente à concepção de democracia como técnica, como método para se chegar ao poder, é a idéia de que o "votante médio", o "cidadão comum", as "massas", etc., são possuidores de uma visão social distorcida dos processos a longo prazo, ou, em outras palavras, de uma 'miopia' social incurável. Max Weber, em um de seus últimos escritos políticos publicados depois da Primeira Guerra Mundial, afirmava:

"O perigo político da democracia de massas para o Estado jaz primeiramente na possibilidade de elementos emocionais virem a predominar na política. A "massa" como tal (independentemente das camadas sociais que a compoem em qualquer exemplo particular) só é capaz de pensar a curto prazo. Pois, como toda experiência mostra, ela está sempre exposta a influências diretas puramente emocionais e irracionais." (WEBER, 1983:88).



Weber, com certo desencanto, expressou-se dessa maneira sob circunstâncias histórico-sociais bastante especiais. A Alemanha do primeiro pós-guerra foi o cenário de lutas sociais radicalizadas e sangrentas, de uma crise econômica e da insatisfação pela derrota na Guerra. A República de Weimar era erigida sobre esses alicerces -sobre essa aguda crise sócio-política- no momento em que o “velho liberal”, Weber, refletia desencantado e cético acerca das conseqüências sociais e do futuro do regime.

Alguns anos mais tarde, no fim da Segunda Guerra Mundial, Schumpeter, em sua famosa teoria sobre a democracia, fazia sua a visão weberiana a respeito da “massa”. Segundo Schumpeter e, em geral, os defensores da economia liberal, o indivíduo é efetivamente, em economia, o melhor juiz de suas próprias questões. O problema se manifestaria, entretanto, no momento em que esse mesmo “indivíduo” atua no campo político (vota).

"Los electores demuestran ser malos jueces de sus propios intereses a largo plazo, pues es tan sólo la promesa a corto plazo lo que toman en consideración políticamente, y la racionalidad a corto plazo la única que prevalece efectivamente".  
(SCHUMPETER, 1985: 333-334).

Cristaliza-se aqui uma concepção minimalista da democracia que terá grande apogeu entre os economistas neoliberais e em grande parte da “Nova Direita”<sup>12</sup>. Os eleitores schumpeterianos possuem um “sentido limitado de la realidad”, que traz em si um “sentido limitado de la responsabilidad y a la falta de voliciones efectivas”

---

<sup>12</sup> Extraímos a expressão de David Green (1988)

(SCHUMPETER:334). Essa situação explica a “ignorancia del ciudadano corriente y la falta de juicio en cuestiones de política nacional y extranjera” (SCHUMPETER:335).

Assim, segundo este autor, o “cidadão normal”, de certa maneira, se ‘animaliza’ ao ingressar no terreno da política (“desciende a un nivel inferior de prestación mental”, nos termos de Schumpeter), ou seja, faz-se “de nuevo primitivo”. Decorrem deste argumento duas conseqüências, com o que se fecha o argumento que Weber anteriormente havia esboçado, referindo-se à Alemanha pré-nazismo. A primeira conseqüência é que o “cidadão corrente” teria, em questões políticas, de submeter-se a preconceitos e “impulsos extrarracionales e irracionales” (SCHUMPETER:335); e a segunda conseqüência é que “siendo como es la naturaleza humana en la política, son capaces (grupos que persiguen fines interesados) de configurar la voluntad del pueblo e incluso de crearla dentro de unos límites muy amplios” (SCHUMPETER:336).

Com Schumpeter, e logo, de alguma maneira, com a ciência econômica neoliberal, cristaliza-se uma visão acabada do “eleitor médio” como um ‘miope’ político<sup>13</sup>. Essa metafórica doença manifesta-se aqui como uma condição do “homem corrente”, o qual dela padecerá em todas as circunstâncias. Não se trata de um estudo rigoroso em uma sociedade determinada, etc., mas sim de uma premissa que serve para todos os casos. A partir desta perspectiva, a visão a curto prazo, inerente ao votante, contrapõe-se à “visão de lince” de alguns dirigentes e intelectuais. Poderíamos imaginar outra situação, na qual, por exemplo, à miopia das “massas”, das classes que pouco ou nada possuem, se contrapusesse um ‘astigmatismo’ dos dirigentes e intelectuais. Se isto se desse, ambos padeceriam de limitações naturais (“doenças”), sendo a do ‘pobre’ imediata e ‘curto-

---

<sup>13</sup> George Stigler afirma: “Un amplio número de economistas ha creído que el pecado de miopía con respecto a las necesidades futuras es omnipresente.” (1985:14).

prazista' simplesmente por questões de necessidade. Quanto mais necessidades básicas são requeridas, mais 'curto- prazista' o Homem se torna. E se, por alguma razão, a crise se agrava e as exigências das classes mais necessitadas se estendem, então os intelectuais da "nova direita" argumentarão que, apesar do 'astigmatismo' que os acomete, eles poderão, com suas rezas e manuais de auto-ajuda, conduzir-nos a esse 'longo prazo', a algum além promissor. Apesar dos elevados custos que se padecem, ouve-se amiúde dizer que eles seriam maiores caso não se avançasse (nas reformas neoliberais). Esse discurso se articula com mais ênfase ainda quando a miséria, a desigualdade e o desemprego crescem. Quando se estiver transitando pelo 'deserto', o problema, paradoxalmente, se manifestará de forma totalmente crua. Lá, os guias da manada, que somente podem e querem ver de longe, não verão senão miragens. A visão a longo prazo se transformará numa cegueira que, 'felizmente'<sup>14</sup>, nos levará a algumas lagoas ilusórias.

## 5.- O sentido de 'Liberdade'

Em suma, e de acordo com o que já foi visto, pode-se concluir que o conceito de "liberdade", conforme é defendido e propagado pelo pensamento neoliberal, baseia-se em dois pressupostos essenciais.

Em primeiro lugar, e explorando um pouco o terreno da teoria política clássica, o conceito de 'liberdade' utilizado pelo neoliberalismo poderia ser situado dentro dos limites

---

<sup>14</sup> Guillermo Calvo é um economista argentino formado em Chicago que ficou 'famoso' por pressagiar o "tequilazo" mexicano. Foi, durante um período curto de tempo, assessor do Ministro da Economia argentino, Roque Fernandez. Em uma reportagem, assim se expressou: "Por otro lado, no soy tan pesimista, porque con un desempleo tan alto debe haber mucha gente que está dispuesta a trabajar por un salario más bajo. No sé si esto alcanza para reactivar. Pero veo que hay un exceso de desempleo y eso puede convencer a los potenciales empleados a trabajar felizmente por un salario más bajo". *Jornal Página 12*, suplemento Cash, p.4.

daquilo que é comumente conhecido como “liberdade negativa”, ou seja, e para sermos mais exatos, do conceito de liberdade presente no *Leviatã*.

"Por LIBERTAD se entiende, de acuerdo con el significado propio de la palabra, la ausencia de impedimentos externos, impedimentos que con frecuencia reducen parte del poder que un hombre tiene de hacer lo que quiere; pero no puede impedirle que use el poder que le resta, de acuerdo con lo que su juicio y razón le dicten". (HOBBS.1983:139).

Encontramos, por outro lado, uma concepção similar em John Locke:

"La libertad natural de hombre consiste en estar libre de cualquier poder superior sobre la tierra, y en no hallarse sometido a la voluntad o a la autoridad legislativa de hombre alguno, sino adoptar como norma, exclusivamente la ley de la naturaleza". (LOCKE.1994:52).

A liberdade é, então, a ausência de embaraço ou impedimento para a realização de alguma coisa. Esses obstáculos não permitiriam a atualização da potencial capacidade do homem de realizar aquilo que deseja. Hayek, herdeiro teórico desta concepção, ressalta a importância da liberdade como valor absoluto, definindo-a como:

"O estado no qual o Homem não está sujeito a coerção pela vontade arbitrária de outrem é frequentemente chamado de liberdade 'individual' ou 'pessoal' e, sempre que quisermos lembrar ao leitor que é exatamente neste sentido que estamos empregando

a palavra 'liberdade', usaremos a expressão 'liberdade individual'".  
(HAYEK.1983:4).

Neste parágrafo se observa, em suma, a preocupação de Hayek em delimitar conceitualmente a categoria de Liberdade de acordo com seu caráter limitado e 'negativo'. Hayek rejeita totalmente a utilização dos conceitos de "liberdade civil" e "liberdade política" por gerarem eles confusão (HAYEK.1983:4). Assim, o conceito de liberdade em sua forma restrita se transforma em elemento de essencial importância, porque é a partir e em torno dele que o neoliberalismo adquire fundamentação "moral"<sup>15</sup>. Essa referida ausência de coerção, explícita na definição, não é senão uma exigência política de limitação do governo mediante regras precisas (não interferência). (GRAY.1994:51)

Tendo-se já salientado alguns aspectos conceituais referentes à liberdade em Friedman e Hayek, é possível afirmar que para a concepção neoliberal a liberdade é negativa mas também "abstrata e individual", ou seja, ela é "basicamente, una libertad que consiste en la mera eliminación de las determinaciones externas que pueden interferir con nuestra libertad para operar en el mercado." (GOMEZ.1995:174). Em outras palavras: aquilo que o neoliberalismo claramente manifesta é a igualação, em um mesmo nível, dos valores 'liberdade' e 'liberdade de livre comércio'. Esta concepção de liberdade "involucra el sometimiento del hombre a las leyes inexorables del mercado, lo que hace que las leyes económicas adquieran una dimensión ética." (GOMEZ.1995:174).

Em segundo lugar, no liberalismo -em sua concepção econômica ultraliberal- existe um outro pressuposto essencial, já apontado anteriormente, sem o qual seu economicismo

---

<sup>15</sup> "Devemos mostrar que a liberdade não é meramente um valor específico, mas que é a fonte e condição essencial da maioria dos valores morais". (HAYEK. 1983:XXXVII).

não seria entendido. Este pressuposto consiste na concepção de que a liberdade econômica é, conforme já vimos, o fundamento da liberdade política. Em outras palavras, e para sermos mais precisos, o neoliberalismo gira em torno de um valor supremo fundamental, através do qual se procura dar sentido moral<sup>16</sup> a uma sociedade já não apenas nacional, mas também global.

Hayek reconhece a supremacia da moral como condição para a existência da liberdade e como sua consequência. “Das convenções e costumes inerentes às relações humanas, as normas morais são as mais importantes, mas não representam absolutamente os únicos elementos significativos” (HAYEK.1983:66). Mas a questão que, para o propósito do presente trabalho, nos interessa é: por que a liberdade é o princípio moral supremo? Hayek esclarece que nem todos os princípios morais que evoluíram em uma determinada sociedade são benéficos (HAYEK.1983:72). Segundo Hayek:

“Dos poucos princípios desta categoria que a humanidade conseguiu aperfeiçoar, o mais importante é a liberdade individual, que, sem dúvida alguma, deve ser considerada um princípio moral de ação política. Como todos os princípios morais, a liberdade individual exige que a aceitemos como um valor intrínseco, como um princípio que deve ser respeitado sem nos determos sobre as consequências em determinado caso. Não obteremos os resultados desejados se não aceitarmos a liberdade como um princípio ou um pressuposto tão fundamental, que nenhuma razão de conveniência poderá limitá-la”. (HAYEK.1983:73).

---

<sup>16</sup> Segundo Bobbio, “hoy estamos demasiado influidos por la crítica exclusivamente económica del Welfare state como para darnos cuenta plena de que el primer liberalismo nace con una fuerte carga ética, y la crítica del paternalismo tiene su principal razón de ser en la defensa de la autonomía de la persona humana. Desde este punto de vista, Humboldt se liga con Kant, y éste y Humboldt con Constant. También en Smith, que por lo demás antes de ser economista fue moralista, la libertad tiene un valor moral.” (BOBBIO.1989[b]:28).

Em resumo, para Hayek, o princípio moral de liberdade individual não está sujeito à discussão, porém, aquilo que denominamos liberdade política o estaria, pois o neoliberalismo não aceita que um consenso da maioria (em um Parlamento, por exemplo) modifique a legislação ou obrigue uma minoria a não respeitar os princípios gerais (ex: liberdade econômica). (HAYEK.1983:72).

Segundo Hayek a “sociedade livre” regida pelo mecanismo do mercado é o melhor método que o homem conhece para prover bem-estar à grande maioria das pessoas, e, em segundo lugar, é o melhor método conhecido para canalizar os esforços de todos a serviço da sociedade. Eis aqui os seus dois principais fundamentos morais. (GREEN.1987:146).

Como item final, é interessante observar a relação entre a liberdade negativa defendida pelos neoliberais e a reivindicação de uma moral “negativa”, feita por Hayek.

"Para recuperar certas verdades fundamentais, destruídas por mais de um século de demagogia, é necessário voltar a compreender por que os valores básicos de uma grande sociedade, ou sociedade aberta, devem ser negativos, assegurando ao indivíduo o direito de perseguir os próprios fins com base no próprio conhecimento, no âmbito de um domínio conhecido. Só essas normas negativas possibilitam a formação de uma ordem autogeradora que utiliza os conhecimentos e satisfaz os desejos dos indivíduos. Teremos de nos resignar ao fato, ainda estranho de que, numa sociedade de homens livres, a autoridade suprema não deve possuir, em tempos normais, qualquer poder de emitir ordens positivas. Seu único poder deve ser o de proibir em conformidade com uma norma, de tal modo que sua posição suprema decorra do

compromiso de subordinar cada ato a um princípio geral."  
(HAYEK.1985[a].T3:135).

Conforme anteriormente se observou, a 'ordem social' que o neoliberalismo propõe não seria, exclusivamente, uma ordem econômica: a liberdade, expressam Hayek, Mises e Friedman, é una, indivisível e individual, mas, a fim de se alcançá-la, é condição *sine qua non* que o mercado auto-ajustável aloque os bens e recursos de uma sociedade com o mínimo de interferência estatal possível. Sem ter a intenção de me imiscuir em questões de filosofia moral, ressalto que, para Hayek, de acordo com a citação acima, o poder político se deve fundamentar no "princípio geral" de liberdade "negativa", devendo também atuar de acordo com certas normas "negativas" decorrentes desse mesmo princípio. Mas ele esclarece expressamente que isto tem validade apenas "em tempos normais". O que aconteceria, então, quando um Estado não se encontrasse em "tempos normais" -ou em uma "situação normal" hayekiana-, como é o caso, por exemplo, de muitos países da América Latina?

Penso ser oportuno, levando em conta o objetivo deste trabalho, indagar, no próximo capítulo, acerca de alguns aspectos do pensamento econômico-político de dois dos mais reconhecidos representantes argentinos na defesa das políticas neoliberais: o doutor José Alfredo Martínez de Hoz e o engenheiro Alvaro Alsogaray.



## **CAPÍTULO 2 : ESTADO E ECONOMISTAS NEOLIBERAIS.**

### 1.- Considerações gerais.

i] Os popes do neoliberalismo tiveram adeptos fervorosos na Argentina; representantes que vão desde os seguidores incondicionais da Escola Austríaca tais como o engenheiro Alvaro Alsogaray e Alberto Benegas Lynch, (filho) até outros mais ‘pragmáticos’ como Martínez de Hoz e a sua equipe de economistas relacionados com o âmbito econômico-financeiro de Buenos Aires. Esses personagens se mostraram decididos e tenazes no momento de defender e difundir os postulados neoliberais.

Reconheço a opacidade teórica dos representantes argentinos, quando comparados com intelectuais do porte de Hayek e Friedman, para nomear pensadores neoliberais mundialmente reconhecidos. Porém, o que neste trabalho se procura é ressaltar o discurso destes abnegados “profetas” argentinos. Adverte-se claramente que os mesmos não tinham a função intelectual de entender ou explicar a realidade, a questão social, o mundo social circundante e elaborar teorias. Os neoliberais argentinos já conheciam *a priori* o funcionamento ‘natural’ da sociedade; e a sua função era a de tornar conhecida a verdade revelada. Essa tarefa não partiu de uma Escola de pensamento local, mas foi, antes, levada a cabo por um grupo disperso que compartilhava um credo comum; por um séquito intelectualizado, que apresentou a economia como sendo regida por leis imutáveis, princípios eternos e naturais que se haveriam desvirtuado ao longo dos mais de quarenta anos de Welfare State ‘criollo’.

ii] A fim de iniciarmos a abordagem desse tema, seria interessante penetrarmos em algumas apreciações expressadas há não muitos anos atrás:

"A riesgo de que se nos vuelva a denostar como economicistas queremos puntualizar que la clave de la recuperación argentina reside en la libertad económica proclamada en nuestra Constitución (1853)". (ALSOGARAY.1993:377).

Conforme salientamos acima, o engenheiro Alsogaray coincide amplamente com Hayek e Friedman: para ele, a liberdade não é concebível sem uma liberdade econômica quase absoluta. É por essa razão que este representante do neoliberalismo, apesar de se definir como um "não economicista", não aceita, paradoxalmente, nenhuma 'solução' que não contemple uma liberdade econômica integral.

"La libertad del individuo, valor supremo que defendemos, es un todo indivisible. La libertad económica es una parte esencial, no accidental ni complementaria, de esa libertad. La afirmación de que puede haber libertades civiles y religiosas dentro de un sistema de reglamentación económica y social es intrinsecamente falsa, y a esa falsedad se debe la gran mayoría de los males presentes". (ALSOGARAY.1993:377).

Deduz-se daí que, sem a liberdade econômica, o liberalismo não se realiza totalmente, isto é, a liberdade não atinge a sua "culminação", o seu caráter indivisível. Podemos acrescentar ainda que uma economia de mercado, segundo Alsogaray, é a única que garante e é capaz de assegurar as "outras liberdades" (política, cívica, etc.), além de produzir riqueza e de distribuí-la da forma mais imparcial. Alsogaray ressalta que os males

dos quais hoje se padece seriam resultado do fato de termos nos “desviado” dos princípios liberais básicos.

“La libertad económica expresada a través del funcionamiento de una verdadera economía de mercado, única que respeta y afirma las demás libertades, constituye asimismo el único camino para crear riqueza y distribuirla imparcial e impersonalmente elevando con ello el nivel de vida de todos y cada uno de los habitantes del país. Es también la única manera de crear empleos permanentes, bien remunerados, que permitan una vida digna”. (ALSOGARAY.1993:377).

Aqui o mercado é apresentado como a garantia das demais liberdades e como o único mecanismo capaz de distribuir riqueza de modo impessoal e imparcial, ou seja, com equanimidade e justiça.

iii] Deve-se, por outro lado, enfatizar um outro ponto muito importante de coincidência entre quase todos os polêmicos propagadores do liberalismo econômico na Argentina. Eles apontam a ausência de liberdade econômica como a causa da decadência do país ao longo de quarenta anos. Segundo os intelectuais orgânicos neoliberais, o “estatismo” e o “intervencionismo”<sup>17</sup> são intrinsecamente ineficientes e alteraram a ordem natural do mercado. Finalmente, a lógica desse raciocínio indica que a essa ordem imparcial, natural e impessoal contrapõe-se uma ordem de intervenção estatal que é

---

<sup>17</sup> Para Alsogaray (1989), “estatismo” significa uma tendência (negativa) à estatização das empresas, enquanto que “intervencionismo” é a prática da ingerência estatal contrária aos mecanismos de mercado a qual é também chamada de regulamentação ou intervenção “no conforme”. A intervenção “conforme” é aquela que não cria obstáculos ao mecanismo impessoal de alocação de recursos (mercado).

artificial e antinatural, um mecanismo perverso que, para os neoliberais, é preciso erradicar. Assim se expressa, pois, Martínez de Hoz:

"Fue en el período de posguerra (especialmente a partir de 1943) cuando se inició en el país un cambio profundo de política económica con una doble característica: una creciente intervención del Estado en la economía y una aplicación casi total del concepto de economía cerrada, con una virtual desaparición de los principios de libertad económica". (MARTÍNEZ DE HOZ. 1991:16).

O raciocínio, à primeira vista, não é tão complexo. A decadência argentina tem início no momento em que começam a ser implantadas no país as políticas intervencionistas, institucionalizadas durante os primeiros governos peronistas. Mas, retornando ao tema, considero necessário deter-me um pouco no exame do papel da liberdade econômica tal como este aparece sob a ótica de Martínez de Hoz, ex-ministro da Economia (1976-1981) durante a ditadura inaugurada em 1976, e representante, hoje em quarto minguante, do neoliberalismo argentino.

## **2.- Martínez de Hoz e os “artifícios” estatais.**

Em síntese, e fazendo uma recapitulação, para os neoliberais em geral e para os neoliberais argentinos em particular, a ingerência estatal na economia é, como já foi dito, em si mesma, um ‘mal’, salvo naquelas circunstâncias em que tenha como objetivo assegurar o funcionamento do mercado, caso que Alsogaray denomina intervenção “conforme”, em contraposição à “não conforme”. Esta última ocasionaria,

'inevitavelmente', o intervencionismo e o estatismo. Para os neoliberais essa intervenção é não apenas um mecanismo perverso que impediria a adequada e justa distribuição de bens e uma ordem justa, mas, também, uma espécie de 'véu' ou conjunto de véus que ocultariam uma realidade 'particular'; uma realidade "sã", "neutra", "natural".

Conforme foi sugerido anteriormente, isto nos leva, inevitavelmente, a compreender a ordem de mercado apregoada pelos *liberistas* como equivalente a uma ordem "natural", ou "sã". Por outro lado, em oposição a essa ordem, teríamos o Estado planejador em suas mais diversas versões intervencionistas, ou, segundo o léxico de alguns economistas, uma ordem "artificial", "doente" e "viciada", devido às políticas de intervenção estatal no âmbito privado.

Em 1981, após haver finalizado a sua tarefa como funcionário máximo do Ministério da Economia, Martínez de Hoz escrevia:

"La población argentina no puede permitir más que se la engañe con procedimientos o sistemas artificiosos. El sinceramiento que proclamamos en lo económico es aplicable a todos los órdenes de la vida pública y privada." (MARTÍNEZ DE HOZ.1981: 244).

Esse parágrafo não apenas denuncia os mecanismos de intervenção estatal como procedimentos artificiosos, mas expressa também a consequência lógica do que foi dito anteriormente, ou seja: a população argentina está (ou estava?) vivendo enganada por esses artificios "mentirosos", pois o artificial (a intervenção estatal) põe um véu sobre o natural (o funcionamento do mercado).

Em diversos parágrafos nota-se claras analogias com o organismo humano, nas quais a sociedade argentina é apresentada como “doente” e “intoxicada”. O ex-ministro da economia do governo militar durante o período 1976-1981 afirmou que o “saneamento” e “reabilitação” da economia argentina que se procurou realizar durante a sua gestão -com “la consiguiente exigencia de un cambio de mentalidad, hábitos y actitudes para realizar transformaciones profundas”- respondiam ao “Interés general de la Nación”, em contraposição aos “intereses particulares o sectoriales.” (MARTÍNEZ DE HOZ. 1981:12).

Sobre a oposição entre interesses setoriais e interesse geral durante a ditadura, Guillermo O'Donnell afirma:

"Las propias quejas de sectores medios y de lo que aparentemente es la mayoría de la burguesía los colocan (a los tecnócratas neoliberales en este caso), ante sí mismos y ante las fuerzas armadas, como agentes de un estado verdaderamente imparcial, movidos no por 'intereses sectoriales' sino por una denodada búsqueda del interés general que resutará de una economía 'moderna, abierta, eficiente'. El proceso, claro está, es largo y doloroso, pero estas quejas muestran que, contrariamente a lo que murmuran trasnochados opositores -subversivos, en realidad- el costo está siendo repartido con ecuanimidad" (O'DONNELL.1985:216)

O ex-ministro Martínez de Hoz e sua equipe representaram o papel de intérpretes confiáveis do verdadeiro interesse da sociedade, baseados na firme convicção daqueles que acreditam possuir uma racionalidade superior. Martínez de Hoz, a partir de sua posição “desinteressada e neutra”, poderia identificar o interesse geral da nação; bem

como denunciar e atacar os patológicos interesses setoriais, privilegiados pelas políticas intervencionistas e estatistas. Na expressão de Canitrot:

"Desde su posición de Ministro de Economía (Martínez de Hoz) lideró y dio su propio color, más allá de lo económico, a toda la gestión de gobierno. Alimentó en éste la imagen de un autoritarismo ilustrado, distante, poseedor de una moral y una disciplina superior, frente a una sociedad enferma por años de prácticas deformantes" (CANITROT.1979:457).

As Forças Armadas declararam como sua meta final a restauração da democracia, mas somente quando "el proceso de saneamiento hubiera alcanzado sus fines" (CANITROT.1979:457). Desta forma, se supunha um período temporalmente indefinido de ditadura através da necessidade de pôr o país em ordem. A frase de Martínez de Hoz em seu discurso de 2 de abril de 1976 é reveladora a este respeito: "El gobierno no tiene plazos sino objetivos".

Segundo a concepção organicista, a qual mais adiante será desenvolvida, a realização de um bom saneamento requer um bom "médico" (sanitarista) cuja função social seria a de curar uma sociedade "intoxicada", isto é, "viciada". Conforme a analogia com a medicina, a droga "que mata lentamente" seria, fundamentalmente, a rede de políticas sociais que configuram a planificação estatal. Por esta mesma razão, no entender de Martínez de Hoz e de seu grupo de economistas, não seria possível sair facilmente de um estado de coisas tão viciado a não ser mediante um "tratamiento" que atacasse o mal 'le duela a quien le duela'. Desta maneira, Martínez de Hoz justificará o seu método gradual e a função pedagógica do mesmo.



Alsogaray, o outro representante do liberalismo econômico, polemizará com Martínez de Hoz, atacando-o em nome de uma política de choque. Segundo o engenheiro, não era conveniente a política gradual, mas sim uma boa cura rápida, simultânea, e que atuasse em todas as frentes de uma só vez. Para Alsogaray o problema era mais agudo. A cirurgia seria altamente dolorosa, mas o “doente” sairia rapidamente da “terapia intensiva”. Utilizando outra metáfora: apesar de suas diferenças metodológicas, para ambos os economistas o país estava enfermo, intoxicado, e precisava de um tratamento a ser realizado por um perito. Eles divergiam apenas com relação aos procedimentos a serem adotados. Tratava-se de uma disputa entre dois peritos neoliberais a respeito de uma questão basicamente política, a saber, como intervir autoritariamente em uma sociedade ‘anestesiada a pauladas’. Onde já se viu um paciente sequer opinar sobre o tratamento que o médico lhe aplica? Diante de tal dilema restariam apenas, segundo a retórica da direita, duas alternativas: sendo gravíssima a doença, ou o paciente acata o tratamento de forma submissa ou ele desobedece e morre.

Nesse sistema, apenas um interesse é verdadeiro e são, representando todos os habitantes-indivíduos: aquele postulado e praticado “desinteressadamente” pelo economista-médico. Os demais, os interesses setoriais, são os patológicos, os quais infectam o organismo-nação.

### **3. A Liberdade com ditadura.**

O golpe de Estado de 1976 na República Argentina, autodenominado “Processo de Reorganização Nacional”, propôs-se a “sentar las bases para un desenvolvimiento sano, estable y progresista del país en todos los aspectos, que los sacara de su estancamiento y

frustración y lo insertara nuevamente en el contexto mundial.” (MARTÍNEZ DE HOZ.1981:15). Para isto, o referido governo decidiu aplicar “un programa económico que establecía los objetivos básicos que (...) sólo podían ser alcanzados luego de un período inicial de reordenamiento y reestructuración de la economía argentina.” (1981:15).

O programa econômico adotado pelo ministro se reconhece como fundamentalmente ético. Ele parte da “firme convicción sobre la íntima correlación existente entre el bienestar espiritual y material de los hombres”. (MARTÍNEZ DE HOZ.1981:16). O programa anunciado no dia 2 de abril de 1976 colocava o “bem estar humano” como objetivo básico e a “liberdade” como princípio diretor. Os outros dois princípios enunciados são a “justiça” e a “solidariedade”, valores estes que somente poderão ser alcançados plenamente se for assegurado o princípio diretor, ou seja, a liberdade.

“Nuestro esfuerzo se dirigió a asegurar la obtención de una economía en libertad.” (MARTÍNEZ DE HOZ.1981:20).

Para o ex-ministro, bem como para muitos militares e funcionários de então, o que estava em jogo não era uma simples maneira de ver o mundo, mas, antes, o próprio fundamento ‘ético’ do Estado. Segundo Martínez de Hoz, o Estado havia intervindo na economia eliminando riscos próprios da atividade econômica privada, “incentivando conductas contrarias al interés general y renunciando al crecimiento global.” (MARTÍNEZ DE HOZ.1981:81).

O plano econômico propôs-se a corrigir os males e vícios acumulados, ou seja, “eliminar la excesiva e irracional intervención del Estado en la economía y a reemplazar el

sistema de economía cerrada por otro abierto”. A liberdade apregoada e ‘executada’ conseguiu “llevar a cabo en el período 1976-1981, una profunda transformación de las estructuras básicas de la economía argentina.” (MARTÍNEZ DE HOZ. 1981).

Conforme já mencionamos, uma economia “viciada” precisaria ser purificada, isto é, transformada em uma relação social ‘sã’. As crescentes críticas contra Martínez de Hoz e sua equipe em função do programa econômico 1976-81 não podem ser compreendidas pelo raciocínio neoliberal senão como decorrentes das traumáticas dores de uma cura “gradual”. Como já foi dito, outros representantes mais dogmáticos do neoliberalismo, como o engenheiro Alsogaray, preferiam uma transformação mais radical rumo a um liberalismo econômico. Esta seria, por conseguinte, mais “dolorosa” a princípio, mas também, segundo ele, mais eficaz nos resultados finais.

A partir dos elementos já apresentados da argumentação neoliberal, deduz-se que a mencionada transformação seria necessária para tornar mais “racional” o funcionamento da economia. Em outras palavras, a economia funcionaria de maneira mais racional se fosse liberada das travas do intervencionismo<sup>18</sup>.

Martínez de Hoz salientou os doze pontos básicos que sua gestão procurou liberar dos assim chamados “artifícios”. São eles:

"1-Libertad de Precios.

2-Libertad del mercado cambiario.

---

<sup>18</sup> Cabe esclarecer que dentro desta retórica a ‘racionalidade’ se dá somente em função do desenvolvimento do livre mercado, situando-se no âmbito privado por excelência. Esta afirmação condiz com o pressuposto enunciado por Hayek (1985[a] T.III:78-80) de que o mercado livre fomentaria a concorrência (competição comercial) e esta, por sua vez, imporá às pessoas a necessidade de agir racionalmente para viver. Uma vez garantidos o mercado livre e o seu resultado (a concorrência), os comportamentos racionais se estenderiam mediante um processo de imitação e adaptação. “Será por meio da concorrência que alguns indivíduos mais racionais imporão aos restantes a necessidade de seguir seu exemplo para obter êxito”. (HAYEK. 1985[a] T.III:80).

3-Libertad del comercio exterior, aboliéndose el monopolio de la exportación de importantes productos como carnes y granos.

4-Libertad de las exportaciones.

5-Libertad de las importaciones (reducción gradual de aranceles).

6-Libertad de las tasas de interés y reforma del sistema financiero mediante la apertura a la competencia y liberación de la excesiva ingerencia estatal.

7-Libertad de alquileres urbanos y arrendamientos rurales.

8-Eliminación de las tarifas políticas para los servicios públicos y precios subsidiados para los combustibles.

9-Supresión de los subsidios y de la sobreprotección otorgada a ciertos sectores privilegiados.

10-Libertad de concertación de salarios.

11-Libertad para la inversión extranjera.

12-Libertad para la transferencia de tecnología con una reglamentación destinada a promoverla." (MARTÍNEZ DE HOZ.1981:70).

Esse amplo saneamento ou reforma estrutural à qual Martínez de Hoz se refere -e que é implementado pelo governo militar mencionado- se destinava, em primeiro lugar, e em um nível mais imediato, a enfrentar a uma crise política existente no início de 1976 (MARTÍNEZ DE HOZ.1981:236), e, em segundo lugar, tinha como meta ainda mais importante reverter "toda una tendencia que, salvo períodos de excepción, había predominado en el manejo de la economía desde la posguerra". Nesta tendência se encontrava o verdadeiro germe da crise política e econômica, segundo o ex-titular da pasta de economia. A Argentina se havia "intoxicado" de intervencionismo nos anos quarenta, e, por isso, ele propunha a alteração da estrutura econômica, defendendo o

“valor supremo de la libertad” e adotando como meta o retorno ao quadro econômico do início do século.

Para levar a cabo essa mudança estrutural radical, o objetivo essencial e mediato era modificar as estruturas da economia argentina, “tanto en el sector público como en el privado”. Martínez de Hoz se lamentou, em algumas de suas reflexões, por não ter podido aprofundar as reformas estruturais. Além disso, afirmou categoricamente que os agentes econômicos não estavam suficientemente disciplinados para uma verdadeira economia de mercado. Na sua expressão, “...había que transformar normas y marcos institucionales, administrativos y empresariales, políticas, métodos, hábitos y hasta la misma mentalidad de los agentes económicos privados y públicos”. (MARTÍNEZ DE HOZ. 1981:236).

Foi imbuído desse espírito transformador e (paradoxalmente) violentamente pacificador, que o golpe de Estado de 1976 se realizou e que depois faria da política econômica o guia purificador e o restaurador de uma racionalidade perdida lá pelos anos quarenta. Para os defensores do liberalismo econômico, o caráter fortemente intervencionista de uma ditadura era justificado como procedimento imprescindível para a restauração de uma ordem anterior que havia sido distorcida pela ação dos procedimentos ‘artificiosos’ do Estado.

Assim, os militares que formaram a junta de governo, general Jorge Rafael Videla, pelo almirante Massera e pelo brigadeiro Agosti, atuaram como uma espécie de novos “déspotas esclarecidos”, aconselhados, na tarefa de criar condições estruturais e institucionais para o desenvolvimento da ordem liberal, pela equipe de economistas do ministro da economia Martínez de Hoz. Para isto, e com o fim de atingir os objetivos fundamentais da liberalização econômica, eles requeriam uma continuidade (muito ansiada

pela grande burguesia pampeana e pela burguesia monopolista urbana) sem limite de prazos em sua gestão.

“Su objetivo de largo plazo (de las Fuerzas Armadas en 1976) era producir una transformación completa en el funcionamiento de la sociedad argentina tal que fuera imposible la repetición del populismo y de las experiencias subversivas del primer quinquenio de la década del setenta. La conducción militar declaró como meta final la restauración de la democracia pero sólo una vez que el proceso de saneamiento hubiera alcanzado sus fines”. (CANITROT.1979:456).

Isto significa que, para que o processo de saneamento econômico se realizasse, a liberdade econômica deveria atuar como ‘promotora’ de condutas individuais racionais. As Forças Armadas se propuseram a disciplinar uma sociedade que se encontrava em uma situação caótica, e que, segundo o diagnóstico neoliberal, havia perdido o seu rumo devido ao terror e à violência. Uma vez atingido o primeiro momento disciplinador, a sociedade argentina se organizaria em um contexto de “reglas generales y objetivas” (MARTINEZ DE HOZ.1981:17).

Essas metas conservadoras de Martínez de Hoz podem ser chamadas de “segundo momento disciplinador”. Sendo assim, a liberdade econômica estaria encarregada de dar rumo a uma sociedade à deriva, enquanto que a ‘liberdade política’ ficaria em suspenso até que as forças sociais se orientassem de acordo com as “regras gerais e objetivas” do mercado.

No que diz respeito à liberdade, Martínez de Hoz faz a seguinte colocação:

"La libertad como principio rector no puede ser concebida en compartimientos estancos, sino que debe presidir todas las actividades del hombre en una sociedad organizada.<sup>19</sup> Es decir, no puede haber libertad para la actividad económica si ella no se desenvuelve en el marco de la libertad política, siendo la recíproca igualmente cierta." (MARTINEZ DE HOZ. 1981: 17).

Dito de outra forma, não pode haver liberdade política sem liberdade econômica. O ex-ministro justifica, claramente às custas dos direitos democráticos, a defesa de um "valor supremo" a ser reestabelecido; e é neste ponto que a sua tarefa como "super" ministro do Processo de Reorganização Nacional se baseou. Não cabiam dúvidas de que a tarefa disciplinatória de uma 'ordem liberal' deveria preceder a todo plano político democrático que se fosse realizar.

O economista Adolfo Canitrot assim se expressa a esse respeito:

"La irresolución de este problema (relación entre poder militar y partidos políticos) dejó al plan político en estado de hibernación y dio prelación al plan económico. En el consentimiento de esta prioridad pesaba, además, tanto la conciencia del estado crítico de la economía a principios de 1976 como la esperanza de que el éxito del plan económico ampliara el espacio de factibilidad del plan político posterior. se retornó así, un poco por la fuerza, al esquema ya probado sin mucho rédito en anteriores gobiernos militares, de anteponer un 'tiempo económico' a un 'tiempo político'". (CANITROT. 1979:457).

---

<sup>19</sup> A expressão "sociedad organizada", utilizada aqui, sugere outra que, em certo sentido, se lhe contrapõe: a expressão "comunidad organizada", pertencente ao jargão peronista.

O governo autoritário instaurado em 1976 havia deixado claro que a sua gestão seria um processo de transição sem prazos temporais determinados. Desta forma, o objetivo político prioritário passou a ser o delineamento e implementação de um plano econômico-liberal disciplinador.

As metas econômicas que as autoridades se propuseram a atingir foram a liberalização, a abertura e a modernização da economia.

"1) la eliminación del sistema de autarquía o economía cerrada y apertura gradual tanto hacia el exterior como al interior.

2) Establecimiento de reglas objetivas. Un sistema de premios y castigos.

3) Lograr una mayor y más eficiente asignación de recursos en la economía." (MARTÍNEZ DE HOZ.1991:96)

A liberdade a ser implementada liberária não apenas as forças econômicas, mas também todas as capacidades humanas; haveria, como num passe de mágica, uma abertura econômica e espiritual. Em outras palavras:

"La apertura está estrechamente ligada con la liberalización, puesto que implica el rompimiento de la cerrazón en todos los órdenes, no sólo en lo económico sino también, y aún más importante, en el mental." (MARTÍNEZ DE HOZ.1991: 125).

De acordo com esse discurso, com a abertura e a liberdade econômicas se romperiam as 'cadeias' materiais e espirituais. Ironicamente, pareceria antiúde que as



contradições do sistema capitalista concreto tivessem, nas suas formas de manifestação como idéias, um correlato paradoxal. Embora pareça absurdo, 'Espírito' e 'Matéria' se libertariam das 'cadeias' (imaginárias) a peso de repressão e 'cadeias' (reais), por obra e graça da "verdade" dos tecnocratas neoliberais e das Forças Armadas.

A força ideológica da retórica das classes dominantes fatalmente se combina com as práticas políticas autoritárias. Observemos, por exemplo, uma afirmação irrefutável: o plano econômico não acabou bem, mas teria sido muito pior se as medidas liberais não tivessem sido tomadas. O raciocínio de Martínez de Hoz nos persuade a fazer esta interpretação. Mas não é apenas isto: segundo a visão dos neoliberais, a realidade se defronta com a mente fechada do argentino médio, produto da implementação de políticas errôneas ao longo de tantos anos. As mentes permaneciam cegadas por véus que obscureciam a luz da verdade, os quais seriam retirados pelo funcionário iluminado. Tal procedimento requeria tempo, e, conforme já mencionei anteriormente, não estava livre de sofrimentos. Mas, ao fim e ao cabo, a verdade seria alcançada com a "sinceramiento de la economía". A ação do governo tentou atacar esses "males" durante cinco anos(1976-81), mas, como era de se esperar, esse tempo não foi suficiente. <sup>20</sup>

"Era pues difícil revertir totalmente en 5 años una situación que se había enquistado durante 30 años en estructuras legales, sociales y mentales." (MARTÍNEZ DE HOZ.1991:83).

<sup>20</sup>Em uma reportagem realizada em dezembro de 1982, o cientista social Claus Offe refletia sobre aquilo que ele chamava de "nova Direita" e sobre os problemas que ela tem em relação ao fator tempo. Ele dizia: "La Nueva Derecha y sus argumentos sufren de un grave defecto lógico. Sus predicciones carecen simplemente de cualesquiera indicadores temporales. Se alega que la restauración del mercado equilibrará y curará todos los males del 'cuasi-socialismo', pero nadie dice cuándo. Los fracasos siempre pueden excusarse pidiendo más tiempo. Las predicciones de la Nueva Derecha no están guiadas por límites temporales, lo cual las inmuniza directamente ante criterios de fiabilidad". (1990:291).

É importante ressaltar, em primeiro lugar, que os prazos nunca são delimitados; pois, segundo os neoliberais, os costumes e as ‘velhas crenças’ estatistas estão arraigados nas pessoas. Além disto, esses intelectuais costumam explicar os seus fracassos e a sua imperícia como sendo o resultado das ações de outras pessoas, isto é, dos que permanecem ‘acorrentados mentalmente’ a hábitos estatistas, resultantes das velhas forças intervencionistas. Portanto, vemos que este raciocínio está imune a toda crítica, já que os fracassos e a posterior desilusão se explicam pelo fato de a realidade não ter sido “suficientemente liberal”.

#### **4.- Princípio de “subsidiaridade do Estado”: o discurso do Estado Mínimo.**

##### a] Neoliberalismo vs. CEPAL.

O neoliberalismo é uma resposta à crise do Estado de Bem-Estar nos países avançados e à do Estado desenvolvimentista e populista nas nações subdesenvolvidas. Na América Latina, especificamente, ele também foi a resposta à CEPAL (Comissão econômica para a América Latina).

Em 1947, o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas convocou um comitê *ad hoc* para estudar a conveniência da criação da CEPAL. Esse comitê chegou às seguintes conclusões:

“a) As economias latino-americanas necessitavam de ajuda para a reconstrução, uma vez que haviam sido fustigadas por um desgaste anormal durante a guerra. b) Observava-se uma tendência à deterioração dos termos de troca, prejudicial à América Latina. c) As economias dessa região tendiam a um crescimento excessivamente lento.” (MORAES.1995:19-20)

Assim é que, em 1948, foi criada pela ONU a referida comissão, com a meta prioritária de definir uma política de combate ao subdesenvolvimento na América Latina. Em 1951, a CEPAL, com o importante apoio de principalmente três dos governos de países da região (México, Chile e Brasil), passa a ser uma entidade permanente da ONU. Isto ocorre num quadro de forte oposição e resistência por parte do governo dos Estados Unidos. (MORAES.1995:20)

A proposta da CEPAL tomou corpo no início dos anos 50, através de uma série de publicações e com o trabalho de Raúl Prebisch, o primeiro secretário executivo da Comissão. Valdés (1995:93-94) enuncia uma série de pontos discutidos na CEPAL acerca do desenvolvimento da América Latina:

1- Uma crítica às teorias tradicionais sobre o comércio internacional. A natureza da relação entre o centro e a periferia.

2- Argumentos a favor da industrialização e análise dos principais obstáculos ao desenvolvimento encontrados na região.

3- A importância fundamental da planificação para o desenvolvimento.

4- A forma apropriada a ser adotada pelas finanças externas tendo em vista a promoção do desenvolvimento.

5- Integração regional como outro imperativo para o desenvolvimento.

6- A natureza “estrutural” da inflação na América Latina e a crítica às políticas convencionais de estabilização.

7- A “dimensão social” do desenvolvimento econômico. A análise do fator social e dos efeitos do desenvolvimento sobre a estrutura de empregos nos diferentes setores sociais.

8- A situação e a posição da América Latina frente às políticas de comércio internacional. O intercâmbio entre nações subdesenvolvidas e nações industrializadas.

9- Uma visão integral e global dos obstáculos ao desenvolvimento na região e das “mudanças estruturais” que se faziam necessárias para a promoção de um desenvolvimento mais dinâmico e de uma redistribuição de riquezas mais equitativa.

No caso argentino, alguns dos pontos implicados na enumeração acima -como redistribuição de renda, protecionismo econômico no sentido do favorecimento da indústria nacional, nacionalizações de empresas provedoras de serviços e de algumas empresas produtivas, planificação econômica, etc...- foram, de certa maneira, concretizados, não por equipes técnicas da CEPAL, mas pelos governos peronistas, em processos de características populistas (1946-1955).<sup>21</sup>

Observa-se, portanto, que o consenso favorável a uma economia impulsionada a partir do Estado e com traços redistribuicionistas gozava ainda de ‘boa saúde’. O confronto de idéias se desenvolveu no contexto histórico da guerra fria, que identificava, como inimigo ideológico, o comunismo, amparado por uma nação poderosa, a URSS. Mas a lista dos fantasmas demoníacos dos neoliberais não parava por aí. Havia também um inimigo sutil que faria das suas. Nos países avançados, este seria o Estado de Bem-Estar, isto é, um Estado que garante, segundo Wilensky, níveis mínimos de renda, alimentação, saúde, habitação e educação a todos os cidadãos, não por caridade, mas em

---

<sup>21</sup> Uma vez ocorrido o golpe de Estado que derrubou Perón em 1955, o governo militar convidou Raúl Prebisch, que se encontrava na CEPAL (Chile), a se deslocar à Argentina a fim de realizar um estudo sobre a situação econômica do país e aconselhar os dirigentes.

virtude de um direito político.<sup>22</sup> Em sua versão “atrasada”, especificamente na América Latina, aquele inimigo sutil se transformava nos postulados da CEPAL, anteriormente enunciados, e nas diferentes versões de Estados populistas (entre eles o peronismo) e desenvolvimentistas na região.

Não encontrei melhor descrição desta situação, isto é, da dupla “frente de ataque” ideológico do neoliberalismo (contra o Estado de Bem-Estar e, por extensão, contra o “socialismo real”) do que a apresentada em forma resumida pelo nosso famoso Milton Friedman:

“A preservação e expansão da liberdade estão atualmente (1962) ameaçadas de duas direções. Uma das ameaças é óbvia e clara. É a ameaça externa vinda dos homens maus do Kremlin que prometem destruir-nos. A outra ameaça é bem mais sutil. É a ameaça interna vindo de homens de boas intenções e de boa vontade que nos desejam reformar.” (FRIEDMAN.1977:171).

A advertência de Friedman é sagaz. A ameaça “óbvia” e “demoníaca” (os “maus”), seria combatida ‘corpo a corpo’, sendo imprescindível a força. Porém, o inimigo ‘sutil’ do liberalismo econômico deve ser combatido com outras armas, com meios também sutis, que provém, fundamentalmente, do intelecto. Na América Latina este inimigo estava encarnado na CEPAL e no Estado desenvolvimentista-populista (CALCAGNO y CALCAGNO.1995:85). Nesta região,

---

<sup>22</sup> Bobbio N., Matteucci N. e Pasquino G. *Diccionario de Política*. Artigo de Gloria Regonini. Brasília: Endub. (416).

"El Estado apoyó la acumulación en la industria a través de varios mecanismos: la transferencia de recursos captados de los sectores exportadores más rentables (en Argentina serían los cereales y las carnes), la orientación del crédito, el desarrollo de la infraestructura física y educativa, y también con la creación de empresas industriales en los sectores básicos." (CALCAGNO y CALCAGNO.1995:86).

O Departamento de Economía da Universidade de Chicago teve grande relevância nesta campanha ideológica que visava difundir as idéias do liberalismo econômico (VALDÉS.1995). Valdés sustenta que a principal motivação (não manifesta explicitamente) do grupo específico de economistas da Universidade de Chicago em manter o acordo com a Universidade do Chile era a posição pouco alentadora dos economistas neoliberais no que concernia à discussão sobre o desenvolvimento econômico da América Latina. Esta situação, em pleno período de emergência das teorias desenvolvimentistas (meados dos anos 50), foi considerada pelos economistas de Chicago como um desafio ideológico.

#### b] O Estado Mínimo na Argentina.

Na Argentina, como na maioria dos casos, as duras críticas doutrinárias neoliberais apontaram diretamente, para a versão particular do Estado regulador do pós-guerra existente no país. Em outras palavras, os dardos se dirigiram à versão argentina do estado populista, ou seja, ao peronismo, cujos "métodos y políticas destruyeron al país" (ALSOGARAY.1993). Este Estado populista-interventor, segundo os economistas liberais, sobrecarregou-se de um volume de responsabilidades do qual não pode dar conta,

que é antieconômico e que ocasiona consequências indesejadas. Para a cosmovisão neoliberal, o Estado de Bem-Estar em sua versão atrasada populista e desenvolvimentista perverte a “ordem social” espontânea e tenta curar os males utilizando um método que somente os agrava. Em resumo, para os liberais o Estado deve deixar a sociedade livre para o desenvolvimento natural “evolucionista” (ALSOGARAY.1993) da lógica do mercado.<sup>23</sup>

Diante do Estado de Bem-Estar, os neoliberais propõem o seu peculiar Estado Mínimo. Não obstante, apregoar na Argentina um Estado Mínimo, que certa vez existiu e que se perdeu “nas mãos do populismo”, não seria somente uma luta por ideais e princípios - considerados “supremos dentro de la civilización judeo-cristiana de Occidente” por alguns liberais como Alsogaray (1993:8)-, mas significaria também retornar à grandeza perdida de uma Argentina que se “perverteu” nos anos quarenta. Não creio que seja casualidade que o livro de Alvaro Alsogaray, *Experiencias de 50 Años de Política y Economía Argentina*, comece com uma recapitulação histórica que se inicia com o golpe de Estado de 4 de junho de 1943 e com a aparição de Perón na cena política. É por isto que a luta pelo liberalismo não foi uma luta pela sua implantação, mas se revestiu de um caráter de “lucha por el surgimiento liberal en Argentina” (ALSOGARAY.1993:11), isto é, de uma reação política frente a formas de controle

---

<sup>23</sup> Alsogaray é um fiel divulgador das idéias de Hayek. O economista austríaco defende o ‘seu’ liberalismo como sendo parte de uma “teoría evolucionista”, a qual se contrapõe às teorias da “construcción social” ou “liberalismo continental”, representadas por Voltaire, Rousseau, Condorcet e pela Revolução Francesa. Segundo essa visão maniqueísta, o “evolucionismo” é herdeiro da tradição liberal de David Hume, Adam Smith, Edmund Burke, Lord Acton, B. Constant, A. de Tocqueville, I. Kant, von Humboldt, J. Madison, etc. (HAYEK.1982:179). A teoria evolucionista, defendida por Hayek, se baseia na idéia de que certas estruturas institucionais levariam o homem a utilizar a sua inteligência da melhor forma possível e na de que as instituições poderiam ser estruturadas de modo a minimizarem o mal praticado pelos homens. (HAYEK.1983:64)

social, inclusive democráticas. Este 'ressurgir' debería ocurrir no plano "doctrinario y en el plano de la acción política".

O engenheiro Alsogaray assim se expressa, referindo-se à época de ouro perdida:

"En la Argentina el liberalismo alcanzó su más elevada expresión entre 1853 (al sancionarse la Constitución Nacional) y 1943-46, cuando fue reemplazado por un sistema opuesto que durante más de diez años significó un verdadero totalitarismo. Aquel liberalismo 'construyó' el país. En poco más de 50 años lo llevó a ocupar un lugar entre las primeras naciones del globo." (ALSOGARAY.1993:10).

Para os ideólogos, a nostalgia pelo Estado Liberal não está tingida apenas de sentimentalismo. "Lo grande que fuimos" tem uma conotação simbólica importante. Devemos a grandeza passada simplesmente a "lo pequeño que era el Estado".

O ardil dos divulgadores do ultraliberalismo econômico é explicar os problemas políticos da Argentina no transcurso deste século utilizando o recurso de um raciocínio monocausal<sup>24</sup>, o qual atribui toda a responsabilidade pela crise gerada no país à super-ampliação do Estado, ou seja, à sua sobrecarga devido ao acúmulo de funções que por natureza não lhe seriam próprias.

---

<sup>24</sup> Por exemplo: "La Argentina fue una gran Nación que hasta aproximadamente la Segunda Guerra Mundial figuraba entre los diez primeros países del mundo. Hoy se ubica en el septuagésimo u optagésimo lugar. El abandono en 1946 del sistema liberal de la constitución de 1853/60 fue y es la causa de este absurdo retroceso. Volvamos a esa Constitución, terminemos con la mentalidad antiliberal de quienes, proclamándola, la desvirtúan en la práctica, y volveremos a ser una gran Nación." (ALSOGARAY.1989:93).



O engenheiro Alsogaray, em um informe intitulado "Participación e Intervención del Estado en la Economía. Programa para su Reducción", escrito em 1981 e 1982, dizia expressamente:

"El problema reside, por lo tanto, en el sistema económico-social que, con algunas variantes de grado y forma, se mantuvo desde 1943-45 hasta la fecha. Este sistema, que entre 1945 y 1955 tuvo características definidamente nacional-socialistas, es producto de un factor dominante: la absorbente y perturbadora participación del Estado en la economía." (ALSOGARAY.1989:106).

Por seu turno, Martínez de Hoz, outro representante do liberalismo econômico, explicava em 1981, após o término de sua gestão:

"El Estado dejará pues de afectar dicha asignación de recursos a través de sistemas artificiales y variados tales como la sobreprotección arancelaria; los subsidios abiertos o encubiertos; las cuotas de producción, distribución, importación o exportación; los tipos de cambio diferenciales; los precios máximos y una variada gama de controles y regulaciones de todo tipo." (MARTÍNEZ DE HOZ.1981:18).

Alsogaray e Martínez de Hoz propunham com ênfase uma redução do Estado ao mesmo tempo em que, paradoxalmente, o Estado Argentino se expandia em direção a todos os rincões do país introduzindo um controle e uma repressão até o momento inéditos. Mas isto não deve ter tido grande importância para eles, pois o Estado questionado não era o "Estado" repressor, uma vez que este se mostra funcional para a

concepção neoliberal. Enquanto o “braço armado” do estado combatia o inimigo “vermelho”, a ala “científica e neutra” se encarregou de começar a dismantelar os “artifícios” do Estado caduco populista-desenvolvimentista, bem como de persuadir as massas de que, uma vez alcançado totalmente este objetivo, desfrutaríamos de um futuro melhor.

No fim das contas, o Estado Mínimo, que tanta nostalgia inspira aos neoliberais, deve ser não-intervencionista somente no âmbito econômico, pautando-se a sua ação nesta área de acordo com regras estritas.

Alvaro Alsogaray censurou Martínez de Hoz (com o qual, em seguida, entrou em franca polêmica) por ter apregoado uma coisa e depois, em sua gestão, ter realizado outra, ou melhor: por não ter realizado o que se comprometeu a fazer. Os dois eixos da crítica feita pelo engenheiro são a falta de liberdade no mercado de câmbios e a não realização da desregulamentação e da privatização das empresas públicas argentinas.

"El sistema económico 'dirigista e inflacionario' implantado en 1946 y mantenido hasta el momento de la crisis de marzo de 1976 habrá dado lugar a la creación de una estructura económica y social altamente ineficiente que consumía sin provecho las energías nacionales ocasionando el retroceso argentino. Esa estructura ya no podía sostenerse; era necesario una reforma total de la misma, para lo cual se había hecho ya carne en la opinión que había que privatizar las empresas del Estado y desregular las actividades fuertemente regimentadas por el Estado."  
(ALSOGARAY, 1993:100).

Isto se deve a que a gestão de Martínez de Hoz não desregulamentou nem privatizou como Alsogaray desejava. Por isso o engenheiro continua ainda, a partir de sua posição de acessor do presidente Carlos Menem, polemizando com Martínez de Hoz e, de certa maneira, recriminando-o pelo fato de que:

"Al no encararse una verdadera política de privatizaciones y desregulaciones (en 1976-81), la actividad del gobierno se orientó en el sentido de financiar y perfeccionar las estructuras existentes." (ALSOGARAY.1993:100).

Porém, muito mais radical havia sido a crítica de outro acérrimo defensor da causa neoliberal e admirador incondicional de Hayek e Mises. Refiro-me a Alberto Benegas Lynch (filho). Achei interessante uma expressão deste divulgador do neoliberalismo, datada de 1982 e referente a Martínez de Hoz:

"Tampoco la solución podrá encontrarse en la llamada 'privatización periférica', puesto que la poda hace que el crecimiento sea más vigoroso. La acción debe centrarse sobre la raíz, cometido que no se logrará si se designan presidentes de empresas estatales que luego de asumir manifiestan su deseo de 'hacer más eficiente el estatismo'"<sup>25</sup>

Estes parágrafos são muito claros e expressam um descontentamento diante da 'oportunidade desperdiçada' na gestão Martínez de Hoz. O "sonho" neoliberal não pôde realizar-se devido, entre outras coisas, a burocracia que segundo os liberais era eficiente

---

<sup>25</sup> Citado por Schwarzer (1986:215).

‘demais’ (coisa que, como veremos, não corresponde exatamente à verdade). Mas, para investigar mais este assunto, devo deter-me um pouco no exame do ‘princípio de subsidiaridade do Estado’.

Apesar das controvérsias procedimentais, das disputas por espaços no poder etc., estes representantes do neoliberalismo não têm pensamentos tão distintos. Eles coincidem quanto ao ‘conteúdo’ básico do “Estado Mínimo” e quanto ao sentido da sua função. O conceito chave utilizado por eles é o de “função subsidiária do Estado”, o qual, por exemplo, possui conteúdos similares em Alsogaray e Martínez de Hoz. O princípio de subsidiaridade não é senão o princípio de atuação de um Estado mínimo.

Alsogaray assim o define:

"El liberalismo sostiene el principio de subsidiaridad, entendido por tal que en todo aquello que pueda ser hecho por los individuos o las organizaciones intermedias dentro de las leyes, el derecho y la moral, el Estado debe abstenerse de intervenir. Sólo lo hará, subsidiariamente, cuando haya problemas cuya solución sea imprescindible, que escapen a las posibilidades individuales o de las citadas organizaciones intermedias." (ALSOGARAY. 1993:372).

Por outro lado, Martínez de Hoz enuncia dois princípios fundamentais que orientaram sua gestão:

"Los dos pilares básicos de los cuales se derivaron los grandes cursos de acción del programa económico anunciado el 2 de abril de 1976 fueron la función subsidiaria del Estado y la apertura de la economía." (MARTÍNEZ DE HOZ. 1981:30).

O mesmo intelectual assim se expressa em seu outro livro:

"Las actividades productivas en principio son totalmente ajenas a las funciones del Estado (salvo casos extremadamente excepcionales). La mayor aptitud para ejercerlas reside en el sector privado (...). Esta es la resultante práctica de la doctrina de la función subsidiaria del Estado. Como ejemplo de funciones específicas del Estado, que nadie más que él puede realizar, se encuentran el mantenimiento del orden público y de la seguridad nacional externa e interna, la administración de justicia y el sostenimiento del orden legal y las relaciones exteriores." (MARTÍNEZ DE HOZ.1991:26).<sup>26</sup>

Desta forma, o ponto de coincidência entre estes neoliberais tem a ver com o diagnóstico da situação anteriormente mencionada. A tese do Estado subsidiário consiste na idéia de que o Estado é um mau administrador em todos os casos e em qualquer circunstância. Portanto, o Estado, encontrando-se super-ampliado em virtude de regulamentações e sobrecarregado de responsabilidades, está cumprindo funções que, por "natureza", não lhe são próprias. Esta ideologia do Estado subsidiário, propagandeada durante a gestão de Martínez de Hoz (1976-81) e compartilhada por toda a sua equipe econômica, foi sugestivamente simultânea a uma peculiar e ineficiente "reforma administrativa" nas empresas de propriedade do Estado.

---

<sup>26</sup> Martínez de Hoz continúa detalhando conscienciosamente as funções do Estado. Em um segundo nível, e como atividades não prioritárias, coloca a educação e a saúde: "Concurrentemente con el sector privado y en la medida de la disponibilidad de los recursos de uno y otro, se encuentran la educación y la salud pública, en el cual la función del estado consiste en proveer de los servicios necesarios para aquellos sectores de la población que no tienen recursos suficientes para pagar los que las organizaciones privadas prestan o complementar los mismos cuando ellos son insuficientes." (1991:26)

"Balances de las empresas públicas desde 1976 en adelante muestra cada vez menos énfasis en los temas de eficiencia y desarrollo y mucho más en destacar los avances en materia de privatización periférica, disminución de personal, como si ese fuera el mérito mayor de la gestión". (SCHVARZER.1986:214).

O objetivo central era o que hoje se denomina 'racionalização', termo que não significa exatamente 'administração eficiente'. Esta racionalização foi levada a cabo sob o 'guarda-chuva' da ideologia do Estado subsidiário, a qual, como diz Schwarzer (1986:214), "resultó sumamente perniciosa para el funcionamiento de las empresas estatales" já que estas, para funcionar, necessitavam que entre os funcionários existisse um certo 'consenso', ou seja, que eles tivessem "cierto orgullo respecto a los objetivos que se proponen". E assim, a 'profecia' se auto-cumpria.

"Ella (la profecía neoliberal) llevaba a los administradores de empresas del Estado, convencidos de aquel Estado es un mal administrador, a entregarse a la tarea de probar ese aserto, administrando mal las empresas en las que eran designados". (SCHVARZER.1986:214).

O balanço final do estado das empresas públicas, como reconheceu Martínez de Hoz, não foi positivo (apesar de ter sido, no entender de Alsogaray e Benegas Lynch, "positivo demais", conforme já se viu). Assim, a maior conquista -o êxito- não se dava no plano das realizações, mas no plano das idéias. O que se buscava era a mudança de atitude do homem comum. Martínez de Hoz assim se expressava em 1981:

"Consideramos que el logro más importante es la creación de un consenso generalizado sobre la necesidad de reducir el tamaño y las funciones del Estado, especialmente las referidas al manejo de empresas".<sup>27</sup>

Em conclusão, pode-se afirmar que a função propagandística da equipe de Martínez de Hoz obteve maior importância na medida em que a capacidade de gestão do Estado se deteriorava; 'transformando-se' essa ineficiência em elemento do discurso oficial, necessário para a construção de um consenso. O argumento mais poderoso utilizado pelos economistas neoliberais para provar as suas teses e para persuadir parte da população sobre a necessidade imperiosa de privatizar as empresas estatais a fim de fazê-las eficientes foi o do mal funcionamento e inoperância destas.

##### **5.- Implementação política, difusão e pregação.**

Na Argentina, no plano da ação política, a experiência mais marcante de um projeto neoliberal e a mais concreta possibilidade de aplicação dos princípios anteriormente enunciados ocorreram por ocasião do programa econômico implementado por José Alfredo Martínez de Hoz, anunciado em 2 de abril de 1976. Este plano foi levado a efeito pelas Forças Armadas, que haviam arrancado do poder o governo peronista da então presidente constitucional María Estela Martínez de Perón. Este fato não produziu grandes resistências nem protestos. A crise político-social se manifestava com toda intensidade e a economia se encontrava em um estado recessivo e de inflação alta. "El

---

<sup>27</sup> Citado por Schvarzer (1986:216).

nivel de violencia parecía crecer día a día, mientras el peronismo era escenario de una lucha despiadada." (CANITROT.1979:453).

Este era o contexto em que Martínez de Hoz e sua equipe se propuseram a atuar, baseados em seus princípios diretores: função subsidiária do Estado e abertura da economia. Este processo foi acompanhado de uma repressão social clandestina de caráter integral e sistemático, efetuada pelo Estado.

De acordo com o 'senso comum' do ex-super-Ministro, para alcançar o primeiro objetivo era mister reduzir e racionalizar o setor público mediante as seguintes medidas:

"la transferencia de empresas estatales o de sus funciones, al sector privado; el reordenamiento y reprogramación de la inversión pública; la transferencia de funciones, servicios y obras públicas del Estado Nacional a las provincias y municipalidades; la reforma del sistema impositivo y la mejora de la administración tributaria, la reducción del déficit de presupuesto y su financiamiento no inflacionario." (MARTÍNEZ DE HOZ.1981:391).

Considerando o contexto continental de anos mais tarde (mais precisamente da década de oitenta), observamos que se produziu, em vários latino-americanos, um endurecimento na aplicação de políticas neoliberais. Paz Estensoro na Bolívia (1985), Salinas de Gortari no México (1988), Menem na Argentina (1989) e Collor de Mello no Brasil (1990).

Na República da Argentina, sob a presidência de Carlos Menem, e na República Federativa do Brasil, sob a presidência de Fernando Collor de Mello, começou-se a



produzir o desmantelamento do Estado, cujos objetivos essenciais consistem em três pontos: 1) Privatização indiscriminada de empresas públicas; 2) desregulamentação; 3) abertura da economia.

O plano Collor foi anunciado em março de 1990 e compreendia quatro medidas a curto prazo:

"1) uma reforma monetária que prevê congelamento de 70% dos ativos financeiros do setor privado; 2) um ajuste fiscal; 3) uma política de rendas acompanhada do congelamento de preços; 4) a criação de uma taxa cambial flutuante. A médio prazo, prometem-se a liberalização do comércio e privatizações." (FAUCHER y otros.1994:174).

No caso brasileiro, o processo vertiginoso de transformação foi, por assim dizer, "truncado" com o afastamento de Collor de Mello do poder -em decorrência do conhecido Impeachment-, tendo sido retomado, talvez de maneira mais gradual do que na Argentina, sob a presidência de Fernando Henrique Cardoso (1995- ).

Em contrapartida, no caso argentino o processo de transformação rumo a um 'capitalismo neoliberal' foi irreversível, veloz e unidirecional, tendo-se articulando com medidas de exceção como os decretos de necessidade e de urgência. Os objetivos apresentados faziam parte de um receituário que devia ser aplicado em todos os países em desenvolvimento, o qual havia sido delineado e aconselhado, ao final dos anos 80 pelo chamado *Consenso de Washington*.<sup>28</sup>

---

<sup>28</sup> Eis os pontos principais da proposta do consenso de Washington: 1- Reformas do setor público: disciplina fiscal e privatização de empresas públicas; 2- Reformas de liberalização e desregulamentação: liberalização do mercado interno de capitais, liberalização comercial e tratamento favorável aos investimentos estrangeiros.

Portanto, este programa foi implementado graças à faculdade legislativa extraordinária do Poder Executivo, a qual aumentou a capacidade de decisão unilateral do mesmo em questões que, “de no mediar la delegación o las circunstancias excepcionales, corresponderían al Congreso”<sup>29</sup> (FERREIRA RUBIO y GORETTI,1995:75). A transformação integral e veloz do Estado e da economia (entre outras coisas)<sup>30</sup> requiseram a excepcionalidade executiva do líder.

Retomando o que foi esboçado mais acima, pode-se afirmar que os principais objetivos dos economistas do Processo de Reorganização Nacional (1976-83), no que toca ao “Estado subsidiário” e à abertura da economia, foram implementados a partir de 1989 por um governo peronista. O referido governo, por seu turno, foi eleito em meio a uma importante crise econômica, circunstância que contribuiu decisivamente para a realização da transformação neoliberal mediante decretos.<sup>31</sup>

As formas de manifestação do capitalismo, ou seja, as formas pelas quais o mercado se relaciona com o Estado-nação, consideradas como relações sociais,

<sup>29</sup> Ferreira Rubio e Goretti explicam que: “Los decretos de necesidad y urgencia son normas dictadas por el Poder Ejecutivo, mediante las cuales toma medidas que normalmente sólo pueden adoptarse a través de una ley del Congreso. Al dictar decretos de necesidad y urgencia el Presidente “legisla” y, asumiendo facultades del Congreso, modifica o deroga leyes o sanciona normas con rango de ley. Los decretos de necesidad y urgencia son normas que, por lo general, se dictan en situaciones consideradas excepcionales y de gravedad extrema.”(1995:77). Para ilustrar um pouco mais esta questão, basta lembrar que durante o período de 130 anos de vigência constitucional, que se estende de 1853 até a chegada de Alfonsín ao poder em 1983, baixaram-se apenas 25 “Decretos de Necesidad y Urgencia”, enquanto que “El gobierno de Alfonsín (dic 1983-jul 1989) emitió 10 decretos de necesidad y urgencia(...)Entre julio de 1989 y diciembre de 1993, el Presidente Menem dictó 308 decretos de necesidad y urgencia.” (FERREIRA RUBIO-GORETTI,1995:78-79). A partir do governo Menem a excepcionalidade desses decretos se converteu em regra.

<sup>30</sup> O ex-juiz Strassera expressou que “tenemos un Presidente que prescinde del Congreso y legisla por el decreto de necesidad y urgencia hasta un reglamento de tránsito. Esto fue avalado por algunos formadores de opinión, quienes decían que el Congreso era una rémora. Son los eternos admiradores del sistema autoritario”. Citado por Yannuzzi (1995:212).

<sup>31</sup> Assim se expressa o economista Miguel Broda, um dos mais renomados consultores de empresas e defensor incondicional do modelo neoliberal: “La conjunción del pragmatismo y decisionismo ejecutivo del presidente Menem, junto a la oportunidad que la crisis hiperinflacionaria generó, sumada a la supremacía intelectual en el mundo académico de los modelos de economía promercado (esencialmente a partir de exitosa experiencia chilena), dieron origen al mayor cambio del sistema económico argentino de este siglo.” *Jornal El Cronista Comercial*, 27 de janeiro de 1997, p.6.

econômicas e culturais, podem ser sumamente contraditórias, e a experiência nos mostra que de fato o são. Um governo constitucional de bases ‘populares’ (Menem) conseguiu, em um curto lapso de tempo, o que uma férrea ditadura não pôde conseguir, apesar da ampla margem de decisão política da equipe dos ‘Chicago boys’ de Martínez de Hoz.

As metas econômicas desta equipe faziam parte de um plano de ação que, segundo Martínez de Hoz, “debió revertir una política de creciente estatización, cuya filosofía influyó sobre las orientaciones políticas y estableció estructuras administrativas de una gran rigidez e inercia al cambio” (MARTÍNEZ DE HOZ.1991). Hoje em dia, talvez algumas apreciações do ex-ministro do Processo soem como o justificativas; um mea culpa por não haver podido terminar a “tarefa”. Em várias passagens de seus dois livros ele reconhece ter cometido erros, mas estes são erros apenas instrumentais, e não de fundamento, os quais, portanto, não dizem respeito a seus objetivos finais.

A questão acerca das razões pelas quais uma férrea ditadura, como a inaugurada em 1976, -que contava com um Ministro da Economia dotado de poderes tão amplos- não conseguiu reduzir o Estado, como as autoridades esperavam, esta pergunta deverá, mais adiante, ser relacionada com o pensamento sócio-econômico e com as idéias políticas que sustentaram os agentes sociais e a cúpula do poder militar, e que os motivaram a agir e a tomar decisões de uma determinada maneira. O eixo desta questão é o pensamento neoliberal, que, sem haver conquistado o consenso adequado ao final dos anos setenta, se foi infiltrando pelos poros da “opinião pública” argentina, enquanto o país sofria um processo de dilaceramento político cujos protagonistas eram a proscricção dos partidos, o desgoverno e a violência.

Recapitulando, interessa-me ressaltar, fazendo abstração dos erros estratégico-políticos cometidos ou não por Martínez de Hoz, que a ação fundamental do trabalho de governo do ex-ministro (que conjugou, de certa maneira o plano da política propriamente dita com o plano da 'produção espiritual') teve um papel essencial no processo de mudança de mentalidade rumo às idéias neoliberais, as quais acabaram por se constituir em um 'novo' senso comum que, com a energia das forças materiais<sup>32</sup>, se apropriou das mentes e corações dos argentinos. As expressões de Martínez de Hoz são bastante eloquentes:

“La acción emprendida en todos estos campos tiene el mérito de haber *creado plena conciencia* respecto de las consecuencias negativas de un Estado sobredimensionado y una adhesión general al principio de la subsidiaridad de la acción del mismo.

*La necesidad de cambiar de mentalidad* y de sobreponerse a las rigideces administrativas ya mencionadas hizo que el cambio emprendido fuese necesariamente difícil y gradual.” (MARTÍNEZ DE HOZ. 1981:40). [os grifos são meus].

Em outras palavras, Martínez de Hoz imprimiu um sulco ideológico histórico que se prolonga desde sua gestão, e que, conforme se viu em diversos parágrafos, o ex-ministro considera ter sido o seu maior êxito. Se por um instante nos detemos a examinar o desenrolar dos acontecimentos, observamos que aquela necessidade conservadora de “criar plena conciencia” se nos apresenta, nos anos noventa, como origem de um

---

<sup>32</sup> Gramsci nos lembra Marx ao expressar: “cuando este modo de concebir tenga la fuerza de las creencias populares”, ou então “una persuasión popular tiene a menudo la misma energía que una fuerza material.” (GRAMSCI. 1984:57).

'produto' acabado; de uma consciência 'plenamente' criada, de uma aceitação quase sem discussão dos postulados neoliberais.

Perry Anderson (1995:15) sustenta que a hegemonia neoliberal ora em curso possui alguns trunfos. Ele nos afirma pontualmente que o êxito político obtido pelo neoliberalismo se resume em: 1) haver conseguido baixar a inflação; 2) haver conseguido uma certa deflação, no intuito de retomar os lucros das empresas; 3) haver conseguido altas taxas de desemprego, que ocasionariam uma contenção de salários e um debilitamento sindical, o que, por sua vez, implicaria uma menor possibilidade de se fazer greves; e, finalmente, 4) haver alcançado um alto grau de desigualdade social, o que é considerado pelo neoliberalismo como benéfico e como um sintoma de uma 'sociedade sã'.

Em contrapartida a estas vitórias, aponta Anderson, o neoliberalismo fracassou no que diz respeito à promessa de atingir a sua "finalidade histórica". Ou seja: não houve o crescimento econômico esperado pelos neoliberais.

"Economicamente, o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão desestatizadas como queria. Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonharam, disseminando a simples idéia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas" (ANDERSON, 1995:23).

Quando Martínez de Hoz se manifesta sobre a “mudança de mentalidade”, ele está se referindo a um fenômeno psico-social que deveria produzir-se, de forma a legitimar a sua ideologia. Este fenômeno está estreitamente vinculado à forte crise mundial do capitalismo, nos anos setenta, que resultou no colapso terminal do modelo de acumulação “estadocêntrico”. A hegemonia em escala mundial do neoliberalismo se configura no período pós-crise, apresentando-se a nova alternativa, à primeira vista, como: a) resposta ótima à crise e vitoriosa, no plano ideológico, em relação ao ‘keynesianismo’; e b) a partir de 1989 em diante, ideologia vencedora ‘isolada’, devido à queda dos regimes comunistas. Entretanto, não me parece pertinente, neste trabalho, avaliar esta manifestação social utilizando dicotomias do tipo sucesso/fracasso, como fizeram Perry Anderson e também Atílio Borón (1996). Se se tratasse de uma questão de sucesso ou fracasso, no que diz respeito, por exemplo, a cifras de crescimento, seria possível afirmar -a partir da apresentação de uma série de dados estatísticos, etc.- que o ‘modelo’ anterior (Estado de Bem-Estar) também fracassou; concluindo-se, por conseguinte, que o capitalismo, como um ‘todo’, seria um fracasso. Seguramente, se o observarmos apenas desta perspectiva, isto pouco contribuirá para a compreensão de um fenômeno tão complexo e contraditório. É por esta razão que considero estas categorias como estéreis e pouco úteis. Do contrário, ironicamente, nos restaria tão somente viver o sucesso do fracasso do capitalismo<sup>33</sup>.

Se são examinados os resultados ‘práticos’ do neoliberalismo na América Latina, vê-se que estes se mostram desoladores para grandes (maioritários) segmentos sociais. No entanto, a hegemonia neoliberal não se expressa em apenas um âmbito (por exemplo,

---

<sup>33</sup> “Mas para que a crise da forma-mercadoria possa entrar na consciência da sociedade, fazendo com que se desvançam as últimas ilusões, é mister haver outro perdedor, o último, e este somente pode ser o Ocidente, o criador do capitalismo, que morrerá asfixiado por seus próprios triunfos.” (KURZ.1993:197).

político, ideológico, etc.) mas em um entrelaçamento e vinculação contraditórios do econômico com o político, o ideológico e o cultural.

### **CAPÍTULO 3 : MUDANÇA RUMO À 'VERDADEIRA' MENTALIDADE**



### 1.- Profissionais, propagandistas e pregadores.

A pergunta central desta seção é: *qual é o compromisso ideológico do economista neoliberal em todo o processo de formação de consenso?* Nosso várias vezes citado engenheiro Alsogaray assim reconhecia a tarefa essencial do economista:

"Llevar a compresión del público la esencia del mercado y el papel de éste como factor 'indirecto' de prosperidad es una tarea política de extraordinariamente difícil realización. La tarea de hacer accesible la esencia del mercado a las grandes masas de la población es la tarea política más difícil de nuestro tiempo."  
(ALSOGARAY.1993:275).

O economista neoliberal se nos apresenta como o difusor e o professor dos verdadeiros postulados científicos. Para ele é indispensável tornar simples e divulgar a “verdadeira ciência”, com o objetivo de que seja compreendida pela massa dos cidadãos. Para alcançar este objetivo, o economista neoliberal assumirá uma tríplice e importante tarefa: deverá ser, em primeiro lugar, um verdadeiro profissional (practitioner), muito semelhante a um médico clínico; em segundo lugar, um propagandista; e, em terceiro lugar, um pregador em trabalho missionário. vejamos %por qué:

a] Ressaltarei primeiramente a tarefa básica do nosso profissional. Refiro-me à função de economista-practitioner, isto é, de economista-médico.

A analogia do governante com o médico não é uma invenção dos pensadores neoliberais; tampouco é estratagema discursivo original deles. Na verdade, este tipo de analogia já havia sido utilizada por Platão. O filósofo grego estava convencido de que o fluir da vida política era sintoma de um sistema político enfermo (WOLIN.1973:51). Mais

exatamente, Platão se valeu reiteradas vezes de analogias entre o governante e o profissional perito, seja este médico, tecelão ou artista (PLATÃO. 1988: II-VIII, WOLIN, 1973:57).

No caso particular dos neoliberais, não se pode afirmar que utilizem claramente uma concepção organicista, mas sim que muito amiúde usam metáforas relacionando a economia de um país ao corpo humano no qual é diagnosticada uma enfermidade terminal, concluindo então que um “perito profissional” é o único capaz de resolver o problema<sup>34</sup>. Segundo esta analogia, a sociedade também possui um ciclo vital, como um organismo vivo: nasce, se desenvolve e morre, estando, além disso, sujeita a adoecer.

"Así como el médico podía verse obligado a amputar un miembro para salvar el cuerpo, o el tejedor a descartar materiales defectuosos, también el gobernante podía purificar al cuerpo político de sus 'miembros' deformes por cualquier medio adecuado."<sup>35</sup>

No livro III de *A República*, Platão dedica vários parágrafos ao estabelecimento de uma relação entre a medicina e a arte de governar. Em um deles (1988:150-151), elogia Asclépio (deus grego da medicina) e suas ações, como se se tratasse de um político.

---

<sup>34</sup>A imagem que as forças armadas têm da sociedade revela uma clara concepção organicista. A sociedade é como um corpo vivo, em que cada órgão tem funções perfeitamente delimitadas e hierarquicamente ordenadas. A cabeça é a portadora da racionalidade, que as outras partes não possuem, e está destinada a guiar e dirigir o conjunto (o conjunto das partes). Pareceu-me interessante a relação que O'Donnell faz entre a concepção das forças armadas e a de alguns economistas durante o período histórico 1976-1981. Afirma ele: "La visión organicista del cuerpo enfermo confluye armónicamente con la ideología que examinamos en la sección anterior (tecnócrata-neoliberal). En efecto, el eje alrededor de la cual una y otra se articulan es la radical condena al pasado cercano. La economía 'artificial', la activación de las masas y la subversión aparecen así integradas como el blanco contra el cual deben apuntar tecnócratas y militares". (1985:213).

<sup>35</sup> citado por Wolin (1973:57).

“Platón consideraba que los intereses del filósofo eran idénticos a los verdaderos intereses de la sociedad”, advierte-nos Wolin (1973:63). Mais precisamente, lê-se no livro I de *A República*, quando o “Sócrates” platônico refuta a Trasímaco, que o conhecimento que se ocupa de prover o que convém ao mais forte, mas sim o que convém ao débil, ao governado. Para isto, é utilizada a analogia com a medicina. “La medicina no busca lo que a ella misma conviene, sino lo que conviene al cuerpo” (PLATÃO: 1988:36). Ou seja, o médico não “examina ni ordena lo que conviene al médico sino lo que conviene al enfermo” (PLATÓN:1988:37).

Seguindo o esquema lógico organicista, Platão concluirá que:

“Cualquiera que ejerce una función de gobierno, en cuanto tal gobernante, nunca examina ni ordena lo que a él mismo conviene, sino lo que conviene al gobernado y súbdito suyo. Y dice lo que dice y hace lo que hace mirando a éste y considerando lo que conviene y le resulta apropiado.” (PLATÓN:1988:37).

A relação poder-saber é o eixo central deste raciocínio. Os governantes-filósofos, como médicos, são os únicos que conhecem a verdade, e, portanto, os verdadeiros interesses, tanto do governante como do paciente (doente).

De forma similar, os economistas neoliberais não se deixariam guiar pelo próprio interesse, mas sim pelos “princípios do verdadeiro conhecimento”, pois, tal como acontece no caso dos médicos, atuariam na sociedade infectada e doente não como homens vulgares, mas antes como seres guiados pelo ‘verdadeiro’ interesse.

b] Em segundo lugar, essa atividade profissional requer fundamentalmente, conforme já foi salientado, uma boa propaganda. O termo propaganda designa comumente aquelas ações realizadas a fim de divulgar uma idéia ou uma opinião qualquer. No entanto, como expressou Jorge Luis Borges, “la voz propaganda no es de genealogía comercial, sino católica; es una reunión de los cardenales”<sup>36</sup>. Dito de forma mais precisa, a propaganda foi a “congregación (de cardenales) establecida en Roma, fundada por Clemente VIII (1597) y organizada por Gregorio XV (1622)”. Era chamada “De propaganda fide” e tinha como objetivo a propagação da fé católica<sup>37</sup>.

As circunstâncias históricas abordadas no presente trabalho são diferentes, mas, tendo em vista os propósitos do mesmo, considero interessante relacionar a genealogia desta palavra com a conotação que ela possui atualmente no âmbito da economia. Neste contexto, a expressão *propaganda* tem o mesmo significado que teve em sua origem (difusão de idéias ou doutrinas), sendo a função do propagandista (aquele que difunde ou propaga) também similar à de outrora. A diferença consistiria na “secularização” da atividade. Os cardeais e clérigos do início do século XVII teriam possuído uma “missão” análoga à de alguns economistas de hoje em dia.

Em suma, podemos afirmar então que o propagandista melhor qualificado para divulgar as idéias neoliberais será o nosso economista esclarecido. Esta função -isto é, a de

---

<sup>36</sup> Extraído de Jorge Luis Borges. 1982. *Discusión. "La duración del Infierno"*. Buenos Aires: Emecé.

<sup>37</sup> Extraído do Dicionário Larousse da língua Castelhana. Por outro lado, Antonio Gramsci fez referência ao pregador católico da contra-reforma, apontando alguns cânones: "1) la predicación al auditorio: diferente para un público de campesinos y para uno de ciudadanos para uno de nobles y para uno de plebeyos, etc.; 2) el predicador no debe ser complaciente con la elocuencia exterior, tampoco con el excesivo refinamiento de la forma; 3) no debe internarse en cuestiones muy sutiles y hacer excesivo gasto de doctrina; 4) no debe describir los argumentos heréticos ante multitudes inexpertas, etc". (GRAMSCI.1977:246)

propagar uma doutrina econômica- é admirada e muito bem vista pelo Departamento de Economia da Universidade de Chicago, sendo descrita por Valdés (1995)<sup>38</sup>.

Valdés (1995:78), em seu estudo sobre o caso chileno, argumenta que os economistas formados em Chicago adotaram o papel de propagandistas, baseados em modelos técnicos rigorosos e disciplinados.

A ‘verdadeira’ economia devia ser difundida, e, em função disso, era fundamental contar com uma vocação missionária, a qual se vinculava à psicologia de uma minoria que via a si mesma como esclarecida; uma minoria que se confrontou com os economistas da CEPAL, acusando-os de estarem imersos no erro e na “ideologia”; e que desenvolveu uma “mentalidade adversária” e uma concepção da economia -não total, mas parcialmente- como propaganda. (VALDES.1995:150). Esta não seria sinônimo de superficialidade, pois estaria justificada por um profissionalismo e uma pureza inatacáveis. Para o economista neoliberal, portanto, fazer propaganda se constitui em um dever moral; uma obrigação do portador da verdade (VALDES.1995:150).

Em resumo, enquanto que a congregação de cardeais, ao final do século XVI e no início do XVII, se propunha a divulgar a “verdadeira religião universal”, os economistas neoliberais, após a metade do século XX, se propuseram a propagar os postulados do que acreditam ser a “verdadeira” ciência social (e não apenas econômica).

c] Finalmente, em terceiro lugar, e estreitamente vinculado ao papel de missionário ao qual estaria destinado o economista ou grupo de economistas esclarecidos, apresenta-

---

<sup>38</sup> A função propagandística não é exclusiva dos economistas neoliberais, mas, para o propósito do presente trabalho, considero essencial o papel relevante que é atribuído a esta tarefa, que talvez tenha hoje importância ainda maior se levados em conta os rápidos avanços tecnológicos nos meios de comunicação e o imenso poder econômico-financeiro dos mesmos.

se o papel chave de pregador<sup>39</sup>. Esta tarefa não estaria isenta de perigos, pois trata-se de conquistar “territórios infieles e ignorantes” (VALDÉS.1995:150). Isto me conduz a ressaltar uma velha forma de raciocinar, que, segundo Marx (1984:129), os economistas possuíam e que ainda hoje possuem. Segundo este raciocínio existem apenas dois tipos de instituição: as artificiais, correspondentes a formas ‘caducas’ de produção; e as naturais (o mercado). Ingressamos aqui em um terreno escabroso que nos remete à dicotomia (ou, melhor dito, à contradição) entre o “sagrado” e o “profano”.

Valdés (1995:79) ressalta que a função de “socialização” que possuem os economistas de Chicago inclui a seleção daquilo que deve ser considerado (a doutrina) e do que “tiene que ser evitado y omitido”, pois o propósito principal é a “internalización de las normas del sistema”. O autor prossegue afirmando que “los sagrados principios de la economía” são fundamentais para a manutenção de uma “sociedade libre”, o que lhes confere uma “naturaleza religiosa”. Frank Knight<sup>40</sup>, economista de Chicago, aprofunda mais esta questão:

“The principles by which a society or group lives in tolerable harmony are essentially religious [and their] essential nature is that not merely is it immoral to oppose them, but to ask what it is, is morally identical with denial and attack.” (VALDÉS.1995:79).

Knight continua sua explanação, como um verdadeiro sacerdote, dizendo que “debe haber fines o razones últimas” e que essas razões devem ser religiosas (“they must

<sup>39</sup> George Stigler. *El economista como predicador y otros ensayos* (1985).

<sup>40</sup> Para maiores detalhes a respeito de Frank Knight, consultar Valdés (1995:55-56).

be religious”), tanto na economia como em tudo o mais. Ele nos revela, tal qual um verdadeiro profeta, a característica essencial do ser humano: “El Hombre es un animal creyente” (“Man is a believing animal”). Adverte-nos, finalmente, que inquirir ou indagar sobre os fins últimos, nos quais estão assentados os valores de um grupo, é obsceno e sacrílego. (VALDÉS.1995:79).

É compreensível que “não se aceite” nenhum tipo de questionamento ou de indagação profunda a respeito dos fins últimos, visto serem seus fundamentos os da fé. No neoliberalismo, as crenças (que, por seu turno, subsistem sempre em toda argumentação política) se articulam em torno da fé no mercado, com clara conotação de religião.

A propósito da relação entre as idéias liberais e as crenças, poderíamos citar J.J. Rousseau e I. Kant. Estes importantes representantes do *iluminismo* conferem, de alguma forma, um importante e conveniente papel às crenças. Rousseau reconhece, no *Contrato Social*, a necessidade de uma “Religião Civil”, imprescindível, segundo ele, para que se mantenha a unidade ou coesão social.

“Hay por tanto una profesión de fe puramente civil cuyos articulos corresponde al soberano fijar, no precisamente como dogmas de religión, sino como sentimientos de sociabilidad, sin los cuales es imposible ser buen ciudadano ni súbdito fiel”.(ROUSSEAU:140).

Conforme foi salientado, os fins últimos devem ser inquestionáveis para que a fé em uma abstração transcendental possa se “impor” no nível das crenças (logicamente, o

caso que nos ocupa é o da “mercadolatria”, a qual será, mais adiante, tratada com maior profundidade).

Assim prossegue Rousseau:

"Los dogmas de la religión civil deben ser simples, pocos, enunciados con precisión, *sin explicaciones ni comentarios*. La existencia de la divinidad poderosa, inteligente, bienhechora, previsora y providente; la vida por venir, la felicidad de los justos, el castigo de los malvados, la santidad del contrato social y de las leyes: he ahí los dogmas positivos". (ROUSSEAU:140) [os grifos são meus].

Esses dogmas aos quais Rousseau se refere devem ser enunciados com precisão e não devem, logicamente, ser explicados ou comentados às massas. É de essencial importância que se creia neles. Em seu Discurso a respeito das ciências e das artes o genebrês se mostra mais iracundo:

"En cuanto a nosotros, hombres vulgares a quienes el cielo no ha deparado tan grandes talentos y que no se destina a gloria tanta, *permanezcamos en nuestra oscuridad*. No corramos tras una reputación que se nos escaparía y que, en el estado actual de cosas, nunca nos reportaría lo que nos hubiera costado, aunque poseyésemos todos los títulos para obtenerla. ¿A que buscar nuestra felicidad en la opinión ajena si podemos encontrarla en nosotros mismos? Dejemos a otros el cuidado de instruir a los pueblos en sus deberes, y limitémonos a cumplir bien los nuestros, *no tenemos necesidad de saber más*." (ROUSSEAU.176). [os grifos são meus].



Como atributo das ‘massas’, Rousseau invoca a virtude<sup>41</sup>, que constitui a “ciencia sublime de las almas humildes”, cujos princípios estão “grabados en el fondo de los corazones”, bastando apenas, para aprender as suas leis, “con recogerse en uno mismo y escuchar la voz de la propia conciencia en el silencio de las pasiones.” (ROUSSEAU:176). Vemos então que, segundo o genebrês, a santidade dos dogmas deve ser ‘incorporada’ no mais profundo das “almas humildes” e aceita com firme convicção.

A influência de Rousseau sobre Kant se dá especialmente na origem da peculiar compartimentação que o filósofo alemão faz da Razão: de um lado, o elemento teórico; e, do outro, o elemento prático, que lhe permite ‘salvaguardar’ a religião. Em outras palavras, a limitação do emprego especulativo e teórico da Razão é, para Kant, uma “utilidade positiva” da Crítica. No Segundo Prefácio da Crítica da Razão Pura ele assim se expressa:

“...existe una aplicación práctica, y *absolutamente necesaria*, de la Razón pura (la aplicación moral), en donde se extiende inevitablemente más allá de los límites de la sensibilidad, y para lo que en nada necesita del auxilio de la Razón especulativa.”<sup>42</sup>

Em outro parágrafo, Kant afirma:

<sup>41</sup> A respeito da virtude Rousseau afirma: “¿queréis que se cumpla la voluntad general?, haced que todas las voluntades particulares a ella se orienten; y, como la virtud no es otra cosa que la conformidad de la voluntad particular a la general, lo mismo da decir solamente: haced que reine la virtud”. *Discurso sobre economía política*, Madrid: Tecnos, 1985, p.19.

<sup>42</sup> Kant, Immanuel. *Crítica de la Razón Pura*, Buenos Aires: Losada, 1992, p.137 [os grifos são meus]

"Yo no puedo, pues, admitir Dios, la libertad y la inmortalidad para el necesario uso práctico de mi razón, sin negar al mismo tiempo las inmensas pretensiones de la Razón especulativa a vagarosos conocimientos; porque para llegar a éstos tiene que servirse de principios que no alcanzando realmente más que a los objetos de la experiencia, transforman en fenómeno a cuanto se les aplica, aún cuando no pueda ser objeto de la experiencia, y demuestran así la imposibilidad de toda extensión práctica de la Razón Pura. Me ha sido, pues, preciso suprimir el *saber* para dar lugar a la *creencia*."<sup>43</sup>

A argumentação liberal que Kant desenvolve consiste em estabelecer os limites da Razão teórica ou especulativa a fim de justificar o espaço da Razão prática. A partir da necessária limitação da primeira, ele deduzirá o caráter “absolutamente necessário” e útil da crença.

Se analisarmos o neoliberalismo como proposta de ordem social, observaremos que essa característica “obscura” do Iluminismo adquire, hoje em dia, traços ainda mais profundos. Uma espécie de credo em escala global é divulgado, impondo-se na mesma proporção em que se expandem e se ampliam os espaços do capital nos anos noventa. Os defensores do liberalismo econômico postulam a troca do “modelo errado” (estatismo, desenvolvimentalismo, e o caso extremo comunista) pelo “modelo de sucesso” (culto ao mercado), como se se tratasse de uma troca de peças em um quebra-cabeças. Essa crença na “santidade das leis do mercado” foi a solução desesperada adotada por países (do

---

<sup>43</sup> Ibidem, p.140 [os grifos são meus]. Também nos *Prolegômenos*. Kant se refere aos limites da razão pura e às suas determinações. Madrid: Sarpe, 1984, pp.169-200.

Terceiro e ex-“SegundoMundo”) que, como a Argentina e o Brasil, atravessam uma crise de dimensões não apenas nacionais.

Permito-me agora uma digressão relacionada com que foi dito acima. Algumas expressões do Diretor Executivo do Fundo Monetário Internacional, Michel Camdessus, um dos principais admiradores do plano econômico implementado em 1991 por Domingo Cavallo, se mostram reveladoras. Camdessus “fue abiertamente criticado por los Estados Unidos, Alemania y Gran Betaña, que lo acusaron de querer acumular poder”<sup>44</sup>.

Como resposta a essas críticas, o funcionário do FMI justificou a sua posição, em uma entrevista coletiva, dizendo que:

“Quizá yo sea demasiado inmodesto, pero soy el director ejecutivo del FMI. (...). Mi deber no es estar atento a lo que piensen los países industrializados. Mi deber es juzgar lo que el mundo necesita.”<sup>45</sup>

Tal afirmação não é de se estranhar, já que Camdessus costuma mesclar em suas pregações “su cristianismo (es católico protestante) con su filosofía de management y se presenta en todo momento como un abogado de los pobres, hasta cuando lleva adelante lo que llama su ‘evangelio económico’”<sup>46</sup>.

Estas considerações destinam-se a mostrar a visão de uma ‘classe’ de economistas envolvida nos grandes negócios internacionais, cujos membros, ‘iluminados’ por uma

---

<sup>44</sup> *Jornal Clarín*, 14 de abril de 1996. Caderno Econômico. pp.10-11.

<sup>45</sup> *Idem*.

<sup>46</sup> *Idem*.

vocação missionária, estão moralmente obrigados a difundir, de maneira sistemática, os seus “sagrados princípios reguladores da harmonia social”.

## **2.- Teologia econômica e política.**

Afirmei anteriormente que o maior desafio dos divulgadores do neoliberalismo é (ou foi) uma tarefa política muito trabalhosa e muito precisa: fazer com que as pessoas entendam as vantagens do mercado. Enfoquei este fato por considerar que a pregação, em grande medida, teve êxito (1996), e levando em conta que, segundo a visão neoliberal, “es muy difícil que el hombre corriente, acuciado por dificultades de su vida diaria esté dispuesto a confiar en un mecanismo que no comprende, y que está fuera de su alcance la solución de esas dificultades”<sup>47</sup> (ALSOGARAY 1993:274). É mister salientar então que o consenso em torno do neoliberalismo não se formou por um passe de mágica, nem tampouco de forma desconectada da realidade que o ‘sistema produtor de mercadorias’ globalizado atravessa.

Em consonância com isto, e voltando às afirmações do engenheiro Alsogaray, deduz-se que o mercado é a “ordem” espontânea, a qual apenas algumas pessoas conseguem compreender; sendo também única ‘entidade’ ou ‘instituição espontânea’ capaz de nos garantir o melhor dos mundos a que se poderia aspirar. Mas não deveríamos proceder com ansiedade, já que a ação do mercado não se destina a resolver os problemas particulares que afetam os indivíduos e os grupos. O sacerdote-economista adverte-nos:

---

<sup>47</sup> É revelador o contraste entre esta afirmação e a que foi feita por Fiedrich Hayek (1983:124): “O homem prático, preocupado com os problemas cotidianos imediatos, não tem nem interesse nem tempo para examinar as correlações entre os diferentes compartimentos da complexa ordem social.” Isso mostra que o trecho de Alsogaray é uma versão levemente modificada do escrito de Hayek, sendo que este não é o único caso.

tendes de esperar pacientemente, porque é o mercado que “crea las condiciones generales a mediano y largo plazo que permiten resolver dichos problemas”. (ALSOGARAY.1993:274). A esta argumentação se relaciona a já analisada idéia da miopia social incurável do “cidadão comum”, à qual se somaria o seu desinteresse por um mecanismo que ele “não compreende”. Em suma, a justificativa dos neoliberais ao tomarem decisões políticas sem que precisem se submeter aos controles democráticos se baseia num raciocínio nebuloso, de pouco embasamento teórico e empírico, cujo fundamento é a suposição de que o mercado resolve os problemas apenas a médio e longo prazo. A este tipo de concepção contrapõem-se os interesses das classes sociais não beneficiadas com a ‘liberalização’ e abertura dos mercados, as quais possuem uma visão imediatista e a curto prazo.

Mas observemos um pouco mais de perto a ordem social do mercado. Conforme já foi mencionado, o engenheiro Alsogaray é um adepto incondicional do liberalismo difundido por Friedrich Hayek, o qual deriva do “descubrimiento de un orden espontáneo o que se genera a sí mismo en los asuntos sociales”, ou seja, segundo a sua terminologia, da descoberta de uma ordem “evolucionista”.

“...un orden que hizo posible la utilización del conocimiento y aptitud de todos los miembros de la sociedad en un grado mucho mayor del que sería posible en cualquier orden creado por una dirección central.” (HAYEK.1982:181).

Alsogaray, por sua vez, afirma:

“El mercado, a través de su funcionamiento actual, influye sobre la evolución social futura y (...) da lugar a la creación o perfeccionamiento autónomo y espontáneo de órdenes cada vez más extensos y complejos. La vida y la organización de las sociedades futuras dependen en gran medida de la evolución del mercado, evolución que conduce, como queda dicho, a ordenamientos cada vez perfectos y abarcadores.” (ALSOGARAY.1993:270)<sup>48</sup>.

Alsogaray, expressando-se à sua maneira, não faz senão “divulgar” aquilo que Hayek enunciara a respeito das “ordens extensas”.

“(A extended order) como um todo, que representa uma adaptação às atividades humanas, através de uma infinidade de fatos particulares que ninguém conhece em sua plenitude, foi feita pelo mercado.” (HAYEK na UnB).

Este postulado leva o observador desprevenido a se deparar com a seguinte questão: *que faculdades possui então o mercado que o tornam capaz de modelar ou organizar espontaneamente as sociedades em “ordens cada vez mais complexas e perfeitas”?* Ou, em outras palavras, e a partir do que vimos sobre as idéias do neoliberalismo, *que propriedades são atribuídas a esta ordem social espontânea?* Considero que Alsogaray, ao divulgar elementos chaves das idéias de Hayek, não faz

---

<sup>48</sup> Contrastar esta passagem com a de Hayek quando ele se refere à “extended society order”, ou seja, a “um tipo de ordem social que extrapola o conhecimento que qualquer pessoa possa ter dos fatos, e na qual cada um de nos satisfaz as necessidades de pessoas que não conhece, para tanto valendo-se do auxílio de pessoas que também são desconhecidas” (Hayek na UnB). Isto, na tradução de Alsogaray, seria “orden social extenso”.

senão ressaltar certas qualidades dignas de uma deidade. Apontamos a seguir alguns atributos divinos do “Mercado”.

Primeiramente, o deus-mercado criou a si mesmo. Ninguém o inventou. E, além disso, ele é também o *creador* (motor primeiro) da melhor ordem social que se conhece.

“Este sistema (mercado) no ha sido planeado ni inventado por nadie; es una resultante de la acción humana y ha surgido espontáneamente a través del ejercicio de ésta a lo largo de siglos.” (ALSOGARAY. 1993:269).

Em segundo lugar, o mercado possui o dom da *ubiquidade*. Ele é onipresente, visto que exerce a sua influência em todos os âmbitos, como coordenador das atividades humanas.

“El mercado es el mejor mecanismo descubierto por el hombre para coordinar los esfuerzos individuales dentro de un orden social extenso, con vistas a satisfacer de la mejor manera posible las necesidades, aspiraciones y el bienestar de los seres humanos.” (ALSOGARAY. 1993:269).

Em terceiro lugar, pode-se observar, a partir de certas expressões de Alsogaray, que o mercado proporciona a todos *soluções verdadeiras*, tanto materiais como espirituais.

“A través del mecanismo de los precios y de la competencia, todos y cada uno de los agentes económicos

(productores y consumidores) reciben la información que necesitan para satisfacer sus propias necesidades, deseos y aspiraciones.” (ALSOGARAY.1993:270).

Em quarto lugar, e de acordo com o parágrafo que citamos a seguir, o mercado é *invisível*.

“El mercado provee a los individuos esa información que reúne a través de mecanismos e interrelaciones sutiles, que es practicamente imposible desentrañar mediante la observación directa.” (ALSOGARAY.1993:270).

Em quinto lugar, e sem ter a intenção de imiscuir-me em âmbito alheio, atrevo-me a ressaltar outro atributo divino do mercado. Cabe lembrar que tal qualidade, assim como as anteriores, se depreende dos esquemas conceituais de engenheiro Alsogaray, os quais não são senão expressões e visões mais ou menos modificadas das idéias de Hayek e Mises. A quinta característica consiste em que a ordem social do mercado é, num sentido filosófico, *eterna*, ou seja: encontra-se fora da ação do tempo.

Assim, entende-se de que maneira o ‘mecanismo’ do mercado fica praticamente imune diante de qualquer crítica política relacionada à duração dos planos econômicos, aos prazos, etc.

Quando, partindo-se de um outro ponto de vista, se aponta os duvidosos resultados dos programas (como, por exemplo, os do plano econômico de Martínez de Hoz de 1976-81), responde-se que a “libertad (económica) no se ejerció con la debida responsabilidad”. Já a respeito da crise financeira de 1980, afirma-se que “el



establecimiento de un sistema basado en la libertad tiene un precio y hay que estar dispuesto a pagarlo”. Em outras palavras: os planos neoliberais parecem estar imunes ao ‘fracasso’ nos prazos curtos. Martínez de Hoz disse que “*El aprendizaje de vivir en libertad* y de ejercerlo con responsabilidad también es necesario transitarlo y a veces resulta doloroso”. Dito de outra forma, “si el principio orientador era la libertad con competencia y responsabilidad, estos requisitos no estaban cumplidos.” (MARTÍNEZ DE HOZ.1991:164)

*Aprender a viver em liberdade* é a chave. A vida em uma sociedade dirigista, fechada e planificada, teria acostumado os seus ‘indivíduos’ a viverem narcotizados. Em várias passagens anteriormente citadas, Martínez de Hoz nos adverte acerca dos métodos artificiais que haviam sido impostos ao longo de décadas mediante políticas ‘populistas’, até tornarem a sociedade “gravemente enferma” e intoxicada. Novamente, em clara analogia com a medicina, o parágrafo anterior ensina que é realmente muito difícil retomar o caminho da “liberdade” (...da normalidade?). Assim como a recuperação dos drogados, ela pode requerer muito sofrimento: um duro tratamento, quase sempre doloroso.

A sociedade “drogada” está, segundo os neoliberais, destinada à perdição, caso siga pela via estatista. O “paciente” tem duas alternativas (tal como quase sempre ocorre segundo este tipo de raciocínio maniqueísta, cujos pólos são o sagrado e o profano).

“O efeito benéfico da intervenção do Estado, especialmente sob a forma da legislação, é direto, imediato e para assim dizer, visível, enquanto seus efeitos maléficos são graduais e indiretos e permanecem fora de vista. (...) Poucos percebem a verdade indiscutível de que a ajuda do estado líquida com a auto-ajuda.” (FRIEDMAN.1977:171).

A alternativa enganosa, tal como o economista de Chicago a descreve, consiste em mais intervenção, isto é, mais drogas, cujos efeitos são rápidos e diretos, porém traiçoeiros. A outra alternativa é a “desintoxicação”, realizada pelo *Médico-Economista-Filósofo-Sacerdote*, conhecedor da verdadeira terapia.

Em suma, o neoliberalismo, em suas mais diversas formas, pressupõe, por definição, que a liberdade e a ‘ordem’ do mercado não podem falhar. Compreende-se, portanto, um ponto chave: seria inadmissível que os ‘sacerdotes’ reconhecessem algum erro no ‘mecanismo divino’. O raciocínio é bastante simples, mas nem por isso pouco astuto. Em outras palavras, foi a irresponsabilidade e *incredulidade dos homens* o que frustrou todo o processo de mudança. Para o inabalável prosélito neoliberal, o homem comum é que não consegue compreender o funcionamento do mecanismo ótimo de atribuição de recursos; é ele que precisa de “uma mudança de mentalidade”.

A partir de uma morna autocrítica, Martínez de Hoz conclui que uma verdadeira transformação sem uma prévia mudança de mentalidade por parte dos cidadãos é muito improvável. Segundo ele, a realidade parece não se ter adaptado ao mecanismo de mercado (o sistema não compreendido). Assim o explicava, em 1991, o ex-ministro do Processo de Reorganização Nacional, a partir de uma posição tranqüila, à luz do plano econômico de Menem-Cavallo.

“En el curso de los capítulos anteriores he procurado analizar las orientaciones y reformas más importantes que se llevaron a cabo o se intentaron, las dificultades que encontraron en su ejecución, los efectos no queridos que algunas de ellas

produjeron, el error que resultó de aplicar medidas en principio idóneas a una realidad que no estaba madura para recibir las.”  
(MARTÍNEZ DE HOZ. 1991:230).

O modelo liberal tem um custo. Qual é o preço a pagar? Este é, simplesmente, a aceitação incondicional das medidas saneadoras. Segundo o esquema argumentativo dos neoliberais, o ‘homem’ de hoje seria incapaz de julgar o ‘modelo’, pois, de acordo com este raciocínio circular, ele estaria intoxicado e preso aos hábitos e costumes do passado, devido à sua miopia política. Por conseguinte, somente o “homem de amanhã”, o homem moldado pelo próprio modelo neoliberal, poderia avaliá-lo. Encontramo-nos, em suma, diante de uma petição de princípio.

Chegamos assim, finalmente, ao sexto e último atributo divino do mercado: Para que o mercado abstrato possa ‘existir’, as classes subjugadas *devem crer* nele como mecanismo ótimo de alocação de recursos, da mesma forma que os “homens” devem *crer* em Deus para que ele exista.

Isto condiz, em primeiro lugar, com a expressão de Alsogaray segundo a qual a tarefa política, sacerdotal e pedagógica mais difícil de nossa época seria a de “hacer accesible la esencia del mercado a las grandes masas de la población”; e, em segundo lugar, com aquilo que Martínez de Hoz dizia de forma perspicaz e astuta: “Cabe preguntarse si los obstáculos que debimos enfrentar tuvieron su origen en estas ideas (liberales) o, más bien, en la *falta de hábito de los argentinos a creer en ellas.*”

Os neoliberais estão persuadidos de que, mediante ações nissionárias, seria possível ‘transformar’ as almas rebeldes destas terras de infieis, de forma semelhante ao que foi feito com o indígena americano, que não acreditava no Deus cristão porque

vivia com as suas 'primitivas' concepções pagãs e sem ter qualquer contato com a Europa até a chegada dos missionários católicos. Com efeito, tanto Deus como o mercado abstrato pregado pelo neoliberalismo exigem fé, ou seja: para que existam, "todos" devem crer neles<sup>49</sup>. A economia de mercado, tal como é apregoada, é chamada de "o modelo" de sucesso. Mas este não é um modelo abstrato de mercado, e sim um mercado mundial concreto.

A deificação do mercado (neoliberal) está logicamente relacionada à percepção que dele se têm, como ente abstrato e bom (ético). Resulta daí que os postulados essenciais do neoliberalismo possuem uma conotação teológica. Carl Schmitt (1985) afirmou que "el constructor del mundo es al mismo tiempo creador y legislador, es decir, autoridad legitimadora"; referindo-se especificamente (em forma de crítica) ao moderno "Estado de Direito", que nascera do "racionalismo de la época de la Ilustración" (SCHMITT 1985:96).

"La 'omnipotencia' del moderno legislador, tan cacareada en todos los manuales de Derecho público, tiene su origen en la Teología." (SCHMITT, 1985:99).

Uma questão se nos apresenta: não terá a 'onipotência' que o mercado possui para os pregadores neoliberais uma análoga origem teológica? De acordo com o que já foi observado (e pecando por reiterá-lo), o discurso do pensamento neoliberal, os seus conceitos mais importantes (Mercado abstrato, Liberdade econômica, Lei como

---

<sup>49</sup> "Se que, sin mi, Dios no podría vivir un segundo:/Si yo fuese aniquilado, El se extinguiría necesariamente." (Angelus Silesius).

proibição<sup>50</sup>, etc.) e a transcendência destes neste esquema de raciocínio sistematizado parecem ter, efetivamente, fundamentos teológicos. Este discurso se tornou forte em um contexto de crise no qual o ceticismo com relação às instituições e a 'descrença' generalizada na deliberação política (evidente no caso argentino que a seguir será analisado) foram o terreno fértil para as propostas e soluções maniqueístas, que apresentaram como única alternativa viável o culto da fé<sup>51</sup> no deus-mercado e a 'derrota' do 'demônio socialista' e das suas 'deformações' intervencionistas ocidentais.

### 3.- Tecocratas, ditadura e mudança de mentalidade.

A partir do que foi exposto anteriormente, pode-se afirmar que no entender dos principais representantes do neoliberalismo argentino a sociedade devia modificar certas expectativas de conduta. Conforme foi salientado, a expressão comumente utilizada era: "produzir uma 'mudança de mentalidade'".

Meu interesse, nesta seção, é enfatizar certos aspectos da metodologia empregada pelos representantes do neoliberalismo no intuito de obterem o consenso favorável às idéias de livre mercado, ou, em outras palavras, apontar as diferentes formas que o discurso assumiu a fim de conseguir realizar aquilo que é chamado de "mudança de

<sup>50</sup> Segundo a concepção neoliberal a lei deve ser proibitiva. Hayek o indica claramente: "Los hombres libres, a quienes se le permite que usen de sus propios medios y de su conocimiento para sus propios propósitos, no deben quedar sujetos, entonces a reglas que le señalen lo que positivamente deben hacer, sino únicamente a reglas que les indiquen lo que no deben hacer. (...) El carácter generalmente negativo de las reglas de conducta justa y la correspondiente primacía de la injusticia que es prohibida, ha sido advertido a menudo, pero apenas si ha sido pensado hasta sus consecuencias lógicas". (Hayek, 1982:188).

<sup>51</sup> Em escritos autobiográficos Goethe relata que: "Em Fé, disse eu, tudo depende do fato de crer; aquilo em que se crê é perfeitamente indiferente. A Fé é um profundo sentido de segurança no que respeita ao presente e ao futuro; e essa segurança brota da confiança num Ser imenso, todo-poderoso e inescrutável. A firmeza dessa confiança é o grande ponto; mas o que pensamos desse ser depende das outras nossas faculdades, ou mesmo das circunstâncias, e é completamente indiferente. A Fé é um vaso sagrado onde cada um está preparado para alcançar o seu sentimento, a sua compreensão, a sua imaginação, tão perfeitamente quanto lhe é possível". Citado por Cassirer. (1976:237).

mentalidade". A partir daqui é possível diferenciar entre duas estratégias claras -que correspondem a dois períodos históricos diferentes- utilizadas pelos economistas em geral e por certas figuras-chave em particular.

i] Uma primeira estratégia foi a que se utilizou em aliança com os governos militares, e que consistia em apontar como meta primordial a aplicação de uma política econômica que restaurasse as regras do mercado livre. Ou seja: segundo os apologistas do livre mercado, o objetivo final era "libertar" a sociedade argentina dos vestígios de tudo o que fosse "artificial" e que representasse uma herança das gestões anteriores. A ditadura parecia ser uma ferramenta política ótima para se alcançar esse objetivo. O exemplo mais marcante e mais prolongado desta forma de proceder foi, conforme já se deixou claro, a gestão de Martínez de Hoz (1976-81).

ii] A segunda estratégia, que será descrita mais detalhadamente no próximo capítulo, foi condicionada pela chegada da democracia, em 1983.

A ditadura inaugurada em 1976, que ficara na história como uma das mais sangrentas e ineficazes autocracias da América Latina, culminou com a absurda guerra das Malvinas, o que gerou a derrocada total do regime e a precipitação dos acontecimentos. Refiro-me, precisamente, à normalização das atividades políticas e ao retorno a um regime político democrático e constitucional. Os economistas neoliberais, que outrora convenciam ou cooptavam os militares para a sua causa, já não poderiam fazê-lo (agora tal coisa seria inconveniente) devido ao desprestígio das Forças Armadas. Daí em diante o seu âmbito de atuação foram os partidos políticos, dentre os quais o caso mais paradigmático é representado pelo do Dr. Cavallo, ao qual nos referiremos mais adiante.

Em sintonia com os acontecimentos e demonstrando um pragmatismo eficaz, os economistas neoliberais se "tornam" democráticos no momento em que a sociedade se reafirma na democracia<sup>52</sup>

Com relação à primeira estratégia, é importante ressaltar que as discrepâncias doutrinárias no que diz respeito à maneira como encarar as transformações não se produziram sem acirradas polêmicas. Alvaro Alsogaray, por exemplo, sempre se manteve no que poderia ser chamado de "linha dura" (ou linha mais doutrinária), considerando necessárias medidas políticas simultâneas como recurso para alcançar uma economia de mercado (medidas de choque).

"Una reforma de esa naturaleza no puede hacerse a medias con cuentagotas. Es un problema de 'todo o nada'. O se cambia fundamentalmente el encuadre, o las medidas parciales, por bien intencionadas que sean y por más 'liberales' que parezcan, están condenadas al fracaso." (ALSOGARAY. 1993:339).

Já a linha defendida por Martínez de Hoz, em contraposição à anterior, poderia ser definida como uma linha liberal "flexível" (ou pragmática), no que se refere ao seu aspecto doutrinal e levando-se em conta somente a forma de implementação das medidas neoliberais. Desta forma, Martínez de Hoz havia tomado partido por um "gradualismo", método que ele entendia ser o mais conveniente, alegando que "se debió revertir una

---

<sup>52</sup> Não me refiro ao consenso favorável aos valores democráticos alcançado na sociedade argentina no início dos anos oitenta, o qual 'abrangeu' a maioria da população; mas sim, especificamente, à tomada de consciência de alguns economistas, que, mais por razões pragmáticas do que por princípios democráticos, perceberam que era impossível realizar a "reestruturação" neoliberal (a reforma do Estado, privatizações, desregulamentação e abertura econômica) sem o consenso democrático. Mais adiante falarei especificamente do caso do Dr. Cavallo.

política de creciente estatización que, con breves intervalos, siguió durante tres décadas, cuya filosofía influyó sobre las orientaciones políticas y estableció estructuras administrativas de una gran rigidez al cambio." (MARTÍNEZ DE HOZ.1981).

No entanto, por trás das diferenças de matizes, ambos os enfoques priorizaram a "transformação" a partir de uma mudança -favorável a uma liberalização econômica e a uma reforma do Estado- na percepção dos cidadãos. Em outras palavras, a transformação deveria produzir-se na mente. A 'cidadania argentina' deveria realizar um ato de fé<sup>53</sup>.

"La necesidad de cambiar una mentalidad y de sobreponerse a las rigideces administrativas ya mencionadas, hizo que el cambio emprendido fuera necesariamente gradual." (MARTINEZ DE HOZ.1981:40).

O engenheiro Alsogaray, por sua vez, apesar de suas discrepâncias em relação aos "gradualistas", e partindo de uma postura mais doutrinária, também se refere à "mudança de mentalidade". Expressou-se a este respeito, em 1988-89 e em 1993, como um verdadeiro sacerdote:

"Más de una vez pensamos que estábamos 'predicando en el desierto' y que nunca lograríamos producir un cambio de mentalidad que revirtiera ese estado de cosas. Nos equivocamos, esta vez favorablemente, y hoy asistimos a un notable cambio en la

---

<sup>53</sup> Norberto Galasso nos faz lembrar de um programa jornalístico de grande audiência no qual o economista Roberto Alemann, em diálogo com o jornalista entrevistador, expressa-se da seguinte forma ao se referir ao plano Cavallo-Menem: "Andamos muy bien...macanudamente bien (...) Se acabó el déficit, hay equilibrio en la Tesorería, no hay emisión. Hay apertura económica. Estamos en el mejor de los mundos'. Alguien le opuso, entonces, algunos reparos: '-los precios minoristas han subido demasiado, las inversiones extranjeras no llegan, la prometida reactivación no se produce porque nadie invierte...' Y el Dr. Alemann repuso, con habitual ponderación: '- Ah, eso se debe a que no hay fe..." (Galasso. 1992:47).



manera de pensar de los argentinos. Pero de ninguna manera puede decirse que esa tendencia está definitivamente consolidada." (ALSOGARAY, 1993:226).

"En el seno de la sociedad argentina se ha operado ya, principalmente a lo largo de estos últimos años, una marcada evolución intelectual y un cambio profundo de mentalidad, en el sentido de abjurar de la asfixiante dependencia del Estado para inclinarse hacia grados cada vez mayores de libertad. Esta transformación es especialmente notable en el campo económico. Hasta hace muy poco prevalecían en él las ideas estatistas e intervencionistas asociadas a un Estado sobredimensionado, todopoderoso y omnipotente, supuestamente capaz de regular la vida diaria de todos los habitantes del país. Hoy existe un marcado rechazo hacia la burocracia, la tecnocracia y las organizaciones y empresas estatales que constituían los instrumentos de acción de aquel Estado y se está pensando en soluciones hasta hace poco repudiadas por muchos líderes de opinión, para salir del atraso y de las lamentables condiciones de vida existentes." (ALSOGARAY, 1989:69).

Em suma, Alsogaray e Martínez de Hoz haviam participado da formulação de políticas econômicas sob governos militares, com a "benção" implícita ou explícita das Forças Armadas. Paralelamente a isso, eram visíveis os esforços do primeiro no sentido de organizar partidos políticos de claras tendências liberal-econômicas, porém de escasso poder de mobilização. Já Martínez de Hoz, proveniente do partido da Democracia Cristã, nunca foi protagonista decisivo na arena da política partidária, mas teve grande destaque como funcionário econômico de governos autoritários. Estes fatos (e não poderia ser de

outra maneira) não contradizem as idéias político-econômicas destes personagens, já que, tal como anteriormente foi examinado, na escala de valores dos neoliberais *à la Hayek* o valor supremo é a liberdade econômica, ainda que imposta por uma ditadura.

Esta corrente de pensamento do liberalismo econômico, que, seguindo O'Donnell (1985:207), podemos chamar de tecnocrática<sup>54</sup>, teve um crescimento espetacular nos anos setenta em institutos de pesquisa, lobbies e empresas. Uma vez ocorridos os golpes militares (principalmente em 1966 e 1976), a corrente liberal-tecnocrática adotou posturas similares às de um segmento conservador ou "tradicional" do liberalismo. Nas palavras de O'Donnell:

"...ambas derechas confluyeron sobre las fuerzas armadas, no sólo para recordarles cuántas veces habían pronosticado esos males, sino también para argumentar que tenían en sus manos la receta para extirparlos". (O'DONNELL. 1985:207).

Os tecnocratas ofereciam aos militares uma ideologia política (uma matriz conceitual e discursiva, organizadora da percepção da realidade) clara. Segundo O'Donnell, essa ideologia se torna dominante porque "recupera una visión verosímil del pasado, propone un futuro posible y deseable y se entronca con fundamentales ideas e intereses de las nuevas fracciones dominantes de la burguesía" (O'DONNELL.1985:208), fato que ocorre não apenas na Argentina mas também em vários países da América Latina.

---

<sup>54</sup> Tecnocracia ou "governo dos técnicos", não no sentido de engenharia social, mas no de elite portadora da 'verdadeira' ciência (a econômica), única capaz de curar os males da sociedade prescindindo da deliberação política partidária.

Na Argentina dos anos setenta os únicos intelectuais que permaneceram 'incontaminados' de qualquer responsabilidade política foram os defensores da economia liberal, que nunca haviam tido expressão eleitoral suficiente para ocuparem o governo. Aliado a isto, o mito da 'idade de ouro' da era liberal (1880-1930) começou a se difundir no imaginário social. A todo momento, conservadores e neoliberais expressavam uma espécie de nostalgia em relação a esse período e propunham retomar a "senda dos antepassados", o que significava, conforme já foi observado, eliminar as distorções e "artifícios" acumulados por gestões irresponsáveis.

"La idea de retorno a todo costo a un pasado mistificado es crucial en esta ideología: con ella otorga significado presente, lo entronca con una visión del pasado y proporciona criterios para identificar al adversario actual." (O'DONNELL. 1985:207).

Dito de forma mais clara, durante a ditadura inaugurada em 1976 foi a corrente liberal-tecnocrática que, a partir de altos cargos governamentais, dirigiu ideologicamente a aplicação da política econômica. Essa tecnocracia neoliberal tinha em suas mãos a explicação do passado (isto é, a explicação do porquê da decadência argentina), além de uma condenação desse mesmo passado e uma proposta de saneamento social construída com simplicidade discursiva: "...en cuanto a las metas, una economía 'eficiente', basada en las ventajas comparativas, con mercados en equilibrio y sin precios 'artificiales'" (O'DONNELL. 1985:209). Esse discurso, que não é senão propaganda para as massas, se encontra fundamentado e respaldado pelo mito da 'verdadeira ciência', conhecida apenas

por uma elite que, à semelhança do filósofo platônico, dedicou desinteressadamente toda uma vida à aquisição desse saber superior.

Devo ressaltar, embora pareça óbvio, que todo plano econômico se assenta sobre bases políticas. A linha econômica adotada depois do golpe de Estado de 1976 tomou, claramente, um rumo livre-mercadista, o qual foi apoiado, amparado e sustentado por um regime militar. Schvarzer assinala que "la aceptación del nuevo modelo no se logró con facilidad en el ámbito militar" (1986:27). Os militares, enquanto instituição e considerados a partir de uma perspectiva global, tiveram sempre uma concepção econômica mais próxima do industrialismo com tendências autarquizantes que do liberalismo econômico.

Schvarzer, no entanto, indica várias interpretações ou análises da relação entre os economistas neoliberais e as Forças Armadas, que detinham o poder político. Esse autor ressalta, primeiramente, a opinião de que a 'batalha' no plano das idéias tinha sido ganha, posição da qual compartilha: "algunos analistas...", afirma ele, "...sostienen que las objeciones fueron neutralizadas, gracias el empuje de las concepciones ideológicas de la nueva derecha económica, cuyo vigor habría logrado cerrar el paso a cualquier concepción alternativa" (1986:28). Em segundo lugar, prossegue Schvarzer, há enfoques que priorizam os mecanismos de cooptação dos militares, especialmente dos oficiais superiores das forças armadas. O'Donnell faz referência a esse fenômeno, o qual se estende às famílias dos militares, sutilmente "introduzidas", pela "direita civil", em "un estilo de vida largamente acostumbrado a la riqueza" (O'DONNELL. 1985:215). Em terceiro lugar, Schvarzer menciona o "efeito demonstração"; ele se refere, precisamente, ao fator externo, que passou a ter importância quando "diversos grupos internacionales se preocuparon por pregonar internacionalmente el éxito de las políticas económicas instrumentadas en el

Cono Sur, presentándolas como un 'modelo' o un 'milagro' de la nueva ortodoxia que serviría de ejemplo mundial" (SCHVARZER 1986:29).

Um outro elemento que seria importante ressaltar a este respeito é aquele que se relaciona a uma coincidência ideológica fundamental entre os 'tecnocratas liberais' e os militares nos anos setenta. Os dois grupos coincidem plenamente ao terem como inimigo o perigo comunista, que encarnava a planificação econômica e social em sua máxima expressão.

Finalmente, um outro aspecto a ser levado em consideração é salientado por O'Donnell: o alto grau de pragmatismo que Martínez de Hoz e a sua equipe demonstram, apartando-se "de su ortodoxia neoliberal cuando se trata de aplacar, o de no irritar demasiado estas oposiciones; por ejemplo, al omitir consideraciones de ventajas comparativas respecto de industrias que cada Fuerza Armada considera 'estratégicas', o al aceptar una fuerte expansión del presupuesto militar". Por mais contraditório que pareça, o claro viés antiindustrialista da política econômica de Martínez de Hoz, que ofenderia os militares, foi "compensado" pela posição favorável da balança de pagamentos, uma vez que esta circunstância facilitou a aquisição de armamentos no exterior (1985:215).

Recapitulando: a partir da crise mundial do capitalismo (aludida na introdução) em meados dos anos setenta, as nações passaram por diversas mudanças traumáticas em suas estruturas econômico-sociais. Nesse contexto de crise, com os militares aderindo à Doutrina de Segurança Nacional, com a crise política do governo peronista (1973-1976), somada a um quadro de violência social, os neoliberais (Martínez de Hoz e os Chicago 'boys') tentaram impor na Argentina um novo modelo de acumulação através de uma ditadura. No entanto, se é que algo foi demonstrado no caso argentino com o final do

Processo de Reorganização Nacional (1976-1983), foi que o processo de transformação econômica, com sua mencionada reforma de Estado, privatizações, desregulamentações e abertura ao mercado exterior, não poderia ocorrer por via autoritária. A imposição, ou seja, a 'força pura', devia ser abandonada e substituída pela persuasão. Se "requeria, necessariamente, algún viso de legitimidad democrática, aunque esta fuera nada más que formal". (YANNUZZI.1995:146).

**CAPÍTULO 4 : DEMOCRACIA, CRISE, PERONISMO E MUDANÇA DE  
CONSENSO.**

## 1.- Considerações gerais.

As eleições presidenciais da República da Argentina de 1989 deram a vitória a um peronista: Carlos Saúl Menem. Este, contrariamente ao que havia expressado na campanha eleitoral, aplicou um programa neoliberal, cujo ponto de partida foram as leis de Reforma do Estado, de 1989<sup>55</sup>. Em meio a uma crise hiperinflacionária e com faculdades ‘extraordinárias’, derivadas dos decretos-lei, implantou-se um modelo vulgarmente chamado “modelo liberal”, o qual foi elogiado pelos popes do ultraliberalismo econômico.

Se remontarmos à conjuntura política anterior às eleições presidenciais de 1989, observaremos que grande parte da população argentina, principalmente as classes populares, havia depositado as suas esperanças no discurso populista, carregado de simbolismo salvador, de Carlos Saúl Menem. “Siganme, no los voy a defraudar”, foi o slogan da campanha do então candidato peronista. Uma vez ganhas as eleições e realizada a transferência do mandato presidencial (antes do prazo estipulado), executou-se um programa neoliberal radical de reformas, sendo esta a primeira vez que um programa desta natureza era implantado por um governo eleito democraticamente. Vários fatores se combinaram e influíram para que se chegasse a tomar uma decisão tão radical como foi a da realização da transformação neoliberal na Argentina. Para nomear alguns, pode-se dizer, em primeiro lugar, que um acúmulo de insatisfações e a situação resultante de uma “crise” no final de 1989 e início de 1990 (duas hiperinflações inéditas) contribuíram para acelerar o processo de reforma do Estado; em segundo lugar, o “clima” internacional, depois da queda do Muro de Berlim, era muito propício ao desenvolvimento da ideologia

---

<sup>55</sup> Refiro-me aos projetos de lei de “emergência administrativa” e de “emergência econômica”, ambos de julho de 1989.



neoliberal. Isto se dava concretamente através de pacotes de medidas prontas para serem aplicadas (Consenso de Washington). Em países em desenvolvimento, particularmente na América Latina e na Europa Oriental, a realidade fala por si só (WILLIAMSON.1990; PRZEWORSKI.1991).

O contexto político e econômico internacional teve, evidentemente, um certo reflexo no interno. Uma vez recuperada, nos anos oitenta, a democracia na Argentina, os anos de frustrações políticas e violência pareciam ter ficado para trás. No entanto, cedo ou tarde, a realidade acabou se mostrando com toda crueza. A crise econômica se agravou no final da década, atingindo níveis tão críticos que o governo de Raúl Alfonsín, já com escassa margem de consenso, não pôde sequer dar uma resposta que lhe permitisse terminar o seu mandato presidencial. Alfonsín se mostrou incapaz de dar uma resposta em termos de política econômica, diante de um modelo de acumulação que se esgotava. Quanto mais a crise se agravava, mais crescia a força da pregação dos liberais economicistas, muitos deles assessores econômicos dos três partidos políticos majoritários de então. Tanto é assim que o candidato da União Cívica Radical (oficialista e segundo nas eleições de 1989), Eduardo Angeloz, apresentava um programa totalmente neoliberal, enquanto que o candidato da UCEDé, Alvaro Alsogaray (terceiro nas eleições), fazia parte de uma coalizão conservadora-liberal. Mas a virada 'surpresa' em direção ao liberalismo econômico seria realizada pelo peronismo; apesar de que Carlos Menem, em seus discursos eleitorais, utilizasse o fator emocional -bastante característico do peronismo- dirigindo-se às classes populares, que eram as que mais sofriam com a crise econômica, estagnada no pântano inflacionário. As promessas do candidato 'riojano' eram simples e concisas: "revolución productiva" e "salariozo". A estratégia a ser utilizada para alcançar

essas metas (o *como*) ficava de fora do discurso dos justicialistas. A tarefa do radicalismo (Angeloz) e da UCeDé (Alsogaray) seria, paradoxalmente, a de difundir o plano de transformação do Estado, a desregulamentação e as privatizações, os quais seriam levados a cabo depois pelo peronismo, com grande beneplácito dos eleitores ‘perdedores’. As idéias neoliberais pareciam ter ‘encontrado’ um ambiente propício e se transformado em ‘ideologia hegemônica’, viabilizada pelo peronismo.

Faz-se necessário, portanto, destacar dois importantes aspectos que atuaram como fatores desencadeadores da adoção das idéias neoliberais como solução política ‘consentida’ para crise argentina dos anos noventa.

a) Cabe salientar primeiramente que a pregação neoliberal tomou um importante impulso a partir das crises, no início dos anos setenta, do sistema financeiro internacional e do petróleo, que potencializaram os desequilíbrios internos e externos dos Estados desenvolvidos e alimentaram a inflação no mundo. As propostas neoliberais questionaram as políticas ‘dirigistas’ e ‘intervencionistas’ que então imperavam. Essas crises afetaram de forma marcante todos os aspectos da ‘ordem’ do pós-guerra: as relações de produção, o papel do Estado e a ordem internacional.

Nos anos oitenta, um processo de reformulação das funções do estado-nação em um mundo cada vez mais “globalizado” começa a se manifestar. Em um nível político, essa aceleração das mudanças foi observada nas reformas iniciadas em 1985 na ex-URSS por Gorbachev e na derrota, não apenas simbólica, que a queda do muro de Berlim, em 1989, significou. Com a queda do ‘comunismo’ houve uma expansão do capitalismo por todo o leste europeu, apoiada pela propaganda triunfalista do “fim da história”.

A aparente 'vitória' do capitalismo -que no plano das idéias se manifestou no apogeu do neoliberalismo como única alternativa de crescimento nas regiões atrasadas, bem como na abertura mundial- forçou os governos do Terceiro Mundo e os dos países ex-comunistas (cada vez mais parecidos aos primeiros), a competirem entre si a fim de atraírem a escassa oferta de capital.

b] Em segundo lugar, considero relevante ressaltar a situação de crise de um modelo de acumulação esgotado, a qual em 1989 se mostrou na Argentina como 'terminal'.

"El pensar un nuevo modelo de acumulación requiere, como condición inicial, el reconocimiento explícito de la crisis del modelo anterior, hecho que pasa básicamente por la quiebra de las legitimidades existentes." (YANNUZZI. 1995:11).

Em 1989 o ex-presidente Raúl Alfonsín teve de entregar o governo antes da data prevista para o término de seu mandato, devido ao perigo de ingovernabilidade e caos em que se encontrava o país. Eleito Carlos Menem em maio, deflagrou-se uma hiperinflação galopante<sup>56</sup> e começaram a ocorrer saques a hipermercados na cidade de Rosário e na Grande Buenos Aires, acompanhados de outros atos de violência social que, atando as mãos e os pés do governo radical, impediram-no de propor ou realizar qualquer política<sup>57</sup>. Essa situação política determinou o ritmo das transformações econômicas posteriores, as

---

<sup>56</sup> Nos doze meses que se passaram entre agosto de 1988 e julho de 1989 os preços aumentaram 3610% para o consumidor.

<sup>57</sup> Alfonsín devia "entregar" o governo em dezembro de 1989. A entrega antecipada aconteceu em julho desse ano.

quais, para que pudessem receber o aval de um consenso geral, requeriam, de antemão, que a sociedade reconhecesse a existência de um estado de 'crise terminal'.

"En ese sentido, aceptar que algo se encuentra en crisis es aceptar, al mismo tiempo, la necesidad de su transformación, ya que la idea de 'agotamiento de las instituciones existentes' se inscribe con total claridad en la conciencia de los sujetos." (YANNUZZI.1995:12).

O significado político da crise argentina de 1989, a qual no próximo item será abordada mais detidamente, indicou o reconhecimento, por parte da sociedade (e, previamente, do partido peronista), da necessidade de uma mudança no modelo de acumulação. A transformação "neoliberal" na Argentina começou a ser implementada a partir do Poder Executivo num ritmo vertiginoso, favorecida pela sensação de inoperância do Estado que, em 1989, era compartilhada por grande parte da sociedade. O próprio Estado acabou sendo questionado "ya no solamente en cuanto a las funciones asumidas hasta entonces por él, sino además, en cuanto instancia misma de organización de una sociedad" (YANNUZZI. 1995:14).

## **2.- Crise e ideologia.**

O articulado corpo de idéias que configura o pensamento neoliberal, cuja difusão os representantes deste pensamento têm, ao longo de décadas, procurado realizar, obtém o consenso na sociedade argentina em uma situação propícia. É importante esclarecer o que se entende aqui por "situação": trata-se, em primeiro lugar, do espaço no qual se inserem as limitadas esferas da relação estabelecida entre o transmissor ou transmissores

(economistas, políticos, jornalistas políticos, difusores locais ou estrangeiros, etc.) e o receptor (eleitor-cidadão<sup>58</sup>); em segundo lugar, o termo “situação” refere-se ao período e ao contexto histórico no qual aquela relação se desenvolve.

O ano de 1989 apresenta, na Argentina, características muito particulares. A crise capitalista do modelo de acumulação e do Estado intervencionista mostrou-se com total crueza no aspecto social: a elevada inflação (a mais alta da História), a crise da dívida e os crescentes níveis de pobreza são prova disso. No plano político, a incapacidade do governo de Raúl Alfonsín de disciplinar os setores economicamente mais poderosos (YANNUZZI.1995:21) e a forte oposição do sindicalismo (historicamente alinhado com o peronismo) ao governo revelaram uma inoperância quase que total do Estado. Em meio a esse quadro faziam-se ouvir com intensidade cada vez maior, nos meios de comunicação, nos programas jornalísticos dedicados à temas políticos, etc, os conselhos de economistas e intelectuais ‘representantes’ dos setores sociais que defendiam um neoliberalismo radical (grande burguesia pampeana, burguesia urbana oligopólica e financeira).

O engenheiro Alsogaray, um dos principais representantes do neoliberalismo e candidato a presidente pela UCEDé, vaticinava, antes das eleições de 1989, como um verdadeiro profeta: “Lo cierto es que hoy (1988-89) *la opinión pública está preparada para aceptar las nuevas ideas.*” (ALSOGARAY.1989:70) [os grifos são meus]. Essas declarações estão relacionadas com a grave crise do ano de 1989, que resultou na drástica

---

<sup>58</sup> Nos últimos anos é claramente perceptível a utilização nos meios de comunicação -por jornalistas políticos, economistas, em sua maioria (para não dizer totalidade) consultores de empresas privadas, e até políticos!- da expressão *la gente*. Esta “moda” parece não ser casualidade, mas sim estar estreitamente relacionada com o caráter não politicista do neoliberalismo e com seu acentuado viés ideológico economicista. A expressão *la gente* oculta, em primeiro lugar, as diferenças de classe ou de estratos sociais existentes em uma sociedade, e, em segundo lugar, o direito de todo ‘homem’ de alcançar uma cidadania plena, a qual não se esgota, mas sim se inicia, com o direito ao voto.

quebra do Estado de Bem-Estar argentino, e com o claro triunfo de um consenso, ainda que passivo, em torno da “solução” neoliberal.

Antes de mais nada, quero esclarecer que por “crise” se deverá entender um momento decisivo de ruptura no qual “alguma coisa” muda qualitativamente em um sentido favorável ou desfavorável, ou seja, se transforma. Por esse motivo crise e transformação caminham inexoravelmente juntas. “Crise” significa, em outras palavras, uma viragem, muitas vezes imprevisível e algumas vezes violenta, que gera uma mudança. Ao fazer uso das expressões “crise capitalista” ou “crise de modelo de acumulação” não tenho a intenção de referir-me a uma crise terminal, mas sim a uma transformação que, como tendência contraditória, se manifesta em um quadro no qual pode se dar a coexistência, por exemplo, de um crescimento com um crescente desemprego; de novas formas de produzir e rápido avanço tecnológico com uma crescente precarização do trabalho; e de grande concentração econômica com uma miséria inaudita.

Voltando à afirmação de Alsogaray acima citada, observamos que ele se refere com grande segurança a uma ‘opinião pública’ que estaria preparada (em 1989) para receber as idéias econômicas liberais. Isto induz a pensar que tal “opinião” havia de fato sido preparada. A pergunta lógica é: por quem? A opinião pública havia sido pacientemente persuadida e preparada, tanto pelo discurso da ‘inevitabilidade’ da transformação neoliberal, propagado pelos intelectuais neoliberais (em sua maioria economistas) dentre os quais Alsogaray é um representante proeminente, quanto, e fundamentalmente, pelo processo de fragmentação e destruição do aparelho estatal, o qual foi deliberadamente acelerado a partir de 1976. Como se se tratasse de um “produto” novo, propagandeou-se (como ainda hoje se faz, se bem que com muito menos ênfase) o

*elixir* neoliberal em programas jornalísticos nos quais eram destacadas, sobretudo, as vantagens das privatizações e da desregulamentação total<sup>59</sup>. Como vimos, este discurso já vinha sendo articulado com alguma antecedência, mas foi no contexto de crise que ele se tornou mais insistente. Isto favoreceu uma redefinição -ocorrida na ordem do simbólico- de uma nova 'nova realidade' que devia surgir e cuja "eficacia social dependía del hecho que esa nueva redefinición simbólica -instancia en la que el Estado debía asumir un rol protagónico- pudiera instituirse en el nivel de las creencias" (YANNUZZI.1995:21). A situação de desmoronamento social com características de guerra econômica e na qual o Estado não conseguia desempenhar suas funções mínimas tornou-se uma situação propícia às idéias neoliberais que propunham a mudança 'radical' do modelo econômico, ou seja, daquilo que ainda restava do Estado de Bem-Estar em sua versão argentina.

A crise e o concomitante sentimento generalizado de incerteza do ano de 1989 parecem ter contribuído de forma decisiva para modificar o sistema de crenças na Argentina, e, por conseguinte, para o surgimento do amplo consenso acerca do esgotamento das 'instituições econômicas existentes', viabilizando assim que o poder executivo pusesse em marcha uma reformulação radical na relação entre economia e política. Segundo Yannuzzi, "la implementación de un nuevo modelo político (y económico) supone necesariamente la construcción de un sistema de creencias socialmente aceptadas" (1995:137).

---

<sup>59</sup> Em um programa de jornalismo político (2 de julho de 1996) conduzido por um entusiástico propagandista das soluções neoliberais, o economista egresso de Chicago e pesquisador-consultor do CEMA ("Centro de Estudios Macroeconómicos") Carlos Rodríguez, grande defensor daquilo que é denominado "o modelo", dizia que: "hasta ahora percibimos los costos del modelo (implementado en 1989-1991), los beneficios se verán mas adelante". Após a renúncia de Cavallo (agosto-1996), Rodríguez se tornou assessor do ministro da economia Roque Fernández, também Chicago boy e ex-CEMA.

Se remontamos uma vez mais ao projeto neoliberal de Martínez de Hoz, observamos que foi durante a ditadura instaurada em 1976, a partir de políticas concretas impostas autoritariamente, que se procurou legitimar uma ordem econômica ultraliberal. É por essa razão que Martínez de Hoz adota a sua gestão (1976-1981), respaldada pelo mencionado governo militar, como ponto de referência para marcar o início da mudança na forma de pensar dos cidadãos.

"Con independencia de una cuantificación de las metas alcanzadas, consideramos que ha sido de gran importancia el cambio cualitativo que se ha logrado en el pensamiento y la opinión de la ciudadanía. Es así que, con anterioridad a 1976, eran común que se proclamara la estatización, la inflación y la economía cerrada como métodos para impulsar el desarrollo del país. Después de 5 años de aplicación del programa económico y de su difusión, en la actualidad la opinión pública misma reclama con insistencia el redimensionamiento del Estado y el cumplimiento de su función subsidiaria, la privatización de funciones y empresas estatales, la reducción del gasto público y del déficit de presupuesto así como el aprovechamiento de las ventajas que brinda la apertura de la economía." (MARTINEZ DE HOZ.1981:242).

Retomando uma questão chave: observamos que enquanto Martínez de Hoz se refere a sua gestão como a um divisor de águas, uma mudança rumo a uma nova "forma de pensar", ele afirma -apesar de que sua ação de governo não pôde dar conta de uma situação econômica determinada, levando a economia praticamente ao desastre- a necessidade imperiosa de uma transformação "que el mundo reclama" mas que a sua



gestão não conseguiu realizar. Desta maneira, com uma linguagem clara e nova para a época, foram colocadas no plano das idéias as prioridades econômicas (privatização, redução do gasto público, abertura da economia, desregulamentação, função subsidiária do Estado, etc.) que seriam implementadas num futuro não muito distante. Em outras palavras, o ex-ministro afirmou, a partir do discurso racional do neoliberalismo, a necessidade da transformação que ocorreria com o peronismo sob um regime democrático.

As idéias de liberdade econômica, que segundo Martínez de Hoz são essenciais para a realização de uma mudança “qualitativa”, supõem que a sociedade deve respeitar uma “ordem” e movimentar-se de acordo com ela: a ordem do mercado. O respeito a essa ordem promoveria o disciplinamento da sociedade por forças espontâneas, equitativas, justas e provedoras de bem-estar. Esse discurso funcionou, sistematicamente, como um chamamento a que se retornasse a uma racionalidade econômica perdida, “racionalidade” essa que nos anos noventa mostrou-se passível de ser alcançada através dos procedimentos democráticos. No entanto, para que possa ocorrer uma transformação econômica em um regime político democrático, é necessário que haja uma articulação dos consensos em torno e a favor dela.

Entra em jogo aqui a temática da crise, em cujo seio a sociedade experimenta mais decepções que satisfações. Em uma situação “crítica” as transformações costumam ser abruptas e traumáticas, o que gera um clima especialmente favorável para a imposição de políticas ‘salvadoras’. A pergunta pertinente que pode ser feita aos assessores neoliberais é: *quanto durará a cura?* Entretanto, responder esta pergunta não está ao alcance de

nossos economistas. Eles podem dizer apenas que a recuperação será tanto mais rápida e bem sucedida quanto mais submisso o “paciente” permanecer.

Por isso os propagadores do liberalismo afirmam que os fracassos<sup>60</sup> das experiências econômicas liberais ocorreram devido à “falta de hábito de los argentinos a creer en ellas (las ideas liberales).” (MARTINEZ DE HOZ.1981:242). Voltando a um velho postulado: um ato fé é tudo o que bastaria para que o sonho neoliberal pudesse se realizar, e, para que isso acontecesse, era essencial que houvesse a tão almejada mudança de mentalidade.

Mencionadas estas opiniões, adverte-se que a retórica de Martínez de Hoz se encontra presa a um círculo discursivo ‘vicioso’, assemelhando-se àquilo que Merton (1970) denominou “profecia que cumpre a si mesma” ou “profecia autocumprida”.

"A profecia que se cumpre a si mesma é, inicialmente, uma definição falsa da situação que provoca uma nova conduta a qual, por sua vez, converte em verdadeiro o conceito originalmente falso. A validade especiosa da profecia que se cumpre por si mesma perpetua o reinado do erro, pois, o 'profeta' mencionará o curso real dos acontecimentos como prova de que tinha razão desde o princípio." (MERTON. 1970:517).

A profecia autocumprida é, a princípio, uma definição falsa; uma ‘crença’ na existência de uma determinada situação, isto é, uma:

---

<sup>60</sup> Smith (1988:67) afirma que no início da crise da dívida em 1982 “los programas ortodoxos del FMI han fracasado en México, Bolivia y Perú, así como en Argentina y en Brasil”. Ressalta também o fato de que, globalmente, “las políticas ortodoxas han tenido mucho más éxito en cuanto al objetivo de los pagos externos que en la reducción de la inflación”. E, como foi observado anteriormente, Perry Anderson (1995) se refere também ao fracasso do neoliberalismo na região no que toca a seus resultados econômicos (crescimento).

"... especie de pensamiento, este tipo de convicción que tiene algo de indemostrable y algo de rotundo, que no necesita la aceptación plena del que escucha pero que se pretende verosímil, que no es contrastable con la realidad pero que es sostenida como punto de partida válido de un razonamiento."<sup>61</sup>

As crenças não são consideradas pejorativamente, mas são, antes, reconhecidas como elemento sempre presente na configuração de um pensamento político. As crenças, ‘filhas’ das emoções e das paixões, não se contrapõem necessariamente à razão.

"...la mayoría de las creencias políticas modernas aparecen explicadas racionalmente, porque la política es, en sí misma argumentativa. Y en la argumentación, la discusión política remite, explícita o implícitamente, a valores. Esta es una característica central de la política". (YANNUZZI.1996:359).

No entanto, a partir de uma definição falsa a profecia autocumprida provoca, como diz Merton, uma ou mais condutas novas capazes de tornar verdadeiro aquilo que em sua origem foi uma concepção falsa. Por um lado, Martínez de Hoz reconhece timidamente que fracassou, mas, por outro, atribui o seu fracasso à falta de compreensão da sociedade acerca das regras do mercado. É a realidade que nunca se ‘acomoda’ ao tecnocrata neoliberal. Perpetua-se assim o “reinado do erro”, confirmado chamativamente no livro “Quince años después” (1991), no qual o “profeta” (Martínez de Hoz) afirma que os

---

<sup>61</sup> Quevedo, Luis Alberto. 1987. "Creencias y Política", em Punto de Vista, Nº 31, Buenos Aires, nov. - dic. p.24.

acontecimentos posteriores à suas gestão, ou seja, a transformação neoliberal em pleno auge, são a prova incontestável de que ele teria tido razão desde o início.

Desta maneira, para a implantação do modelo neoliberal fez-se necessária a ‘construção’ de um consenso em torno de uma ideologia cujos “alicerces” Martínez de Hoz preparara nos anos setenta. Desta tarefa, como vimos, havia participado ativamente o engenheiro Alsogaray, que nos anos oitenta já antecipara que a tarefa política mais importante e mais difícil destes tempos teria sido, e seria ainda, a de fazer as massas compreenderem a “esencia del mercado”. Por outro lado, viu-se também que Martínez de Hoz expressou ter sido a conquista mais importante do programa econômico de 1976 o fato de ele ter “desatado un proceso de cambio de mentalidad que fue produciéndose en los diversos sectores del país, hasta que hoy en día puede decirse que existe un cierto consenso positivo sobre los postulados fundamentales”. (MARTÍNEZ DE HOZ.1991:244)<sup>62</sup>. Mas juntamente com esses divulgadores cabe destacar também um outro economista intuitivo: o ex-funcionário do Processo de Reorganização Nacional<sup>63</sup> e ex-ministro da economia do governo Menem (1991-1996) Domingo Cavallo. Em um texto que integra uma compilação de conferências e artigos editados em diferentes jornais, sendo então deputado nacional do partido peronista por Córdoba, Cavallo afirma que a necessidade de uma transformação das instituições econômicas “debe ser aceptada de manera convencida por la mayor parte de los sectores de la sociedad.” (CAVALLO.1989:196).

O fio condutor do raciocínio destes economistas é a concepção de que, para que a ideologia neoliberal fosse ‘imposta’ e se tornasse hegemônica, seria necessário,

---

<sup>62</sup> Ver também jornal *La Nación*, “Cambio de Mentalidad en el país”, 26 de dezembro de 1990.

<sup>63</sup> Cavallo foi presidente do Banco Central da República da Argentina durante alguns meses em 1982.

primeiramente, convencer a sociedade mediante a persuasão e a “pedagogia”; e, em segundo lugar, ‘criar’<sup>64</sup> uma consciência generalizada de crise que ‘demonstrasse’, de maneira incontestável, o esgotamento do modelo estatista de acumulação.

Vejamos pois como Martínez de Hoz se expressa a esse respeito:

"La opinión pública debía estar convencida de la necesidad y la bondad de la privatización. Ello requería un cambio de mentalidad importante en sectores influyentes dentro de la estructura política, económica y social del país. Había que empezar por convencer para poder actuar. Téngase en cuenta que la mayor parte de los partidos políticos existentes entonces tenía una ideología estatizante que de alguna manera había causado la situación de crisis a la que se había llegado. Había que evidenciar que la acción de privatización no significaba la 'enajenación del patrimonio nacional' sino todo lo contrario, permitiría superar el estancamiento y el atraso existente en provecho de la Nación misma y de su población." (MARTÍNEZ DE HOZ.1991:85).

O ponto chave era convencer para poder realizar as reformas neoliberais, mas colocava-se imediatamente a questão de como consegui-lo. Com a democracia, a atividade no interior de um partido político seria o método ‘natural’ mais eficaz. Tomando um exemplo paradigmático que merece destaque, observamos que o Dr. Domingo Cavallo (na “Fundación Mediterránea”) havia intuído que a melhor maneira de alcançar esse objetivo seria atuar dentro do partido peronista, no qual se conjugavam, desde a sua origem, pelo

---

<sup>64</sup> Achei interessante e revelador um comentário de Perry Anderson no qual ele se refere a uma conversação que teve com um economista do Banco Mundial, o qual lhe afirmava ser o problema crítico do governo Sarney não uma taxa de inflação demasiadamente alta, mas sim uma taxa demasiadamente baixa: “Esperamos que os diques se rompam... precisamos de uma hiperinflação aqui para condicionar o povo a aceitar a medicina deflacionária drástica que falta neste país”. (1995:22-23).

menos dois elementos essenciais para os objetivos neoliberais: um discurso populista e um eleitorado cativo de grande peso. A pregação maniqueista destes economistas devia, a partir de suas bases de operação, apontar em direção a um alvo preciso: as crenças antiquadas do 'estatismo', rotulado como ineficiente, atrasado e corrupto. Diante disso aparecia, como que num passe de mágica, a panacéia neoliberal, que se apresentou fortalecida com três propostas radicalizadas: a reforma do Estado (racionalização e desregulamentação), a abertura da economia e as privatizações. Conforme se examinou anteriormente, esse discurso marcadamente enfático e maniqueista parece ter um caráter teológico. Apresentam-se e contrapõem-se, a todo momento, dois tipos de 'religião', para seguir a expressão de Marx em *A Miséria da Filosofia*, quando ele se refere à dicotomia entre as instituições feudais e as burguesas. O raciocínio dicotômico é o seguinte: toda religião alheia, (isto é, no caso, que não seja a dos neoliberais e pregadores do mercado) constitui uma invenção dos homens, um "artifício", ao passo que a religião hegemônica é uma emanção de Deus. Se seguirmos esse raciocínio, observaremos um mercado regido por leis naturais e atemporais. Então, de repente, percebemos que esses economistas e propagandistas pregam, com persuasiva convicção, que essas leis eternas são as que devem reger a sociedade. Desta maneira, a História chega ao seu fim através de um ato de fé, ante o olhar atônito do observador desprevenido.

### **3.- Aspectos complexos da relação neoliberalismo-peronismo.**

- i) Cavallo, Fundación Mediterránea e peronismo.

Com Cavallo atuando no peronismo, atingiu-se o apogeu da combinação entre as idéias do liberalismo econômico e as de um partido de características populistas, forte tradição na defesa dos valores de 'justiça social' e grande eleitorado.

Cavallo compreendeu rapidamente, após a sua passagem em 1982, durante o governo militar, pela presidência do Banco Central, que na República da Argentina não era possível aplicar um programa econômico neoliberal no estilo chileno, devido à falta, segundo ele, de consenso suficiente. Somente em um regime democrático e atuando dentro do partido peronista é que se conseguiria reverter o modo de pensar.

"En la Argentina la reorganización económica no se podría haber hecho como se hizo en Chile en un gobierno militar. Porque los sectores económicos que se beneficiaban con la desorganización anterior eran muy poderosos y sólo en un contexto verdaderamente participativo y democrático iban a ver, como vieron, debilitado su poder y aceptarían una reorganización económica decidida desde arriba, desde el poder político y no por ellos mismos."<sup>65</sup>

Assim, o ex-ministro da Economia (1991-1996) do governo Menem, por um lado, reconhecia que "la dictadura militar instaurada en 1976 no consiguió convocar el consenso necesario que permitiera asegurar la transformación de la economía" (YANNUZZI 1995:17); e, por outro, tachava de inconveniente toda imposição direta de medidas econômicas (através de uma ditadura) sem o prévio consenso de todos os setores produtivos da sociedade, ou seja, de todas as classes sociais. O programa econômico

---

<sup>65</sup> Cavallo afirmou isso em uma entrevista em 1993. Citado por Yannuzzi (1995:17).

“correto” devia ser implantado por um governo<sup>66</sup> eleito pela população, sendo esta eleição o resultado de um prévio trabalho pedagógico a ser realizado por especialistas e formadores de opinião.

Cavallo, talvez compreendendo uma velha lição da História, prossegue afirmando que:

“Es natural que los trabajadores demoren un poco más en advertir la conveniencia de utilizar cada vez menos a los sindicatos en la puja corporativa. Antes tendrán que convencerse los empresarios, el sector financiero y el sector de la construcción de algo que es obvio: el desafío de resignar la protección legal en favor de la protección de la propia eficiencia y de la propia capacidad productiva e innovativa, debe ser aceptado *antes* por quiénes detentan mayor poder económico para que lo puedan aceptar *después* los sectores más postergados de la sociedad.” (CAVALLO.1989:196)<sup>67</sup>. [os grifos são do autor].<sup>68</sup>

<sup>66</sup> A experiência posteriormente demonstrou que os programas econômicos neoliberais tomaram corpo na Argentina graças aos “Decretos de Necesidad e Urgencia” baixados no governo Menem, e, no Brasil, mediante medidas provisórias, principalmente nos governos Collor de Melo e F.H. Cardoso.

<sup>67</sup> Esta reflexão nos faz lembrar uma afirmação feita por Voltaire quando este indagava sobre as crenças religiosas durante o Império Romano, “Para encadenar al pueblo es preciso que los grandes aparenten que acatan idénticas creencias que él.” (Voltaire. 1985:16). Há ainda esta de Aristóteles: “Lo que la clase dominante acepte como valioso será necesariamente acogido como tal en la opinión de los demás ciudadanos”. (1995:102). Marx, por sua vez, afirma em seu conhecido parágrafo de *La Ideología Alemana*: “Las ideas de la clase dominante son las ideas dominantes en cada época; (...), la clase que ejerce el poder material dominante en la sociedad es, al mismo tiempo, su poder espiritual dominante”. (1994:182). Finalmente, Horkheimer e Adorno assim se expressam: “Y como los dominados han tomado siempre la moral que les venía de los señores con mucha más seriedad que estos últimos, así hoy las masas engañadas creen en el mito del éxito aún más que los afortunados. Las masas tienen lo que quieren y reclaman obstinadamente la ideología mediante la cual se los esclaviza”. *Dialéctica del Iluminismo*. Buenos Aires: Sudamericana, 1987, p.162.

<sup>68</sup> O jornalista-propagandista neoliberal Guy Sorman diz que é o *Establishment* que tem de ser persuadido, e não as massas. (1986:63).



Nesse parágrafo, Cavallo sugestivamente grifa o “antes” e o “depois”, estabelecendo uma ordem de prioridade no processo de difusão de idéias. O “esclarecimento” e a pregação deviam ser, a princípio, direcionados às classes sociais de maior poder econômico.

Deduz-se da citação acima que, segundo o Dr. Domingo Cavallo, o economista não pode ser apenas um profissional da economia, mas deve ser também um difusor das receitas de eficiência neoliberais, ou, como Alsogaray o expressou, um pregador, ainda que, a princípio, pregue “en el desierto”.

"El consenso y la aceptabilidad política de las medidas que se quieren implementar es algo que se debe trabajar políticamente, para lo cual quiénes quieren impulsar estos cambios tienen que hacer toda la tarea, tediosa pero imprescindible, de convencer a ciudadanos y dirigentes. Sólo así estas normas saldrán con la jerarquía que deben tener, reflejarán un adecuado convencimiento y comprometerán todos los apoyos para su continuidad en el tiempo." (CAVALLO.1989:216).

Observa-se então que Domingo Cavallo fala de “trabajar políticamente” na tarefa de convencer a ‘ciudadanía’, priorizando os dirigentes e as classes empresariais e financeiras (1988); por outro lado, como vimos, Alsogaray encarava a pregação econômica como a tarefa política fundamental. Isto nos dá a entender que ambos estavam convencidos de que o consenso neoliberal somente poderia ser obtido sob as regras democráticas. Acontece que no início dos anos oitenta a situação política argentina havia

mudado e os tempos “democráticos” pareciam ter chegado para ficar. Por essa razão, os economistas ‘todo servicio’ deviam mudar de estratégia.

Alsogaray havia fundado um partido político em 1982, a UCeDé (“Unión del Centro Democrático”)<sup>69</sup>, tendo sido eleito deputado em 1983 e sucessivamente reeleito para esse cargo por três vezes. Cavallo, por outro lado, sendo um independente, seria eleito deputado nacional por Córdoba em 1987, pelo partido peronista. Cavallo, ex-ministro da economia do governo Menem, nunca havia militado no partido justicialista, fato que desembocou em alguns escândalos (GALASSO.1992:125)<sup>70</sup>. Essa conduta do economista de Córdoba sugere uma estratégia determinada com o objetivo de introduzir-se em um dos maiores partidos da Argentina, o qual é também o de maior aceitação popular, para trabalhar “a partir de dentro” e viabilizar assim um programa econômico liberal. Obviamente, ele não estava só. Quando chegou à câmara de deputados da República da Argentina ele continuava trabalhando na “Fundación Mediterránea” e era por ela apoiado (N’HAUX.1993). Desta maneira, Alsogaray e Cavallo, do interior do poder e juntamente com outros representantes e simpatizantes do neoliberalismo, questionavam duramente a política econômica do governo radical (1983-1989) através de estratégias discursivas adequadamente empregadas, com o fim de “afianzar en imaginario social la necesidad de producir una transformación global de la sociedad” (YANNUZZI. 1995:144).

Fazer referência a Cavallo torna inevitável a menção da “Fundación Mediterránea”. Esta instituição nasceu em Córdoba no final de junho de 1977 e foi inicialmente

<sup>69</sup> Ele havia participado também da criação de outros dois partidos políticos, o “Partido Cívico Independiente” em 1956 e o “Nueva Fuerza” em 1972.

<sup>70</sup> A colocação de Cavallo em um lugar privilegiado da lista de candidatos a deputados pelo P.J., sendo ele um economista sem militância, levou a suspeitas e até mesmo a acusações de que ele teria “comprado” a banca. jornal *Clarín*, 24 de junho de 1987.

constituída por um grupo de trinta e três empresas cordobesas. “Con la denominación de ‘Fundación Mediterránea’, se constituye una sociedad civil, sin fines de lucro, cuya organización y funcionamiento se adecúa a las normas de este estatuto e Ley 19.836” (N’HAUX.1993:145). Na declaração de objetivos da “Fundación” estabelece-se, no item “d)”, a formação do IEERAL (“Instituto de Estudios Económicos sobre la realidad Argentina y Latinoamericana”) como meio de atingir seus objetivos básicos, a saber:

"a) Promover la investigación de los problemas económicos nacionales para contribuir a realizar un país próspero con una conformación social que asegure la igualdad de oportunidades...etc.

b) Contribuir al mejor conocimiento y solución de los problemas económicos latinoamericanos...etc.

c) contar con foro apartidista donde se discutan los grandes problemas económicos nacionales y latinoamericanos...etc.”  
(N’HAUX.1993:146).

Em outras palavras, cria-se, juntamente com a “Fundación”, um instituto de pesquisa e estudos de economia, financiado inicialmente por industriais cordobeses e composto de economistas consagrados, como é caso de seu primeiro diretor, Domingo Cavallo (doutor em Harvard), como também o de Aldo Arnaudo (doutor em Yale), Aldo Dadone (doutor em Chicago), Carlos Givori (doutor em Vanderblit) e Amalio Petrei (doutor em Chicago).

No segundo e terceiro níveis hierárquicos do Instituto encontravam-se economistas e pesquisadores que tiveram, em sua grande maioria, cargos no ministério da economia na

gestão Cavallo. Como exemplo, temos Hugo Gaggero (ex-Vice-Presidente do “Banco Nación”), Jorge Alfonso (ex-diretor do “Banco Nación”), Ramón Frediani, Roberto Giulodori e Héctor Montero (diretor do “Instituto de Estadísticas Y Censos” -1993), Carlos Kessman (ex-diretor nacional do “Comercio Exterior” -1993), Alfredo Visintini (assessor da subsecretaria de combustíveis -1993), José L. Arrufat, Joaquín A. Cottani (ex-subsecretário de planificação -1993), Roberto A. Domenech (ex-diretor do “Banco Nación” -1993), Angel Peña (ex-assessor do ministro da economia - Cavallo), Gustavo Parino (ex-titular da “Administración Nacional de Aduanas”), Rafael Conejero (Subsecretário de Portos -1993), José Cartas (funcionário do BID em Washington), etc.

Domingo Cavallo conseguiu constituir, a meados dos anos setenta, uma “equipe” de economistas bastante heterogênea<sup>71</sup> em torno das idéias neoliberais. A maioria desses desses profissionais haviam sido funcionários do ministério da economia durante a gestão do ex-ministro cordobês (1991-1996).

## ii) Peronismo e neoliberalismo.

O liberalismo econômico da Argentina, desde a queda de Irigoyen em 1930, foi incapaz de alcançar o consenso político. Conseguiu-o apenas no final dos anos oitenta através do partido justicialista, o partido político de maior base popular na Argentina. Esse partido-movimento, o peronismo, nasceu com um claro viés populista e redistribucionista. Nos dois primeiros governos do General Perón (1946-55) nacionalizaram-se serviços

<sup>71</sup> Enrique N’haux -administrador de empresas, assessor do justicialismo, primeiro gerente da “Fundación Mediterránea” e assessor do IEERAL- menciona em seu livro *Menem Cavallo. El Poder Mediterráneo* (crônica “não autorizada” sobre a “Fundación”) a marcante influência do intelectual do neoliberalismo. Mais precisamente, afirma: “los componentes des movimiento intelectual fueron corrientes que se conocen con distintos nombres de ‘teoría de la oferta’, ‘teoría de las expectativas racionales’, ‘teoría de los derechos de propiedad’, ‘escuela de Public Choice’, ‘monetarismo’ ”. (N’HAUX:160). N’Haux ressalta também a importante influência de Friedrich Hayek (N’HAUX:163).

como os ferroviários, o naval, o aeronáutico, o de telecomunicações, etc. Além disto, foram concedidos direitos sociais aos trabalhadores, enquanto que a economia era regulamentada como jamais havia sido feito antes. A partir do golpe de Estado de 1955 o peronismo, que tinha a seu favor a maior parte do eleitorado, foi proscrito, e assim permaneceu até 1973, ou seja, durante quase duas décadas. Durante esses anos o peronismo se apresentou como um agrupamento político proscrito e de caráter “defensivo” -ou de resistência- o qual não definia uma proposta programática. Nos anos 60 e 70 ele agrupava, segundo O’Donnell, os setores da classe operária, os setores sindicais, os de pequenos proprietários, etc., formando assim uma “alianza alternativa-burguesa, popular y obrera”. Essa aliança, que, conforme já foi salientado, tinha um caráter “defensivo” (O’DONNELL.1977:547) havia surgido como oposição à “ofensiva de las fracciones superiores de la burguesía, postulando una vía ‘nacionalista’, y ‘socialmente justa’ de desarrollo”. Por que então ela era defensiva? Simplesmente, diz O’Donnell, porque a aliança se limitava a anular os programas de estabilização (quase todos liberais) implementados pelo Estado -segundo os interesses da “grande burguesia pampeana” e do empresário urbano (“burguesia urbana”)- sem que chegasse a apresentar um “sistema alternativo de acumulación”.

Concretamente, a mudança do consenso na direção das idéias do liberalismo econômico se apresenta, num primeiro momento, como o resultado da ação política de caráter autoritário e repressor de grupos liberais representantes dos interesses das classes da grande burguesia pampeana, -ala mais próxima aos interesses do empresariado “oligopólico urbano” (O’DONNELL.1977)- e da burguesia financeira urbana, os quais, como vimos, procuraram implementar seus programas econômicos amparados pelos

governos ditatoriais, chegando ao ápice ideológico-repressor em 1976. A imposição de um programa econômico “racional” sustentado por uma ditadura persuadiria as classes subalternas de que as medidas e prioridades políticas eram benéficas.

Em segundo lugar, conforme já foi mostrado, aparece, com o advento da democracia, uma figura chave no cenário político e, logo, também no econômico da Argentina: Domingo Cavallo. Esse economista demonstrou grande intuição e habilidade para se movimentar no espectro político. O “movimento nacional justicialista”, ou seja, o peronismo, foi fundamental na conquista de um consenso favorável em torno dos postulados do liberalismo econômico.

"La idea de Cavallo respecto al peronismo era su convicción de que los principios de organización económica basados en el funcionamiento competitivo de los mercados podían ser aceptados por la dirigencia de ese partido popular, porque era el mejor instrumento para alcanzar los objetivos de soberanía, crecimiento y justicia social que encarnaba ese partido en el proceso político argentino.

Estaba convencido de que el justicialismo era el único partido en condiciones de lograr que se combinaran el consenso social y la racionalidad económica.

(...)Por lo tanto, su incorporación como extrapartidario<sup>72</sup> era la oportunidad para llevar a cabo la tarea que se había impuesto de redimir los verdaderos principios liberales que permanecían velados a la conciencia popular debido al mal uso que de ellos había hecho los liberales porteños<sup>73</sup>. Su misión en el Congreso y en el seno del justicialismo sería, por lo tanto, poner el

---

<sup>72</sup> Como diputado nacional em 1987.

<sup>73</sup> La polémica es desarrollada por Cavallo en el artículo: "Las autopistas y el liberalismo de la City", dirigido especialmente a los "liberales" de Buenos Aires, Alsogaray, Martínez de Hoz, Juan Alemann, etc.

conocimiento de la economía al servicio de los objetivos nacionales y mayoritarios." (N'HAUX. 1993:289).

Por que o peronismo seria viável para a concretização do projeto político dos economistas neoliberais? Como explicar essa contradição? Como explicar que um partido que havia institucionalizado um determinado Estado de Bem-Estar e cuja bandeira fora a “justicia social”, hoje, nos anos noventa, levante as bandeiras de seus antigos ‘inimigos’?

Se investigarmos as características gerais próprias do peronismo talvez encontremos algum indício que nos permita compreender (mas não esgotar) o problema.

Em primeiro lugar, pode-se afirmar que o peronismo permitiu, em grande medida, a articulação do fator emocional-populista. A figura de Menem, um riojano, assemelhava-se muito em 1989 à do caudilho Facundo Quiroga. O elemento mítico foi essencial em toda a campanha presidencial, cujos slogans eram “Siganme, no los voy a defraudar”, “Salariozo” e “Revolución Productiva”. Menem se apresentou como o ‘salvador’ diante de uma situação crítica, explorando características populistas da sociedade argentina e elementos emocionais do peronismo<sup>74</sup>.

Segundo Yannuzzi (1995), o peronismo, partindo de uma concepção organicista da sociedade (no que, de acordo com o que já vimos, se assemelhavam aos militares) “siempre construyó un discurso fuertemente antipoliticista y, sobre todo, antipartidista”<sup>75</sup>.

<sup>74</sup> Alsogaray assim se expressou, em 1989, com dúvidas e preocupações a respeito do peronismo: "El problema, que es esencialmente el de su candidato presidencial, Menem, reside en que para reunir sus fuerzas el peronismo debe apelar a las emociones que suscitara en el pasado, pero al hacerlo no puede evitar que queden en descubierto las perversiones de entonces" (1989:86).

<sup>75</sup> "Los partidos políticos, en última instancia, eran designados despectivamente como la 'partidocracia' a la cual había que desarticular." (YANNUZZI.1995:181).

"Consecuencia de la visión organicista fue que el peronismo se organizara no en partido político -organización que, en todo caso, tenía una mera función electoral-, sino en movimiento, concepto que presupone una unidad en base al sentimiento sin una estructura orgánica determinada." (YANNUZZI.1995:181).

Cavallo, por exemplo, uma vez dentro do justicialismo, sabia que devia 'convencer' não apenas os grupos econômicos poderosos, mas também os principais dirigentes do partido. Assim, caso o conseguisse, estaria ganha a maior parte do terreno, devido às características verticalistas do partido- movimento.

"En ese sentido, la noción de 'movimiento' se asienta en una concepción verticalista y unidireccional del poder, sin mediaciones reconocidas que articulen la cúpula con la base, salvo una unidad subjetiva producida en la identificación emotiva con el líder." (YANNUZZI.1995:182).

O peronismo seria, como pensava Cavallo, o partido "ideal" para viabilizar a confluência do "consenso social" com a "racionalidade econômica". O economista de Harvard planejava 'fundar' as "nuevas instituciones económicas" a partir de um governo peronista; e sua oportunidade chegou em 1991.

Não se pode isolar a temática do peronismo do contexto histórico ou do contexto político-econômico local e mundial. A hegemonia neoliberal é um fenômeno global, e não apenas nacional, que deve ser entendido dentro de um processo de mudanças estruturais da economia e cujas consequências sociais se manifestam cruamente.



No contexto argentino, a pregação liberal-econômica soube explorar as insatisfações sociais existentes no seio da sociedade, apresentando o neoliberalismo como um elixir mágico, como um remédio maravilhoso após tantos anos de “fracassos políticos”. Instala-se como um discurso político “salvador”, apontando uma proposta alternativa viável diante do “caos”, a qual seria levada a efeito por profissionais da área econômica (em sua maioria consultores de grandes empresas nacionais e transnacionais)<sup>76</sup>. Desta forma, com Domingo Cavallo e a “Fundación Mediterránea”, as idéias neoliberais ‘ingressam’ no peronismo, à força de convencimentos e negociações, para fazer parte do corpo ideológico essencial dos governos Menem (1989-1995 e 1995-...).

O caso argentino da confluência, aparentemente complexa e contraditória, do partido peronista -de fortes bases populares e de peso sindical- com as receitas neoliberais

---

<sup>76</sup> Pareceu-me sugestivo e interessante nomear alguns dos economistas de maior destaque nos anos mais recentes da vida política argentina, partidários da liberdade econômica, e a sua relação com grandes empresas privadas nacionais e internacionais. -José Alfredo Martínez de Hoz (“Secretario de Agricultura y Ganadería” em 1962-63, “Ministro de Economía” em 1963 e em 1976-80): preside várias diretorias da ACINDAR (Empresa siderúrgica argentina); exerceu a vice-presidência da companhia de Eletricidade Ítalo Argentina, foi membro do Comitê Internacional do Conselho Administrativo do Chase Manhattan Bank. -Guillermo Walter Klein (“Secretario de Hacienda” em 1962-63, assessor do Ministério da Economía em 1968, “Secretario de Programación y Coordinación Económica” do Ministro Martínez de Hoz 1976): foi diretor do Fundo Monetário Internacional, integrante da diretoria do banco Shaw, representante de diversos bancos internacionais. -Adolfo Diz (funcionário do “Ministerio de Economía” em 1967, presidente do Banco Central em 1976); foi diretor do Fundo Monetário Internacional. -Roberto Alemann (Ministro da Economía 1961 e 1982, Embaixador nos Estados Unidos em 1962): atuou como diretor da Continental Seguros, do grupo “La Agraria”, como presidente da CIBA y da Geigy, desde antes fusão, como diretor da Costos y Organización S.A., consultor de diversas empresas, etc. -Adalbert Krieger Vasena (Diretor do Banco Central em 1955, depois “Ministro de Hacienda” -agora economia- até 1958, Ministro da Economía 1967-69): vinculado à “Companhia de Seguros El Comercio”, a empresas multinacionais como “National Lead Co.,” “Swift Deltec y Coney Argentina” entre outras, vice-presidente do banco Mundial para assuntos latino-americanos. -José María Dagnino Pastore (alto funcionário do gobierno dof Gal. Aramburu 1956, Ministro da Economía 1969-70, assessor financiero de Martínez de Hoz na Europa 1976, Ministro de Economía 1982): consultor de empresas. -Enrique Eugenio Folcini (subsecretário da Economía 1968, Presidente do Banco Central 1990): consultor de empresas, fue funcionário do FMI. -Julio Gonzalez del Solar (Presidente do Banco Central 1983): foi subdiretor do “Departamento del Hemisferio Occidental” do FMI 1949-56, governador do “Banco Interamericano de Reconstrucción y Fomento” 1959-61, Diretor do “Banco Interamericano de Desarrollo”, na Europa 1962-64, foi presidente da “Argentaria S.A. de Finanzas”, financiadora do grupo DELTEC, compartilhou o diretório da companhia imobiliária e financeira “La edificadora S.A.”. -Javier González Fraga (Presidente do Banco Central 1990): foi dono da “González Fraga Macroeconomía” assessoria de empresas (GALASSO. 1993).

não é uma grande surpresa no conturbado contexto latino-americano. Na Bolívia, por exemplo, Paz Estenssoro aplicou, em 1985, um duríssimo programa de ajuste através de um único decreto, logo após a sua vitória nas eleições. O ex-presidente boliviano, o ex-presidente venezuelano Carlos Andrés Pérez e o ex-presidente colombiano César Gaviria compartilharam com Carlos Menem de uma mesma característica:

"Todos ellos abogaron por una liberalización más amplia que la que apoyaba el liderazgo establecido o los afiliados comunes de sus partidos, quienes históricamente se han encontrado entre los principales beneficiarios de la intervención estatal". (GEDDES, 1996:276).

Em suma, trata-se aqui da clara hegemonia do neoliberalismo, inclusive (e aí reside o paradoxal da situação) nos partidos de tendências populistas que outrora haviam impulsionado a intervenção do Estado na economia.

Esta vinculação entre o populismo latino-americano e as políticas econômicas neoliberais manifesta-se com particularidades próprias na Argentina dos anos noventa governada pelo peronista Carlos Menem, com o que se fecha uma etapa histórica caracterizada por um acentuado conflito entre as corporações empresariais de ideologia liberal e o peronismo. (SIDICARO, 1995:133)

Nesse contexto quem acabou prejudicada foi a corporação sindical (C.G.T. - "Confederación General de Trabajadores"), que perdeu considerável poder de decisão dentro do partido peronista. Além disso houve um estilhaçamento e uma simultânea debilitação da conflituosa relação sindicatos - Estado. A diminuição das funções intervencionistas do Estado e a 'mercadolatria' resultaram na debilitação da corporação

sindical e em “una importante disminución de su capacidad de intervención en la determinación de las políticas públicas”. (SIDICARO.1995:132).

A perda de poder dos sindicatos está estreitamente ligada ao novo modelo de relação Estado-sociedade proposto pelas políticas neoliberais do governo Menem, o qual demandava um sério questionamento do papel de intermediação sindical. As idéias de justiça social e do Estado como garantia das condições de vida dos assalariados, que o peronismo havia defendido quando era oposição, esvaecem-se com Menem como que por arte de magia; e em seu lugar ‘aparecem’ noções como *mercado* e *produtividade*, como novos eixos básicos do discurso peronista em relação a qualquer política econômica. Essa ‘nova’ relação representou uma situação totalmente desconhecida para os sindicatos, já que mesmo nos tempos da ditadura ou do radicalismo “el formato de relación entre el Estado y el mundo del trabajo no había conocido semejante mutación”. (SIDICARO. 1995:134).

Em outras palavras, as idéias neoliberais assumidas por Menem negam o princípio no qual se fundava a relação Estado-sindicatos. O acordo dos sindicatos com Menem rompe-se imediatamente ao surgir à luz a intenção da realização de reformas liberais.

"Habitados a gestionar conflictos, a sacar dividendos personales y organizacionales de las situaciones de tensión, los dirigentes sindicales oscilaron en un primer momento entre el desconcierto y el apoyo a los nuevos planteos del gobierno". (SIDICARO.1995:134).

É interessante ressaltar um fato que foi característico da política argentina. Tradicionalmente, 33% do total de deputados justicialistas no Congresso Nacional eram

sindicalistas (pertencentes à peronista “Confederación General de Trabajadores”, a central única), ao passo que hoje (1996) há somente quatro deputados de extração sindical. Essas mudanças geraram divisões e conflitos. Em 1990 cindiu-se a C.G.T. (“Confederación General de Trabajo”), até então a única central sindical na Argentina. Em 1992 a C.G.T. torna a se unificar para logo depois novamente se dividir. O processo de modificação da estrutura sindical levou à criação de duas centrais sindicais nos anos noventa: a M.T.A. (“Movimiento de Trabajadores Argentinos”) e a C.T.A. (“Central de Trabajadores Argentinos”). Esta última propõe um outro estilo de central trabalhadora: uma central emancipada em relação à atividade dos partidos políticos. Com isto, a C.T.A. procura ‘reinaugurar’ uma forma de ‘prática sindical’ diferente daquela que foi usual na Argentina desde os anos quarenta<sup>77</sup>.

Resumindo, o que interessa ressaltar é que as privatizações de empresas públicas, a abertura da economia à concorrência estrangeira e a decisão de liberar as forças do mercado configuraram uma nova relação Estado-sociedade que sepultou as antigas práticas sindicais peronistas.

Por outro lado, a grande corporação empresarial foi, na era Menem, a beneficiária direta do projeto neoliberal. Já durante a década de oitenta, os segmentos mais poderosos da burguesia (pampeana, financeira e oligopólica-industrial; hoje ‘recompensadas’ pela privatização de serviços) haviam pedido uma economia livre e sem regulamentações. Uma vez satisfeitas as suas solicitações, estes setores brindaram o governo Menem com seu apoio. Desta maneira, e para a alegria dos grandes grupos econômicos, o neoperonismo descartou os aumentos salariais que não derivassem de um aumento de produtividade e

---

<sup>77</sup> O secretário geral da C.T.A., Victor de Gennaro, expressou em uma reportagem: “Para nosotros una central de trabajadores debe ser autónoma de los partidos políticos, de los grupos económicos y del Gobierno”. *Diario*, Página 12, 29/9/1996, p.5.

propôs-se a não realizar transferências de renda entre setores empresariais, já que nenhum tipo de atividade era priorizada sobre outra (SIDICARO.1995:133). A surpresa diante dessa nova situação foi geral. O grato assombro dos setores empresariais e conservadores permitiu uma aliança implícita no nível social e explícita no nível dos partidos políticos. O peronismo praticamente absorveu os partidos conservadores, inclusive o partido do engenheiro Alsogaray, hoje em dia um menemista incondicional.

Os últimos anos do governo de Raúl Alfonsín (1984-89) foram marcadas uma crise econômica que foi fruto não apenas dos erros cometidos por esse governo mas também da crise estrutural capitalista que havia se acentuado nos países da América Latina (dívida externa, desindustrialização, etc). Nesse contexto especial de crise política, que em grande parte havia sido provocada, Atilio Borón aponta uma nova modalidade que se instalou na política, cujos protagonistas mais destacados são os capitais financeiros globalizados e descontrolados que seguem a cega lógica da rentabilidade. Borón menciona que o jornal argentino de negócios “Ambito Financiero”, em meio à feroz corrida bancária gerada no início de 1989, “celebró con alborozo el advenimiento de la era de los ‘golpes de mercado’ en reemplazo de los ya anacrónicos cuartelazos militares.” (1996:19-20). A partir desta nova modalidade da política, crer-se-ia que os países atrasados ficariam presos a uma lógica perversa: a capacidade ‘extorsiva’ destes capitais financeiros adquire tanto mais importância e influência quanto mais débil a economia de um Estado se apresenta. Apesar disso, o governo peronista inaugurou sua administração em 1989 pressagiando um futuro promissor e amparado por uma aliança com o capital estrangeiro e com a grande burguesia oligopólica argentina.

Depois destas reflexões, a 'primeira impressão' que se tem, e portanto a mais ingênua, parece ser a de que o menemismo seria o reverso do peronismo: o culto ao mercado fez com que desaparecesse o regime "estadocêntrico" (BORN.1995, NUN.1995) de acumulação; as privatizações, realizadas em tempo recorde, substituíram as nacionalizações; aos direitos sociais do trabalhador contrapõe-se hoje a flexibilização laboral; e os programas distribucionistas e de justiça social extinguem-se, surgindo em seu lugar uma inédita concentração de riqueza. Como explicar então esta aparente incompatibilidade de princípios?

O peronismo original e o peronismo de Menem (menemismo) são fenômenos políticos históricos que permitem, de alguma maneira, apreciar as tendências ideológicas de uma época. Menem, por mais de uma vez, repetiu que "si Perón viviera haría lo mismo que yo estoy haciendo", e também que a etapa histórica atual é a do fim das ideologias, fazendo sua, assim, uma falaciosa frase da moda (PORTANTIERO.1995). Com estas expressões racionaliza-se uma maneira de atuar, ou seja, confere-se validade ao pragmatismo, que permanece como o esqueleto ideológico do peronismo. "La primacía de la utilidad sobre los valores es un criterio en nada ajeno a los principios del fundador del movimiento (peronista)" (PORTANTIERO.1995:106).

A inerente contradição do capitalismo parece caminhar de mãos dadas com a ambivalência dos programas políticos peronistas, considerados de uma perspectiva histórica. Mas, como bem ressalta Portantiero:

"Si la diferencia notable está en la letra de los programas de gobierno, la similitud alude a zonas más hondas de la sensibilidad colectiva lo que, por otra parte, explica la fidelidad de los votantes

peronistas que en sucesivos comicios (1991, 1993, 1995) no encontraron en Menem la imagen del 'traidor'". (PORTANTIERO, 1995:106).

Esta característica 'pragmática' do peronismo, entre outros fatores, contribuiu para que começasse a funcionar um amplo programa neoliberal, que já fazia parte do 'senso comum' de grande parte das classes médias e dos segmentos mais importantes e influentes das classes altas. Se levarmos em conta que a principal oposição a Menem nas eleições de 1989, a "Unión Cívica Radical", apresentou como candidato Angeloz, possuidor de uma proposta de perfil puramente neoliberal, e que a terceira força foi uma aliança conservadora encabeçada por Alsogaray, notaremos uma clara tendência hegemônica do neoliberalismo, compartilhada também pelo pelo líder peronista, mas nunca reconhecida por ele antes das eleições de maio de 1989. Isto indica que amplos e majoritários setores das classes populares e alguns setores médios, ou não 'compreenderam' os "códigos" da mensagem neoliberal, ou não a consideraram convincente como programa para sair da crise, ou ainda, de algum modo, o associaram às receitas do 'inimigo' (adversário) político<sup>78</sup>.

A mensagem eleitoral peronista das eleições de 1989 remetia a uma volta ao 'paraíso perdido' dos anos quarenta e cinquenta. "Salariozo" e "Revolución productiva" eram as palavras-símbolo que deviam mobilizar os "companheiros peronistas" em direção à vitória. Em ambos os periodos históricos, em 1946 com Perón e em 1989 com Menem, o elemento mítico foi crucial para que se chegasse à vitória eleitoral. Este fator permitiu

---

<sup>78</sup> Não se deve esquecer que o discurso econômico livre-cambista, conforme foi mencionado, havia sido defendido por um importante setor conservador cujo máximo representante foi Martínez de Hoz, antigo inimigo político do peronismo 'pré-Menem'.

articular as emoções e crenças mais profundamente enraizadas no eleitor peronista e conjugá-las com favores e ajudas assistencialistas nos momentos que antecediam as eleições. Analisando este fenômeno, Nun afirma:

"Menem pudo presentarse como un auténtico salvador: sus discursos se dirigían invariablemente a 'hermanas y hermanos' y, también invariablemente, concluían con invocaciones a Dios y a la Virgen y con una exhortación: ¡'sígueme'!".

Recuperaba así los aspectos más plebeyos de la retórica peronista, les añadía un fuerte matiz religioso en clave de televangelista y se situaba más allá de la 'partidocracia liberal', responsable de casi todos los males que azotaban al país"(NUN.1985:85).

Um jornalista que acompanhou toda a campanha de Menem assim se expressou:

"Cada caravana se convertía en una suerte de acto religioso, en el que las madres alzaban a sus hijos para que fueran bendecidos, o tiraban sobre el camión pañuelos o camperas para que Menem las besara."<sup>79</sup>

Uma vez assumida a presidência, Menem deixou de lado a mística do Salvador para implementar, como única tábua de salvação, as receitas do 'senso comum' neoliberal. Imediatamente, incorporou Alvaro Alsogaray como acessor pessoal e delegou o Ministério da Economia a representantes do Conglomerado *Bunge e Born* (repudiado por

---

<sup>79</sup> Da jornalista Gabriela Cerruti, citada por Nun (1985:85).



Perón em sua época). A respeito destes fatos, Menem assim se expressou em uma entrevista peculiar:

“Las tres reglas de oro de la conducción son: 1) estar perfectamente informado; 2) guardar en secreto esa información; y 3) actuar de sorpresa. Es lo que hice yo toda mi vida. Si yo en la campaña electoral le digo a la gente 'Vamos a reanudar las relaciones con Inglaterra', pierdo un 20% de votos. Si le digo a la gente: 'Voy a privatizar Teléfonos, Ferrocarriles y Aerolíneas', tengo en contra a todo el movimiento obrero. Todavía no había conciencia clara de lo que era necesario hacer. Cuando los periodistas durante la campaña, me preguntaban si iba a privatizar o no, yo les decía: 'No soy privatista ni estatista'. Cuántas veces vos misma me acorralabas con el tema del indulto y la amnistía. Yo siempre contestaba: 'Mi aspiración es unificar al país'”<sup>80</sup>

É interessante notar a forma com que o presidente Menem se refere ao ‘votante peronista’: “todavía no había conciencia clara de lo que se debía hacer”. Isto está de acordo com o que já afirmamos e, de certa maneira, demonstra que a ideologia neoliberal, hegemônica, era (e continua sendo em amplos setores) a manifestação do ‘senso comum’ dos principais líderes políticos argentinos, apresentando-se, em meio à crise terminal do modelo de acumulação ‘estadocêntrico’, como a ‘única alternativa’ que se podia aplicar nas condições de crise de 1989.

Estimo que o fenômeno político do peronismo deve ser analisado levando-se especialmente em consideração o efeito emocional e ‘passional’ (se cabe a expressão) que

---

<sup>80</sup> Revista *Gente*, 1/4/1993. Citado por Nun (1995:87).

ele tem sobre grandes setores populares. Se remontarmos ao final de 1989, observaremos que não houve grandes protestos nas bases sociais do peronismo, as quais, como esclarece Sidicaro (1995:129), “no manifestaron reacciones negativas ante el virage ideológico de Menem y su gobierno”. Por outro lado, cabe salientar que, se é que houve algumas manifestações de descontentamento nas fileiras peronistas, estas não tiveram uma relevância proporcional à da virada ideológica do movimento. Só oito deputados justicialistas<sup>81</sup>, dos cento e doze que formavam o bloco parlamentar oficialista, se opuseram à política oficial, ainda assim carecendo de uma proposta alternativa. Isto favoreceu a réplica de Menem, que os chamou de “nostálgicos del ‘45”.

Assim temos que, por um lado, o ‘grupo rebelde’ do peronismo era ínfimo e sem proposta concreta; por outro lado, o radicalismo estava ‘neutralizado’ devido, entre outros fatores, a que se estava implementando um programa econômico neoliberal de traços similares ao anunciado pelo candidato Eduardo Angeloz na campanha presidencial; e, finalmente, a aliança conservadora via concretizados os seus sonhos. Este panorama político favoreceu a equipe de governo de Menem, que se conduziu com o “discurso de la urgencia económica” (SIDICARO) A partir desta perspectiva, os problemas do país apareciam como pertencentes ao plano puramente econômico, terreno no qual as idéias neoliberais se fortalecem. Desta forma, a solução passaria pela aplicação -em primeiro lugar e mediante “Decretos de Necesidad e Urgencia”- das medidas liberalizantes e de abertura; permanecendo fora da agenda de discussões as demais questões políticas e relativas aos próprios partidos políticos.

---

<sup>81</sup> Desse “grupo de los 8” fazia parte o atual deputado pelo FREPASO (e um de seus maiores representantes), Carlos (Chacho) Alvarez.

O decreto do Poder Executivo enviado ao Congresso Nacional em treze de julho de 1989, um projeto de lei de emergência administrativa que foi aprovado pelo Poder Legislativo, contém em seu texto inicial expressões como:

"...el adjunto proyecto de ley permitirá encarar la transformación del Estado, porque como señalamos hace pocos días: 'El país nos está pidiendo a gritos que nutramos esta democracia de eficacia'".

Há também o seguinte reconhecimento explícito:

"La presencia del estado en cada tipo de actividad deberá justificarse adecuadamente según el principio de subsidiaridad y el resultado de aquel reordenamiento tenderá también a contribuir a fortalecer aquellas empresas públicas...etc." (P.E. 1989[a]).

Neste decreto e no projeto de lei de emergência econômica de vinte e quatro de julho de 1989 (P.E. 1989[b]), um governo peronista reconhecia explicitamente o esgotamento do modelo econômico vigente até então, ao mesmo tempo em que adotava e difundia o "receituário" neoliberal como a "única alternativa viável". O "princípio de subsidiaridade do Estado" (que não é senão o do Estado mínimo) expressado no decreto mostra claramente o êxito de um pensamento arduamente difundido pelos divulgadores e propagandistas neoliberais. Assim, fazia-se "realidade" a possibilidade de implantação do "Estado Subsidiário", tão apregoado por Martínez de Hoz e Alvaro Alsogaray. A transformação empreendida pelo peronismo alcançava o consenso necessário, uma vez que 'o país pedia a gritos a eficácia do mercado'. O ano de 1989 foi crítico na vida política

argentina, e é nesses momentos de crise da vida social que as forças racionais do 'homem' resistem a se manifestar. Imersa na crise inflacionária e de sucessão presidencial, em 1989 grande parte da sociedade argentina já estava persuadida da 'solução liberal' e outra grande parte apostou em um líder peronista 'salvador', que formulou grandes e ambíguas promessas em meio a uma grave crise econômica, as quais ativaram, fundamentalmente, o imaginário emotivo e passional das classes subjugadas.

## CONCLUSÕES

Todo se vende este día  
todo el dinero lo iguala  
La Corte vende su gala  
la guerra su valentía  
hasta la sabiduría  
vende la Universidad  
(Luis de Góngora)

Es galán y es como un oro,  
Tiene quebrado el color,  
Persona de gran valor,  
Tan cristiano como moro;  
Pues que da y quita el decoro  
Y quebranta cualquier fuero,  
Poderoso caballero  
Es don Dinero  
(Francisco de Quevedo)

1.- Este modesto trabalho procurou, a partir da reconstrução de alguns textos-chave de alguns 'renomados'neoliberais argentinos, apontar alguns fundamentos ideológicos que se mostraram essenciais para que se alcançasse uma mudança no consenso. Por outro lado, sem ingênua surpresa, advertimos, a partir do exame do processo de formação do 'consenso neoliberal' na Argentina, que este fenômeno está muito longe de ser um caso isolado; encontrando-se, antes, estreitamente vinculado a um processo hegemônico mundial da ideologia neoliberal. Evidentemente, isto está em harmonia com as características globais próprias do desenvolvimento do capitalismo em escala planetária. A tendência expansiva e revolucionária do capitalismo, embora hoje em dia se manifeste amplamente (com o avanço tecnológico impressionante das comunicações, da informática e da eletrônica) , não é, pois, nenhuma novidade. Esta característica se liga intimamente à própria evolução do capitalismo, manifestando-se já nos inícios deste.

As seguintes afirmações de *El Manifiesto Comunista* de Marx e Engels ainda conservam surpreendente atualidade:

“La burguesía, al explotar el mercado mundial, da a la producción y al consumo de todos los países un sello cosmopolita. Entre los lamentos de los reaccionarios, destruye los cimientos nacionales de la industria. Las viejísimas industrias nacionales se vienen a tierra, arrolladas por otras nuevas, cuya instauración es cuestión vital para todas las naciones civilizadas, por industrias que ya no transforman, como antes, las materias primas de país, sino las traídas de los climas más lejanos, y cuyos productos encuentran salida, no sólo dentro de las fronteras, sino en todas

partes del mundo (...). Hoy, en vez de aquel mercado local y nacional que se bastaba a sí mismo y donde no entraba nada de afuera, la red de comercio es universal, y en ella entran, unidas por vínculos de interdependencia, todas las naciones. Y lo que acontece con la producción material, acontece también con la del espíritu. Los productos espirituales de las diferentes naciones viene a formar un acervo común. La estrechez y el exclusivismo nacionales van haciéndose cada vez más imposibles, y las literaturas locales y nacionales confluyen todas en una literatura universal.” (1994: 251).

Hoje, o neoliberalismo, como ideologia e produto espiritual hegemônico em relação complexa e muitas vezes contraditória com a ‘produção material’, se manifesta em uma inédita escala global. Este processo possui traços caricaturescos e grotescos, principalmente nos países subdesenvolvidos que experimentaram agudos processos de desindustrialização (KURZ, 1993:165-167).

Vejamos, pois, alguns dados interessantes do caso argentino, especialmente no que toca ao fulminante processo de desindustrialização, o qual foi impulsionado não apenas pela ‘tendência’ do capitalismo mundial nos países atrasados, mas também por políticas econômicas específicas implementadas a partir da gestão de Martinez de Hoz. O sociólogo alemão Robert Kurz cita o caso argentino como exemplo paradigmático do processo de desindustrialização:

”A Argentina tornou-se o caso exemplar de uma estratégia impiedosamente praticada de desindustrialização. Entre 1975 e 1982, a produção industrial caiu em 20%, e a ocupação na indústria, em 40%. Crise e desemprego em massa fizeram com que

a participação dos salários na renda nacional diminuiu de 49% para 32,5%. Da baixa econômica resultou uma estrutura industrial desesperadamente arruinada, cujo atraso tecnológico frente à concorrência internacional tinha aumentado mais ainda”.<sup>82</sup>

Este processo fez parte do programa de reestruturação integral da organização social (não somente econômica) que os ‘déspotas esclarecidos de 76, aconselhados pela equipe pretensamente impoluta de Martínez de Hoz levaram a efeito. Alguns dados deste processo de desindustrialização reforçam as afirmações de Kurz.

Por exemplo: o Produto Interno Bruto (PIB) industrial de 1983 (após o final da ditadura) foi equivalente a 90% do gerado em 1973 ou 85% do de 1974 (ASPIAZU e outros.1988). A taxa de emprego no setor industrial caiu em 26% entre 1976 e 1980 (CANITROT. 1983:29)<sup>83</sup>. Paralelamente, a dívida externa cresceu de forma descomunal: de 10 bilhões de dólares em 1977, passou a 27 bilhões em 1980, a 45 bilhões em 1983 e a 63 bilhões em 1989. Segundo o economista Canitrot, em março de 1981, finalizada a gestão econômica de Martínez de Hoz, “el sistema productivo argentino estaba tecnicamente quebrado” (1983:42). Sem que seja necessário fornecer maiores detalhes e números, percebe-se, diante desta realidade, que a pregação neoliberal não se abala sequer quando se defronta com um desastre econômico, o qual certamente foi provocado por aqueles que defendem os valores sagrados do liberalismo econômico. É neste contexto que os termos *fracasso* e *sucesso* não podem ser utilizados, como categorias gerais, para explicar a realidade.

---

<sup>82</sup> Citado por Kurz (1993:175).

<sup>83</sup> Apesar deste importante fato, os trabalhadores deslocados da indústria foram absorvidos por outros setores, principalmente serviços e trabalho autônomo. Ou seja, ao produzir-se uma importante mudança estrutural na economia o âmbito do trabalho se viu modificado substancialmente, mas foi mantido o “pleno empleo” (CANITROT.1983:29).



Os resultados da política econômica liberal foram: 1) uma distribuição regressiva da renda; 2) a já mencionada desindustrialização; 3) O crescente poder dos Grandes Grupos Econômicos e do capital estrangeiro (ASPAZIU e outros.1988). Quem foram os beneficiários diretos deste dismantelamento do Estado Argentino? Estes foram, indubitavelmente, a grande burguesia pampeana; o grande empresariado argentino, cada vez mais pendente para o âmbito dos negócios financeiros; e o capital externo. Os grandes prejudicados foram a classe trabalhadora (principalmente a do setor industrial); a pequena burguesia, que produzia para o mercado interno, tendo sido terrivelmente golpeada pela abertura econômica indiscriminada e irracional; e, finalmente, alguns setores médios.

Curiosamente, o 'sucesso' de alguns setores (dominantes) pode representar o 'fracasso' não somente de outros setores, mas também do próprio funcionamento racional de um Estado-nação. Porém, a grave crise argentina possui um significado demasiado positivo para os pregadores, que, dos pináculos do poder, anunciam que a 'realidade' não se adapta às suas idéias pré-concebidas, uma vez que os 'homens' que fazem parte desta 'realidade corrompida' não se convencem das vantagens do mercado. Observamos que, paradoxalmente, a quebra e a dissipação do Estado (fenômenos em grande medida *provocados*) fortaleceram a postura ideológica dos neoliberais. Uma vitória no plano do pensamento -do espírito- não necessariamente deve ter como correlato paralelo uma economia 'exitosa'. Pode ser que ocorra exatamente o contrário.

Assim como a hegemonia da ideologia neoliberalista foi determinada pela reestruturação do mundo capitalista nos anos 80 (OVERBEEK.1993:xi), o surgimento de um consenso favorável às ideias neoliberais no caso específico argentino não pode ser compreendido se não nos remetemos ao início do dismantelamento do Estado, em 1976,

na gestão Martínez de Hoz. Em outras palavras, a ampla absorção destas idéias pela mentalidade argentina dos anos 90 -que se vincula diretamente à sua consequência lógica palpável: uma das mais fabulosas reformas neoliberais do Estado já realizadas- foi determinada pela ‘prematura’ e fracassada tentativa (1976) de reestruturação liberal, realizada no contexto de um novo modelo de acumulação (que efetivamente se descortinava) e tendo como fim ilusório conseguir uma inserção da Argentina no mundo semelhante à que existia no início do século.

2.- Creio não ter sido despropositada a relação estabelecida neste trabalho entre os ‘intelectuais neoliberais’ -como “‘empleados’ del grupo dominante para el ejercicio de las funciones subalternas de la hegemonía social y del gobierno político”(GRAMSCI.1978:16)-, protagonistas chave destes tempos, com intelectuais mais ‘tradicionais’, como o sacerdote e o médico. De acordo com Gramsci, a categoria mais “típica” de intelectuais é constituída pelos eclesiásticos (GRAMSCI. 1978:11). A ideologia religiosa monopolizou por muito tempo serviços essenciais: escolas, instrução moral, assistência e beneficência, justiça, etc. A categoria de intelectuais que, segundo Gramsci (1978:11), é imediatamente inferior em importância à dos eclesiásticos -“por el prestigio y la función social que desempeñó en la sociedad primitiva”- é a dos médicos, “tomada en sentido amplio o sea la categoría de todos los que ‘luchan’ o parecen luchar contra la muerte y las enfermedades”(1978:11).

O intelectual neoliberal contemporâneo, como ideólogo hegemônico, acumula, de alguma maneira, não apenas as funções que lhe são próprias (como as de perito em economia, direito, ciência política, relações internacionais, etc.), mas também qualidades

'próprias' dos intelectuais tradicionais, como, por exemplo, as de conhecedor da verdadeira fé (ciência), pregador, especialista em curas, terapeuta, 'médico social', moralista, etc...

Com um falatório pretensamente científico, que 'encobre' as paixões e interesses mais elementares da lógica do dinheiro, os intelectuais neoliberais nos pintam um paraíso a longo prazo, utilizando variáveis estatísticas, projeções de crescimento, etc... Ali viverá o 'novo homem', amoldado e disciplinado pelo 'modelo' neoliberal e pelo mercado. A ideologia neoliberal se manifesta através de uma contradição: de um lado está o discurso dos ideólogos, anunciando que os benefícios do "modelo" são 'a longo prazo' e invocando a paciência e a resignação de todos; do outro lado está a simultânea e crua contrapartida, ou seja, a 'prática' dos grandes conglomerados oligopólicos, guiados cegamente pela lógica da rentabilidade imediata.

3.- Juntamente com a hegemonia neoliberal, uma profissão de fé compartilhada por um grande número de intelectuais é disseminada como rastilho de pólvora. Esta poderia ser resumida claramente com uma expressão de S.M. Lipset:

"...una economía de mercado competitiva puede ser justificada, sociológica y políticamente, como el mejor camino para reducir el impacto de las redes nepotísticas. Cuanto mayor sea el alcance de las fuerzas del mercado, menores serán las posibilidades de las élites de enriquecerse con un acceso privilegiado a los recursos y poderes del Estado."<sup>84</sup>

---

<sup>84</sup> LIPSET, Seymour M. "Repensando los requisitos sociales de la democracia", in: *AGORA. Cuaderno de Estudios Políticos*, año 3, núm. 5, 1996, p.32.

Os traços gerais dessa afirmação são defendidos pelas estruturas mundiais de poder: corporações transnacionais, Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial ou Bando Internacional de Reconstrução e Fomento, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, etc.; como também por intelectuais neoliberais, que se encontram por todo lado nos mais altos cargos políticos na Argentina e na maioria das nações atrasadas da América Latina.

O pressuposto desse postulado é que, liberadas as forças impessoais do mercado, produzir-se-á um efeito benéfico em toda a sociedade, o qual resultará em maiores níveis de democratização na sociedade, eliminação de práticas clientelistas e nepotistas, eliminação de privilégios e assim por diante. No entanto, se se procura compreender a realidade com rigor apenas mediano, observa-se que as forças liberadas do mercado não somente não promovem as virtudes que seus apologistas enfatizam com veemência, mas também (e isto se observa com total crueza na Argentina e na América Latina) produzem os 'vícios' que eles dizem combater.

A realidade parece ser muito diferente do que nos pinta Lipset. Como se ressaltou no início deste texto, o neoliberalismo se articula e se vincula à máquina clientelista de alguns partidos políticos de tradição populista impulsionadores do processo de transformação neoliberal na Argentina. Estas "reglas informales", como as denomina O'Donnell, são "ampliamente compartidas y están profundamente arraigadas" (1996:6-28) no seio das nações atrasadas, sendo também eficientemente exploradas pelos profissionais neoliberais e pelos funcionários pragmáticos adeptos da ideologia do 'fim da História'.

Além disso, contrariamente ao que diz Lipset, com a "reforma liberal", e especificamente com as privatizações, produziu-se na Argentina uma importante

concentração de riqueza que possibilitou à elite empresarial -representada pela grande burguesia oligopólica- e ao grande capital estrangeiro enriquecerem adquirindo grandes privilégios (monopólios de serviços públicos, empresas com mercados cativos, etc.). A eles 'pertencem' hoje os recursos e, em certa medida, alguns 'poderes' outrora pertencentes ao Estado.

4.- Vivemos em uma era econômica na qual as prioridades da vida homem se desenvolvem no plano do "progresso" técnico-monetário e em um mundo cada vez mais intercomunicado, em cujo seio o 'capital global' adquire características expansivas inéditas, sendo seu aspecto financeiro o mais importante e o menos controlável. Como foi sustentado ao longo de todo o trabalho, o neoliberalismo é o produto 'espiritual' hegemônico deste processo chamado vulgarmente de "globalização". O neoliberalismo enquanto pensamento econômico dá sentido às manifestações cada vez mais amplas que o capitalismo apresenta hoje em escala mundial, sendo seus traços mais perversos e lesivos evidenciados em países como o nosso.

O neoliberalismo se apresenta como a doutrina que justifica o processo civilizatório capitalista deixado completamente ao sabor de suas forças 'irracionais' que são regidas pelos ditames da rentabilidade imediata. A partir dessa posição, os apologistas do mercado livre, ao prometerem -de maneira complexa, amiúde emaranhada e com certa roupagem científica- o paraíso a longo prazo, incorrem em uma petição de princípio.

Porém, as consequências sociais das políticas econômicas neoliberais já estão se mostrando perigosas. Em primeiro lugar, tomando um caso específico, Jacques Chonchol (1996) destaca algumas consequências sociais do modelo econômico neoliberal aplicado

no Chile: "1) Impactos negativos del modelo exportador en los trabajadores y en el medio ambiente". Chonchol se refere especificamente ao uso irracional de agrotóxicos, alguns muito perigosos e proibidos nos E.U.A., que ocasionou conseqüências na classe trabalhadora como intoxicações, etc.; à contaminação dos mares chilenos; às mudanças em ecossistemas marítimos, devido à superexploração dos recursos marítimos pela indústria pesqueira, ocasionando processo de extinção de algumas espécies tais como locos, ouriços, jaibas e centollas. 2) Sobre "El modelo exportador y el sector Forestal" Chonchol afirma: . "la búsqueda de la ganancia a corto plazo va, en el largo plazo, en desmedro del sector forestal"; 3) "Desaparición para otros fines más rentables de la escasa tierra agrícola del país"; 4) "Mercado de trabajo flexible, pobreza y desintegración social en Chile" (1996.151-157).

Em segundo lugar, e em relação com o último ponto acima mencionado, até que ponto as débeis instituições democráticas dos Estados da América Latina podem 'resistir' frente à ponta visível do iceberg neoliberal? Refiro-me concretamente ao processo de reconcentração de riqueza, ao desemprego estrutural, ao empobrecimento das classes médias, ao processo desintegração social e fragmentação das classes trabalhadoras, à desintegração das economias regionais, etc. Em outras palavras, que tipo de democracia pode se sustentar com uma desigualdade crescente quantitativa e qualitativamente, e com exclusão social?

No pensamento neoliberal, a democracia se apresenta como um simples mecanismo; como um procedimento que gira em torno de um valor pretensamente sagrado e intocável: a obediência incondicional às regras do mercado livre.

Porém, sendo os fins da democracia fundamentalmente a liberdade e a igualdade, não deveremos confundir a primeira com a 'liberdade neoliberal'. A liberdade democrática é sobretudo "en el plano técnico un conjunto de libertades: libertad de palabra, de asociación, de reunión, de prensa, de movimiento, de trabajo." (CERRONI.1991:194). Ou seja, é a liberdade do homem para viver com dignidade.

A democracia é, fundamentalmente, fazendo uso das expressões de Cerroni, "el régimen político que tiende al máximo desarrollo de los procedimientos 'laicos', que proclama la transparencia, las libertades formales, la igualdad sustancial: en su centro están los hombres-personas que ocupan toda la escena o, al menos, tienen derecho a ocuparla, y procesos de composición de los intereses y de las formulaciones de la voluntad pública, basados en la confrontación libre, razonable, informada." (CERRONI.1991:41).

A democracia e a ideologia hegemônica (neoliberalismo) não apenas têm um 'contato' mútuo complexo e conflitivo, mas (e aqui está o eixo da questão) estão assentadas sobre valores profundamente divergentes. Por outro lado, a experiência mostra que a aplicação de políticas neoliberais se concretiza com maior radicalidade nos Estados-nações mais afetados pela crise econômica mundial, e nos quais "las poliarquias informalmente institucionalizadas" (O'DONNELL.1996:27)<sup>85</sup> são democráticas concretamente no aspecto plebiscitário do "gobierno delegativo". Em alguns casos, como a Argentina de Menem e o Peru de Fujimori, estas poliarquias possuem um caráter

---

<sup>85</sup> Segundo O'Donnell, concentrar a atenção nas "instituciones formales" da democracia "nos impide ver otra institución, informal y en ocasiones encubierta, que tiene enorme influencia en muchas nuevas poliarquias: el clientelismo y, más generalmente, el particularismo." (1996:17-18).

fortemente majoritário. Outros países estão marcados por irregularidades eleitorais, fraudes, sendo o caso mais paradigmático o do México.

5.- Mas, quem dera fosse somente isso! A ‘democracia (?) neoliberal’, fomentadora das mais diversas e injustas desigualdades, pode se transformar num cacho de ‘bombas-relógio’ prontas a explodir descontrolada e assincronicamente<sup>86</sup>. No contexto pós-crise, os valores do mercado se ‘impõem’ como se se tratasse de uma religião cujos profetas (intelectuais acólitos) nos anunciam reiteradamente um futuro promissor, guiados pelo que denominam “o piloto automático” da economia, o qual não é senão a versão atualizada, e por conseguinte cínica e grosseira, da *mão invisível* de Adam Smith.

Em um quadro de hegemonia mundial do pensamento neoliberal, o caso argentino apresenta algumas singularidades. A inédita acolhida das idéias de livre mercado por parte do establishment econômico nos ‘tempos democráticos’ tem uma relação direta com o desenlace da política econômica da ditadura militar, cujos resultados favoreceram amplamente, e quase exclusivamente, aos chamados grandes grupos econômicos, ou seja, a uma burguesia de marcantes traços rentísticos.

Transcorreram pouco mais de vinte anos desde a ‘inauguração’ da ditadura militar, quando foi implantado autoritariamente o plano econômico liberal. Hoje (1997), aquele pensamento econômico parece ter ampla vigência (e aceitação) nos círculos de negócios, entre os políticos que se tornaram ‘modernos’ e ‘realistas’, em alguns segmentos das classes médias, etc. Martínez de Hoz estava certo quando disse que depois de sua gestão a

---

<sup>86</sup> Refiro-me ao fato de que estamos em um contexto "em que floresce e generaliza-se uma espécie de guerra civil difusa, latente o aberta, por todo o mundo.(...) Podemos localizar as guerras em regiões longínquas, principalmente o Terceiro Mundo. Falamos de subdesenvolvimento, anacronismo, fundamentalismo." IANNI, Octavio, *Neoliberalismo e Neo-Socialismo, Primeira Versão*, 65, IFCH-UNICAMP, 1996, p.15.



‘classe’ dirigente já pensava diferente. Por outro lado, o corolário de Cavallo, segundo o qual era necessário antes convencer a classe dirigente e os economicamente poderosos, também se mostrou eficiente.

Os fatos e personagens importantes da história argentina nos revelam com uma total aspereza, e como um pequeno reflexo da história universal pensada por Marx, a *tragédia* de 1976 e a *farsa* dos anos noventa.

Se a aliança militares-intelectuais neoliberais a meados dos anos setenta apresenta complexidade, hoje o ‘casamento’ peronismo-neoliberalismo desafia os analistas sociais mais rigorosos; ontem Martínez Hoz e os “Chicago boys” comandavam a economia com ‘mão de ferro’ em sintonia com o governo totalitário de então, hoje os economistas de Chicago dirigem a economia com o aval do governo peronista e o apoio incondicional dos foros econômico-financeiros internacionais.

A questão social se mostra complicada e injusta. O neoliberalismo fomenta as desigualdades sociais, econômicas, culturais e políticas mais aberrantes do planeta: o autoritarismo, o neofascismo, o neonazismo, e fundamentalismos de diversas índoles, ou seja, a apoteose da intolerância e da violência, cujas raízes se encontram nas manifestações mais alienadas do individualismo possessivo e mercantil.

**BIBLIOGRAFIA**

## A. BIBLIOGRAFIA GERAL.

- AGULLA, Juan Carlos. 1996. *Ideologías y Ciencias Sociales. La experiencia del Pensamiento social argentino (1955-1995)*, Buenos Aires: SIGMA.
- ALSOGARAY, Álvaro. 1989. *Bases liberales para un programa de gobierno. (1989-1995)*. Buenos Aires: Planeta.
- ALSOGARAY, Álvaro. 1993. *Experiencias de 50 años de política y economía argentina*. Buenos Aires: Planeta.
- ANDERSON, Perry. 1995. "Balanço do Neoliberalismo", in: SADER, Emir y GENTILI, Pablo (org.). *Pós-Neoliberalismo. As Políticas Sociais e o Estado Democrático*. São Paulo: Paz e Terra.
- ARISTÓTELES. 1995. *Política*. Buenos Aires: Alianza editorial.
- ASPIAZU, D. M. KHAVISSE e E. M. BASUALDO. 1988. *El Nuevo Poder económico*. Buenos Aires: Hyspamérica.
- BENEGAS LYNCH (h), Alberto. 1985. *Fundamentos de Análisis Económico*. Buenos Aires: Abeledo Perrot.
- BOBBIO, Norberto. 1989[b]. *Liberalismo y Democracia*. México: Fondo de Cultura Económica.
- BORÓN, Atilio y otros. 1995(a). *Peronismo y Menemismo*. Buenos Aires: ed. El Cielo por asalto.

- BORÓN, Atilio. 1995(b). "El experimento neoliberal de Carlos Saul Menem", in: BORÓN y otros. *Peronismo y Menemismo*.
- BORÓN, Atilio. 1995(c). "A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal", in: SADER, Emir e GENTILI, Pablo (org.). *Pós-Neoliberalismo. As Políticas Sociais e o Estado Democrático*. São Paulo: Paz e Terra.
- BORÓN, Atilio. 1996. *Los "nuevos Leviatanes" y la polis democrática: neoliberalismo, descomposición estatal, y decadencia de la democracia en América Latina*. Buenos Aires: EEURAL / Doc. de Trabajo N°85.
- BUCHANAN, James y Gordon TULLOCK. 1980. *El cálculo del Consenso (fundamentos lógicos de una democracia constitucional)*. Madrid: Espasa-Calpe.
- CALCAGNO, Alfred Eric y Alfredo Fernando CALCAGNO. 1995. *El Universo Neoliberal. Recuento de sus lugares comunes*. Buenos Aires: Alianza Editorial.
- CANITROT, Adolfo. 1979. "La disciplina como objetivo de la política económica. Un ensayo sobre el programa económico del gobierno argentino desde 1976". *Caderno CEDES* N°6. Buenos Aires.
- CASSIRIER, Ernst. 1976. *O Mito do Estado*. Rio de Janeiro: Zahar editores.
- CAVALLO, Domingo. 1984. *Volver a crecer*. Buenos Aires: Sudamerica/Planeta.
- CAVALLO, Domingo. 1989. *Economía en Tiempos de Crisis*. Buenos Aires: Sudamericana.
- CAVALLO, Domingo, Roberto DOMENECH y Yair MUNDLAK. 1989. *La Argentina que pudo ser*. Buenos Aires: editora Manantial.
- CAVAROZZI, Marcelo. 1983. *Autoritarismo y Democracia (1955-1983)*. Buenos Aires: Centro editor de América Latina.

- CHONCHOL, Jacques. 1996. "Reflexiones sobre Chile: ¿hay alternativas al modelo neoliberal?", in: *Estudios Avanzados*, vol.10, nº27, Maio-Ago. pp.141-162.
- COLOMBO, Ariel y Vicente PALERMO. 1985. *Participación Política y pluralismo en la Argentina Contemporánea*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina.
- COLLIER, David (org.). 1982. *O Novo Autoritarismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- CONAGHAN, Catherine M., James M. MALLOY e Luis A. ABUGATTAS. 1990. "Business and the 'Boys': The Politics of Neoliberalism in The Central Andes". *Latin America Research Review*. XXV, num.2,3-31.
- DORNBUSCH, Rudiger e Sebastián EDWARDS (orgs.). 1992. *Macroeconomía del populismo en América Latina*. México: VIC EDITOR.
- FAUCHER, Philippe, Graciela DUCATENZEILER e Julian CASTRO REA. 1994. "A improvável estabilização e o inconcebível capitalismo popular de mercado", in: SOLA, Lourdes (org.). *Estado, Mercado e Democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- FERREIRA RUBIO, Delia e Matteo GORETTI. 1995. "Gobernar la Emergencia. Uso y abuso de los decretos de necesidad y urgencia (1989-1993)", in: revista *Agora*. *Cuaderno de Estudios Políticos*, ano 2, núm.3, 75-94.
- FONTANA, Andrés. 1984. "Forças Armadas e ideologia conservadora. O 'encolhimento' do Estado na Argentina (1876-1981)", in: *Dados - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol.27, nº 3, pp.347 a 359.
- FRIEDMAN, Milton. 1977. *Capitalismo e Liberdade*. São Paulo: editora artenova S. A.
- FRIEDMAN, Milton e Rose Friedman. 1993. *Libertad de Elegir*. Barcelona: Editorial Planeta.

- GALASSO, Norberto. 1992. *De Martínez de Hoz a Cavallo*. Buenos Aires: Editora Fraterna.
- GALBRAITH, John K. 1981. "The Conservative Onslaught", in: *The New Yorker Review of Books*, vol. XXVII, numbers 21 & 22, Jan22, pp30-36.
- GOMEZ, Ricardo J. 1995. *Neoliberalismo y pseudociencia*. Buenos Aires: Lugar Editorial.
- GRAY, John. 1994. "El Estado Liberal". *Agora. Cuaderno de Estudios Políticos*. 1:51-58.
- GRAMSCI, Antonio. 1973. *El Materialismo Histórico de Benedetto Croce*. Buenos Aires: ed. Nueva Visión.
- GRAMSCI, Antonio. 1977. *Pasado y Presente*. Barcelona: Granica.
- GRAMSCI, Antonio. 1978. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- GREEN, David G. 1988. *The New Right. The Counter-Revolution in Political Economic and Social Thought*. London: Harvester. Wheatsheaf.
- HAYEK, Friedrich A. von. 1982. "Los principios de un orden social liberal". *Estudios Públicos*. Santiago de Chile.
- HAYEK, Friedrich A. von. 1983. *Fundamentos da Liberdade*. Brasília: ed. Universidade de Brasília.
- HAYEK, Friedrich A. von. 1985[a]. *Direito, Legislação e Liberdade*. 3v. São Paulo: Visão.
- HAYEK, Friedrich A. von. 1985[b]. *Camino de Servidumbre*. Madrid: Alianza Editorial.
- HIRSCHMAN, Albert O. 1979. *As Paixões e os Interesses*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- HOBBS, Thomas. 1983. *Leviatan*. Madrid: Sarpe.
- KURZ, Robert. 1993. *O Colapso da Modernização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

- LECHNER, Robert. 1985. *Estado y Política en América Latina*. México: Siglo XXI.
- LOCKE, John. 1994. *Segundo Tratado Sobre el Gobierno Civil*. Barcelona: Altaya.
- MARTÍNEZ DE HOZ, José Alfredo. 1981. *Bases para una Argentina Moderna*. Buenos Aires: Compañía Impresora Argentina S.A.
- MARTÍNEZ DE HOZ, José Alfredo. 1991. *Quince Años Después*. Buenos Aires: Emece.
- MARTINS, Luciano. 1985. *Estado Capitalista e Burocracia no Brasil pós 64*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- MARX, Karl. 1985. *Miseria de la Filosofía*. Madrid: Sarpe.
- MARX, Karl. 1994. *La Cuestión Judía (y otros escritos)*. Barcelona: Planeta-Agostini.
- MELLER, Patricio. 1992-1993. "Ajuste y Reformas Económicas en América Latina: Problemas y Experiencias Recientes." *Pensamiento Iberoamericano*. 22/23
- MERQUIOR, José Guilherme. 1993. *Liberalismo Viejo y Nuevo*. México: Fondo de Cultura Económica.
- MERTON, Robert K. 1970. *Sociología - Teoría e Estrutura*. São Paulo: Ed. mestre Jou.
- MISES, Ludwig von. 1986. *Planificación para la Libertad*. Buenos Aires: Centro de Estudios sobre la Libertad.
- MORAES, Reginaldo C.C. de. 1995[a]. "O Estranho Mundo de Keynes e Cassandra". *Idéias*, ano 2, nº2, pp. 89-126.
- MORAES, Reginaldo C.C. de. 1995[b]. *Celso Furtado, o subdesenvolvimento e as idéias da CEPAL*. São Paulo: ed. Atica
- N'HAUX, Enrique. 1993. *Menem-Cavallo. El poder Mediterráneo*. Buenos Aires: Corregidor.
- NISBET, Robert. 1987. *O Conservadorismo*. Lisboa: Editorial Estampa.

- NOVARO, Marcos. 1994. *Pilotos de Tormentas*. Buenos Aires: Letra Buena editores.
- NUN, José. 1995. "Populismo, representación y menemismo", in: BORON y otros, *Peronismo y Menemismo*.
- O'DONNELL, Guillermo. 1977. "Estado y Alianzas en Argentina, 1956-1976". *Desarrollo Económico*, 16, núm.64. enero-marzo.
- O'DONNELL, Guillermo. 1984. "Democracia en la Argentina Micro y Macro", in: Oscar OSZLAK, "*Proceso*", crisis y transición democrática/1. Buenos Aires: Centro editor de América Latina.
- O'DONNELL, Guillermo. 1985. "Las Fuerzas Armadas y el Estado Autoritario del Cono Sur en América Latina", in: Norbert LECHNER, *Estado y Política en América Latina*. México siglo XXI.
- O'DONNELL, Guillermo. 1996. "Otra Institucionalización", in: revista *Agora. Cuaderno de Estudios Políticos*. ano 2, núm.5, pp.5-28,
- OFFE, Claus. 1991. *Contradicciones en el Estado de Bienestar*. Mexico: Alianza.
- OSZLAK, Oscar. 1984. "Privatización Autoritaria y Recreación de la escena pública", in: Oscar OSZLAK, "*Processo*", crisis y transformación democrática/1. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina.
- OVERBEEK, Henk. 1993. *Restructuring Hegemony in the Global Political Economy. The rise of transnational neo-liberalism in the 1980*. London - New York: Routledge.
- PINTO, Julio. 1994. (org.) *América Latina en la última década. Repensando la transición a la democracia*. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires - Oficina de Publicaciones.
- PLATÓN. 1988. *La República*. Madrid: Aguilar.



- PORTANTIERO, Juan Carlos. 1995. "Menemismo y Peronismo: Continuidad y Ruptura", in: Atilio BORÓN y otros, *Peronismo y Menemismo*.
- PRZEWORSKI, Adam. 1991. "La falacia neoliberal". Revista *La Ciudad Futura*. 28-31.
- ROTHBARD, Murray N. 1986. "Lo esencial de von Mises", in: L. MISES, *Planificación para la Libertad*. Buenos Aires: Centro de Estudios sobre la Libertad.
- ROUSSEAU, Jean Jacques. 1992. *Del Contrato Social - Discursos*. Madrid: Alianza.
- SACHS, Jeffrey D. 1989. "Social Conflict and Populist Policies in Latin America", NBER, Working Paper 2897.
- SADER, Emir (org.). 1995. *Pós-Neoliberalismo. As Políticas Sociais e o Estado Democrático*. São Paulo: Paz e Terra.
- SADER, Frank. 1993. *Privatizations and Foreign Investment in the Developing World: 1988-1992*. World Bank International Economics Department.
- SCHMITT, Carl. 1985. *Teología Política*. Buenos Aires: Editorial Struhart & Cia.
- SCHMITT, Carl. 1992. *O conceito do político*. Petrópolis: Vozes.
- SCHUMPETER, Joseph. 1985. *Capitalismo, Socialismo y Democracia*. Folio.
- SCHVARZER, Jorge. 1986. *La Política Económica de Martínez de Hoz*. Buenos Aires: Hyspamérica.
- SIDICARO, Ricardo. 1995. "Poder Político, liberalismo económico y sectores populares, 1989-1995", in: Atilio BORON y otros. *Peronismo y Menemismo*.
- SMITH, William. C. 1988. "Políticas económicas de choque y transición democrática en Argentina y Brasil". *Revista mexicana de Sociología*. Año L/núm.2, abril-junio.
- SMITH, William C. 1994. "Estado, mercado e neoliberalismo na Argentina pós-transição: a experiência Menem", in: Lourdes SOLA (org.). *Estado, Mercado e Democracia*.

- SOLA, Lourdes (org.). 1994. *Estado, Mercado e Democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- SORMAN, Guy. 1986. *A solução liberal*. Rio de Janeiro: José Olympo/Instituto Liberal.
- STIGLER, George. 1985. *El Economista como predicador y otros ensayos*. V.I. Buenos Aires: ediciones Orbis/Hyspamérica.
- TAVARES, Maria Conceição. 1993. *Desajuste Global e Modernização Conservadora*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- THERET, Bruno. 1994. "O neoliberalismo como retórica econômica e modo de ação política". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. 24, 9.49-65.
- THOMPSON, Grahame. 1990. *The Political Economy of the New Right*. London: Pinter Publishers.
- VALDÉS, Juan Gabriel. 1995. *Pinochet's Economists*. Cambridge: Cambridge University Press.
- WEBER, Max. 1983. "Parlamentarismo e Governo numa Alemanha Reconstruída" in: *Coleção os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural.
- WEBER, Max. 1990. *Ensayos sobre metodología sociológica*. Buenos Aires: Amorrortu editores.
- WILLIAMSON, John. 1990. "What Washington means by policy reform", in: JOHN WILLIAMSON, *Latin American Adjustment: How Much Has Happened?*. Washington: Institute for International Economics.
- WOLIN, Sheldon S. 1973. *Política y Perspectiva*. Buenos Aires: Amorrortu editores.
- YANNUZZI, María de los Angeles. 1995. *La Modernización Conservadora*. Buenos Aires: editorial Fundación Ross.

YANNUZZI, María de los Angeles. 1996. *Dictadura y Política*. Buenos Aires: editorial Fundación Ross.

## B. OUTROS DOCUMENTOS.

ARGENTINA EN CRECIMIENTO. 1993. Documento de la Secretaría de Programación Económica del Ministerio de Economía y Obras y servicios Públicos.

BANCO MUNDIAL. 1993. América Latina y el Caribe. Diez años después de la crisis de la deuda. Oficina Regional de América Latina y el Caribe, Washington, D.C.

PODER EJECUTIVO. 1989. [a]. Proyecto de Ley de emergencia administrativa y reestructuración de empresas públicas. 13 de julio.

PODER EJECUTIVO. 1989. [b]. Proyecto de ley de emergencia económica. 24 de julio.

PODER EJECUTIVO. 1991. Decreto: Convertibilidad del Austral con el dólar estadounidense. 20 de marzo.

## C. JORNAIS

*Ambito Financiero*

*Clarín*

*La Nación*

*Página 12*